



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

RITA DE CÁSSIA ALMEIDA SANTOS

PILAR OU “DA EDUCAÇÃO”:

Um estudo de caso sobre a dimensão educacional na reinvenção do Pilar

Salvador
2007

RITA DE CÁSSIA ALMEIDA SANTOS

PILAR OU “DA EDUCAÇÃO”:

Um estudo de caso sobre a dimensão educacional na reinvenção do Pilar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ronalda Barreto Silva

Salvador
2007

S237p Santos, Rita de Cássia Almeida
Pilar ou “da educação”: um estudo de caso sobre a
dimensão educacional na reinvenção do Pilar / Rita de Cássia
Almeida Santos. – Salvador, 2007.
123 f.: il.

Orientadora: Profª Drª Ronalda Barreto Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da
Bahia. Programa de Educação e Contemporaneidade, 2007.

1. Educação 2. Desenvolvimento urbano. I. Silva,
Ronalda Barreto. II. Título.

CDD 370

Pilar ou “da Educação”

*Depois de nos espremermos
sob as pontes
dividindo pedaços de vão
depois de esquentarmos nossos medos
nos limites de cada prisão
e de disputarmos com todos os bichos
buracos no parmesão
é hora de outras partilhas
Lande Onawale*



Às pessoas da comunidade do Pilar, pela resistência consciente ou inconsciente.

Às mulheres do Pilar, em especial a Dona Raimunda, seres fundantes daquela localidade.

A mainha, Juju, minha filha, e irmãos Almeida, tecelãs da minha existência.

A Julito, pelo companheirismo, quietude e diálogo.

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Ronalda Barreto Silva, cujo trabalho de orientação tomou o caminho do acolhimento, da amizade e do estímulo.

Aos colegas do Grupo de Orientação de Políticas Públicas em Educação da UNEB, pelo apoio durante este percurso.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDuc), da UNEB, pelo apoio dos funcionários.

A todas as pessoas que entrevistei, pela confiança em prestarem seus depoimentos e pela doação do seu tempo.

Às amigas e colegas de trabalho Adilúcia Gomes dos Santos, Maria Conceição Brito da Paixão e Patrícia de Senna Britto pela disposição à leitura e discussão dos textos produzidos.

À Caixa Econômica Federal, na pessoa de Ana Amália Oliveira de Castro, pela compreensão ao flexibilizar o horário de trabalho durante o período da creditação, e na pessoa de Mário Sérgio de Oliveira Baptista, pela autorização para acesso aos documentos.

À Ana Verena Carvalho e Ivanete de Souza, pelo apoio, incondicional, na realização das entrevistas no Pilar.

À Alvanita Almeida Santos, minha irmã, pela revisão do texto da dissertação, pela disposição e pelo estímulo dos comentários feitos.

À Lisamar Almeida Santos, minha irmã, pela paciência e diligência nas transcrições das fitas com as entrevistas.

*Depois de nos espremermos
sob as pontes
dividindo pedaços de vão
depois de esquentarmos nossos medos
nos limites de cada prisão
e de disputarmos com todos os bichos
buracos no parmesão
é hora de outras partilhas*

Lande Onawale

RESUMO

Este estudo discute a concepção educacional na “revitalização” do Pilar, em uma perspectiva que pressupõe a interferência nos valores da comunidade e nos seus processos educativos. Do ponto de vista da localização física, o Pilar é uma pequena poligonal pertencente ao bairro Comércio, encosta da parte baixa do Centro Histórico de Salvador/Bahia. O corpus desta pesquisa se forma a partir de dois programas: O *Programa Pró-Moradia*, que tem como fonte de recurso o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*, cuja fonte de recurso é o OGU – Orçamento Geral da União. Pretendeu-se verificar os princípios fundamentais que servem de base aos procedimentos educacionais propostos para a comunidade, a partir da origem dos programas, dos objetivos, justificativas, orientações para execução, metodologia, concepção de participação e de desenvolvimento local e, principalmente, a concepção de educação para a reinvenção daquele espaço social. Refletiu-se sobre a possibilidade de interação/não interação da comunidade com os programas e o seu processo de intervenção, a fim de verificar o nível de participação das pessoas dessa localidade e o seu conseqüente desenvolvimento local. A metodologia adotada foi o estudo de caso com base na análise documental. A pesquisa indicou que a concepção educacional presente nos instrumentos de análise sinaliza para uma “participação” sem participantes da comunidade nas formulações dos projetos de intervenção física e social, um desenvolvimento nas bases do subdesenvolvimento, uma educação que reforça e reproduz desigualdades étnicas, etárias, de classe e de gênero.

Palavras-chave: Educação; desenvolvimento urbano, sociedade.

RÉSUMÉ

Cet étude discute la conception d'éducation dans les programmes pour "faire revivre" les espaces urbains du Centre de la ville de Salvador, qui s'exécutent dans l'espace du Pilar. Ça se fait dans une perspective que présuppose l'interférence dans les valeurs de la communauté et dans ses processus d'éducation. Le Pilar est un petit polygonal qui appartient au quartier du Commerce, pente d'une montagne, près du Centre Historique de Salvador/Bahia. Les programmes choisis pour l'analyse sont le Programme « Pró-Moradia », qui a comme source de recours le FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço et le Programme de Réhabilitation des Espaces Urbains Centrales, dont le source de recours est le OGU – Orçamento Geral da União. On est allé but de vérifier les principes fondamentaux qui sert comme la base aux processus d'éducation proposé à la communauté, dès l'origine de les programmes, de ses buts, de ses orientations pour l'exécution, conception de participation, développement local e, surtout, quel est la conception d'éducation pour la reinvention de l'espace social du Pilar. On a réfléchi sur la conception d'éducation pour rechercher comme elle rendre possible l'interaction/non- interaction de la communauté avec les programmes et son processus d'intervention, a fin de vérifier le niveau de participation de les personnes de cette localité et son conséquent développement local. La méthodologie adoptée a été l'étude de cas, en utilisant l'analyse du document. La recherche a indiqué que la conception d'éducation dans les instruments d'analyse indique une participation sans participatipants de la communauté dans le formulations, un développement que a la base dans le sous-développement, une éducation que renforce e qui reproduit les inégalité ethnique, de l'âge, de classe et de genre.

Mots-clé: éducation; développement urbain, société

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	22
A EDUCAÇÃO PELA DESMISTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	22
1.1 Da produção do (sub) desenvolvimento à produção do desenvolvimento local: a contemporânea celebração do capital.	22
1.2 Participação social: condições e consciência.	32
CAPÍTULO 2	40
ESBOÇO PARA UM LUGAR	40
2.1 O Pilar pela feição do problema.	43
2.2 Os surtos das intervenções: o vai-e-vem pelo centro.	48
2.3 Só sei que foi assim.	51
CAPÍTULO 3	61
REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS: VÍCIOS E VIRTUDES	61
3.1 A (des) centralidade do trabalho e as políticas sociais.	68
3.2 Políticas focalizadas: novo formato das políticas sociais.	82
3.3 A inserção no Pilar.	84
CAPÍTULO 4	91
PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PILAR	91
4.1 A educação no Pilar.	96
4.2 O Pilar na educação: tempo de possibilidades?	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Jornal A Tarde – 28/02/1996 Comércio pede socorro contra a degradação.	54
FIGURA 2	Jornal A Tarde – 29/08/1996 Abandono causa esvaziamento no Comércio	55
FIGURA 3	Jornal A Tarde – 28/12/1996 Revitalizar é prioridade no Comércio	56
FIGURA 4	Jornal A Tarde – 10/01/1998 Abandono degrada planos Pilar e Taboão	57
FIGURA 5	Jornal A Tarde – 10/10/2004 Os programas existentes	58
FIGURA 6	Jornal A Tarde – 26/01/2006 Trapiche vai virar centro de cinema	59
FIGURA 7	Jornal A Tarde – 30/03/2006 Miséria e revitalização no Comércio	60
FIGURA 9	Poligonal Pilar/Taboão	84
FIGURA 10	Encosta do Pilar	85
FIGURA 11	Elevador Hidráulico Taboão	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Tabela de escolaridade – Pilar	92
TABELA 2	Tabela de ocupação – Pilar	105

LISTA DE SIGLAS

ACM – Antonio Carlos Magalhães

BIRD – Banco Mundial

BNH – Banco Nacional de Habitação

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

MEB – Movimento de Educação de Base

OGU – Orçamento Geral da União

ONU – Organização das Nações Unidas

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS – Programa de Integração Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

*Rosas,
É fácil pintar-lhes as flores,
Díficeis são as folhas. (Aldous Huxley)*

Os versos de Huxley estimulam-nos a pensar sobre as sutilezas daquilo que não está, a princípio, às claras. O ofuscamento causado pela beleza imediata das flores termina por inibir a profundidade que amplia e nos revela outras nervuras, como a riqueza de detalhes das folhas. O liame desses versos às reflexões que fazemos, neste trabalho, está justamente no objetivo de percorrer os feixes que vascularizam as políticas públicas sociais no Brasil, através de programas específicos de intervenção em áreas urbanas centrais, para compreender a dimensão educacional a partir desses programas.

O objeto de estudo deste trabalho é a concepção educacional na “revitalização” do Pilar, localidade pertencente ao bairro Comércio, parte baixa do Centro Histórico de Salvador/Bahia, em uma perspectiva que pressupõe a interferência desses programas, projetos e planos nos valores da comunidade e nos seus processos educacionais.

O *corpus* desta pesquisa se forma a partir de dois programas. O *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* e o *Programa Pró-Moradia*. O *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* tem fonte de recurso o OGU – Orçamento Geral da União e o *Programa Pró-Moradia* obtém recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Esses programas foram selecionados pelo Governo do Estado da Bahia para realização de sua proposta de revitalização de áreas centrais de Salvador. No *Programa Pró-Moradia*, ele vai buscar recursos para construção de unidades habitacionais no Pilar. No Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais vai buscar a elaboração do Plano para requalificação do Pilar/Taboão.

Julgamos necessário esclarecer os conceitos utilizados de revitalização, reabilitação e requalificação que aparecem no decorrer do trabalho. Entende-se por **revitalização** o conjunto de medidas que visa criar nova vitalidade e dar novo grau de eficiência a alguma coisa, por exemplo, a revitalização de um conjunto urbanístico de uma localidade; por **reabilitação** o conjunto de medidas que objetiva restituir a um imóvel ou a um conjunto urbanístico a

capacidade de utilização; e, finalmente, por **requalificação** o conjunto de medidas que têm por fim adaptar um imóvel ou um conjunto urbanístico a outros usos.

Cabem algumas considerações sobre os Programas, que também são usados como fontes para a pesquisa, devido às suas complexidades. O *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais* apresenta e fundamenta, para a administração pública Estadual, Municipal e do Distrito Federal, as ações de apoio à elaboração de planos de reabilitação de áreas Centrais e aos projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais. Essas ações são postas em prática com recursos do OGU e têm como gestor do Programa o Ministério das Cidades. A esse ministério cabe estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais. No caso do Pilar, o Estado da Bahia é o proponente, representado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, tendo como interveniente e agente executor, a CONDER.

O *Programa Pró-Moradia*, o outro programa que também servirá como fonte da pesquisa, conforme manual de fomento (2003, p. 21) elaborado pela Caixa Econômica Federal, tem como objetivo “apoiar o Poder Público Estadual, Municipal e do Distrito Federal, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, que resultem na qualidade de vida da população de baixa renda, através de alternativas habitacionais”, ou seja, é um Programa do Governo Federal voltado para atendimento habitacional, financiado com recursos do FGTS, tendo também o Ministério das Cidades como gestor, através da Secretaria Nacional de Habitação. No Pilar, esse Programa insere-se nas diretrizes propostas pelo Governo do Estado da Bahia para intervenção em áreas centrais. Ou seja, é através do *Pró-Moradia* que o Governo do Estado da Bahia obtém recursos para a construção das unidades habitacionais.

Para a execução do Projeto no Pilar, referente ao *Programa Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*, a CONDER apresentou as ações macro a serem executadas no Plano de Trabalho. Essas ações foram detalhadas no Termo de Referência¹ para a execução do Plano de Requalificação Urbana da Área do Pilar/Taboão. Do *Programa Pró-Moradia* originam-se dois Projetos: O Projeto de Intervenção Física e o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, como produtos finais. Após a aprovação dos projetos pela Caixa Econômica Federal, a CONDER foi autorizada à execução.

¹ É um projeto executivo no qual estão explicitadas as ações. É no termo de referência que encontramos os objetivos, as justificativas, a metodologia e os cronogramas de atividades.

Nos mencionados documentos, tivemos acesso à sistemática, aos objetivos, à caracterização, à metodologia, aos dados e concepção acerca da proposta de “intervenção integrada”, entre as quais estão a educação, a participação e a idéia de desenvolvimento.

Do ponto de vista da localização física, o Pilar é uma pequena poligonal que está limitada ao norte pelo túnel Américo Simas, ao Sul pela praça Marechal Deodoro, ao leste pela encosta do Pilar e ao oeste pela avenida Jequitaia, pertencente ao bairro Comércio, encosta da parte baixa do Centro Histórico de Salvador/Bahia. Conforme último levantamento de dados sócio-econômicos, elaborado em 2003 pela CONDER, vivem no Pilar 250 (duzentas e cinquenta) famílias, dessas 112 (cento e doze) moram em barracos de madeira e 138 (cento e trinta e oito) em prédios abandonados que se transformaram em habitações coletivas, chamadas de cortiços.

Do *Programa Pró-Moradia* surgem dois projetos para habitação na localidade do Pilar: O Projeto *Pró-Moradia I*, em execução, que prevê a construção de unidades habitacionais para 107 (cento e sete) famílias residentes em barracos localizados na encosta da ladeira do Pilar e o Projeto *Pró-Moradia II*, para os residentes nos prédios em ruínas, na parte sul da poligonal descrita, que se encontra em processo de elaboração. Neste trabalho, consideramos, apenas, o Projeto *Pró-Moradia I*, já em realização.

Temos definido como problema que tais programas apresentam argumentos sobre a importância da participação e interação junto à comunidade, proclamando tais elementos como essenciais. No entanto, esses trabalhos, em suas ações programáticas, se constituem, na sua execução, em mais uma política pública assistencialista que reforça o sistema capitalista, autorizada no limite da sua conjuntura sócio-econômica. Qualquer proposta que minimamente ponha em xeque a sua composição orgânica terá dificuldade para ser considerada, e as categorias convenientes ao discurso da integração, bem alinhavado nos instrumentos relativos à execução de tais programas, caem na superficialidade. Pior que isso, são os argumentos da assistência, retórica que molda as pessoas a partir da imposição de condições que, à primeira vista, parecem servir de alívio à situação de miséria, mas que, se vemos amiúde, como quem olha a nervura das folhas em detrimento do colorido empapuçante das flores, haveremos de reparar mais de perto as sutilezas dessas ações.

Percebemos que nas revitalizações de áreas centrais e sítios históricos de Salvador as comunidades residentes ainda não foram efetivamente envolvidas e não se envolvem, enquanto agentes gestores importantes no processo. Acreditamos que as revitalizações das localidades do centro, a exemplo do Pilar, são uma possibilidade para a urgente questão urbana, no que se refere à habitação social e à responsabilidade social, em foco, hoje, pelo

governo federal. No entanto, a forma com estão sendo efetivadas tem acirrado as desigualdades e a situação de carência das famílias residentes.

Nessa linha de argumentação, levantamos algumas questões norteadoras da pesquisa, apresentadas abaixo:

- √ É possível pensar em autonomia, participação e desenvolvimento pelas ações educativas presentes nas propostas de trabalho social para o Pilar?
- √ Quais as finalidades dessas ações educativas?
- √ Quais os princípios fundamentais que servem de base aos procedimentos educacionais propostos pelos idealizadores dos programas, projetos e planos mencionados?
- √ Como a comunidade do Pilar responde à intervenção física e à intervenção social no modelo proposto pelos programas, projetos, planos e instrumentos de execução para as pessoas e para a localidade?

Para a pesquisa recorreremos às hipóteses preliminares, apontadas como possíveis respostas para as questões levantadas, embora flexibilizadas no andamento da pesquisa pelas evidências que podem confirmá-las ou não.

- √ O modo de produção capitalista pela sua composição orgânica não pode prescindir da alienação dos sujeitos para a produção e reprodução do capital, o que resulta em políticas sociais assistencialistas, desoprimindo o sistema das suas crises, dando-lhe sobrevida.
- √ O “mercado de trabalho”, o assalariamento mínimo ou a informalidade é travestida em sinais de cooperativas sem discussão sobre a produção, distribuição e divisão dos resultados.
- √ O ditame educacional nos projetos encontra solo na ideologia do poder dominante, com o forte discurso institucional da emancipação das pessoas e do lugar, que mascara os lugares hierarquicamente reforçados em nossa sociedade.
- √ O relacionamento entre poder público e comunidade e vice-versa tende à tutela, pelo controle da população carente com as ações paliativas, por parte do primeiro, e necessidade da ajuda, por parte da segunda, pelo nível de miséria em que se encontra.

O objetivo desse estudo é a proposta de trabalho social para o Pilar e como são concebidas as temáticas do desenvolvimento, da participação e da educação. Em outras palavras, identificar e analisar a concepção que norteia as propostas de trabalho social com a comunidade, nos respectivos projetos.

Do objetivo geral, das questões e hipóteses apontadas, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- √ Analisar a proposta de participação e desenvolvimento apresentada para os moradores do Pilar nos referidos programas, projetos e instrumentos que respaldam a sua execução.
- √ Discutir a consonância ou não desses programas com o postulado neoliberal.
- √ Discutir as ações educativas para investigar se elas possibilitam a interação/não interação da comunidade do Pilar a partir dos programas de “revitalização” e o seu processo de intervenção física e social na localidade onde vivem.
- √ Analisar o relacionamento entre poder público e comunidade, estímulos e empecilhos de processos políticos de organização inerentes à comunidade.

E é por esse caminho que chega a reflexão que fazemos sobre a dimensão educacional nesses programas de “revitalização” de áreas centrais, especificamente no caso do Pilar. Tais reflexões vão se constituir em mais um rumo, mais uma possibilidade de dar certo sentido à educação.

Sabemos que as perspectivas teóricas utilizadas neste trabalho respondem, em parte, às questões e aos objetivos indicados, bem como reforçam as hipóteses sinalizadas, mas, sobretudo, indicam o caminho para a investigação e a interpretação de evidências.

A metodologia adotada é o estudo de caso com base na pesquisa documental, entendendo documento como expressão da experiência humana pelas palavras de Vieira et al. (1998). Lugar onde vamos buscar os dados necessários para a árdua tarefa de interpretar. Interpretar, no nosso entendimento, é “uma atividade radicalmente histórica” (REIS, 1992, p. 67) e, portanto, humana.

Conforme orienta Laville & Dione (1999, p. 166), “um documento pode ser mais do que um pergaminho poeirento”. Nesse sentido, vamos buscar os vestígios deixados. Sim, porque os programas e os seus instrumentos que serão analisados e nos servirão de documentos, à primeira vista parecem concordar sobre a importância da educação, da

autonomia, da participação e do desenvolvimento para o Pilar. Recorremos à linguagem metafórica para compreender melhor esses vestígios, usando a representação do personagem Zadig, na fábula Zadig e a cachorrinha da rainha². Resumidamente, a rainha perdeu uma cachorrinha e os seus servos à sua procura indagaram a Zadig sobre tê-la visto passar. Ele responde: “é uma cachorrinha de caça que deu cria há pouco tempo; manqueja da pata dianteira esquerda e tem orelhas muito compridas. Viu-a então?” Perguntaram os servos da rainha. Responde Zadig: “nunca a vi e nem sabia que a rainha tivesse uma cadela”. Zadig foi preso, evidentemente ninguém acreditou nele. Ao ser inquirido, explicou: “percebi na areia pegadas de um animal, e facilmente concluí serem de um cão. Leves e longos sulcos, visíveis nas ondulações da areia entre os vestígios das patas, revelaram-me tratar-se de uma cadela com as tetas pendentes, e que, portanto, deveria ter dado cria poucos dias antes. Outros traços em sentido diferente, sempre marcando a superfície da areia ao lado das patas dianteiras, acusavam ter ela orelhas muito grandes; e como além disso notei que as impressões de uma das patas eram menos fundas que as das outras três, deduzi que a cadela da nossa augusta rainha manquejava um pouco”. Notemos como Zadig se preocupou com a descrição das propriedades a partir dos detalhes. Pistas óbvias, que necessitavam de olhos atentos.

A partir dos detalhes oferecidos pela alegoria, podemos entrar no campo delicado do método. Morin (2005) relaciona método e teoria, afirmando que a teoria não é o conhecimento como um fim em si mesmo, mas o concede. Assim, não se constitui em um fim de um movimento percorrido, porém a possibilidade de uma partida. Portanto, a teoria pode dar licença a algo inaugural. Nesse sentido, o método não pode ser mecânico, um repertório de prescrições que exclui todo o sujeito de se pôr, de se fazer sentir, se transmitir. Nas palavras de Morin:

A teoria é engrama, e o método, para ser estabelecido, precisa de estratégia, iniciativa, invenção e arte. Estabelece-se uma relação recorrente entre método e teoria, regenera-a. O método é a práxis fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa de geratividade paradigmática/teórica, mas que, por sua vez regenera esta geratividade. Assim, a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência (MORIN, 2005, p. 335).

Por este caminho indiciário, compreendemos que, em nosso trabalho, o que queremos esquadrihar não está lá à espreita, pronto para tomar de assalto as páginas desta dissertação. Pelo contrário, é preciso aprender com Zadig a investigar seus rastros ou mesmo

² Retiramos essa alegoria do livro *Visões de liberdade* de Sidney Chalhoub. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

os seus silêncios. A noção de documento é ampliada. Alerta-nos Vieira et al (1998) que, nessa prática, o ponto de partida da investigação passa do documento para o problema, sem, contudo, deixar de lembrar que os registros não são o real, mas parte dele, produzidos segundo determinados interesses e valores. Daí pode surgir uma problemática que não se impõe pelas respostas que desejamos para nossas perguntas. A problemática é uma relação íntima do sujeito com o objeto pesquisado. Não pretendemos com isto negligenciar a teoria, a ciência e a técnica. Mas, valorizar a pesquisa por outras maneiras de se denunciar e anunciar a realidade, palco da manifestação da vida. Mário Quintana dizia que ser poeta não é um jeito de escrever, mas um jeito de ser. Utilizo-me destas palavras, transcrevendo-a para a arte do ato de pesquisar: ser pesquisador não é um jeito de fazer simplesmente, **mas um jeito de ser**.

Os procedimentos operacionais que norteiam este trabalho são:

- Levantamento bibliográfico, que dá sustentação e revela a nossa perspectiva teórica, através do qual buscamos contextualizar o objeto de estudo e a sua relação com a educação;
- Pesquisa documental que teve como fontes: o *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*, o *Programa Pró-Moradia*, o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental para o Pilar, o Plano de Requalificação Urbana para o Pilar, o Termo de Referência relacionado, os Planos de Trabalho da CONDER (instituição executora dos programas), atas, memórias de reunião realizadas pela CONDER com os moradores do Pilar e com as instituições envolvidas, que registram as discussões sobre os projetos. Foram definidas como premissas, analisadas nos referidos documentos, a origem dos programas, os objetivos (dimensão), orientações para execução, metodologia, justificativas, concepção de participação, desenvolvimento local, autonomia e as ações educativas propostas.
- Entrevistas semi-estruturadas realizadas no período de agosto a novembro de 2005 com as pessoas que vivem na localidade, buscando confrontar os depoimentos da população residente no Pilar com os documentos analisados sobre a intervenção física e social na localidade, a fim de perceber a relação entre o discurso e as intervenções concretas. Assim, pretendemos analisar a concepção de participação e como ela se efetiva nas ações até então empreendidas.

O nosso trabalho, conforme já esclarecemos, é de interpretação e interpretar tem como consequência uma atenção para o discurso, o qual nos chama atenção Orlandi (1988) sobre

o seu caráter histórico e ideológico, nos sentidos que são produzidos e eles não nascem *ab nihilo*. São criados. São construídos em confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seu jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase inevitavelmente, as instituições. Os sentidos em suma são produzidos (ORLANDI, 1988, p. 60).

Santos (2002) afirma que no mundo de hoje não se faz nada importante sem discurso. Percorremos os documentos de análise com esta atenção. Interpretamos as assimetrias encontradas entre os objetivos, justificativas e metodologias em relação à caracterização das pessoas e do lugar e as ações educativas propostas. Notamos o tratamento funcional que se dá à manifestação de pobreza no Pilar, enquanto estruturalmente continua no mesmo lugar. Isto acontece de forma passiva ou ativa dos governantes. As ações hegemônicas arrastam as demais ações. A idéia de participação, desenvolvimento local e a educação como proposição para a sustentabilidade sócio-econômica-ambiental do Pilar não se sustenta na base intelectual da política econômica vigente. Assim, os discursos de emancipação se conflituam com as ações de intervenção física e social.

Para não nos precipitarmos no empirismo exagerado nem em conceitos e categorias abstratas em nome da objetividade que requer rigor, trilhamos, sem a certeza da conquista, entre teoria e prática, buscando a técnica que fosse, para nós, aquela capaz de se colocar entre a teoria e as evidências. Desde já, ressaltamos que nenhuma técnica é imparcial, vincula-se, inquestionavelmente, à perspectiva teórica do pesquisador, que, a nosso ver, tem afinidade com a sua forma de compreender e estar no mundo. Esclarecemos que os modelos instrumentalizadores da análise dos documentos foram resultado de um trabalho que se antecipou no diálogo da teoria com os sinais, indícios, portanto, a sua montagem não se antepôs à pesquisa.

Por precaução, justificamos que, no decorrer do trabalho, aparecerão autores considerados antagônicos pela ciência que se pretende imparcial. Do nosso lado, e com o zelo que a questão pede, atentamos para a fertilidade intelectual dos autores e as aproximações possíveis que nos auxiliam numa perspectiva que, antes de ser acadêmica, é uma luta política, entendendo política não na sua limitação partidária. Diante disso, cabe exhibir a diferença manifesta entre ecletismo e pluralidade. Entendemos ecletismo como um conjunto de retalhos

sem uma proposta definida no cotidiano das relações no ensino-aprendizagem, sem evidenciar o lugar de onde falamos e para onde nos encontramos. Na pluralidade, estes aspectos estão às claras, bem definidos e os diálogos se tornam, então, possíveis. Ser plural não é apenas uma das maiores riquezas da humanidade, é a sua própria natureza.

Por fim, refletimos sobre a predileção de um tema de pesquisa. Será que a preferência por este ou aquele tema é uma escolha nossa? No percurso deste trabalho, tantas vezes pensamos se escolhemos ou somos escolhidos para trabalhar com determinados temas. Que caminhos levaram-nos até ele, em um trajeto de vida que poderia ter seguido outras direções? Certamente, um discernimento cuja ascendência obedece a uma trajetória de vida que foi e está sendo construída.

Um tema de pesquisa, para nós, é algo vivo, parcial e passional, nas palavras de Nietzsche: “humano, demasiado humano”.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO PELA DESMISTIFICAÇÃO DE CONCEITOS

As principais categorias conceituais e de análise que nortearam este trabalho, também serviram de eixo e vínculo para a nossa concepção de educação em sintonia com a perspectiva teórica que ampara esta dissertação.

As palavras não são como películas a flutuar sobre águas à deriva. Há nelas uma profundidade nem sempre fácil de compreender, por sua complexidade, mas, também, pelo emaranhado labiríntico dos caminhos a percorrer. São como reflexos cintilantes sobre águas profundas, convidativas, cujos significados nem sempre estamos preparados para imergir. As palavras não são alheias a sua historicidade. Compreender os seus conceitos é agir criticamente sobre elas, descobrir como se corporificaram. É por esse entendimento que buscamos perscrutar o entendimento de desenvolvimento e de participação. Termos recorrentes na atualidade e assenhoreados pelas instituições, formuladoras e executoras de políticas públicas sociais que se reivindicam parceiras da inclusão social.

Entendemos que é preciso compreender de que matriz vem a noção de desenvolvimento para as localidades, não menos diferente e de vinculação direta com esta noção está em saber qual a pretensão sobre a participação das pessoas nos processos que lhes dizem respeito. Nesse sentido, esclarecemos a seguir a nossa compreensão de desenvolvimento e participação social para deixar às claras sob que base ergueram-se as análises das fontes de pesquisa utilizadas.

1.1 DA PRODUÇÃO DO (SUB) DESENVOLVIMENTO À PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONTEMPORÂNEA CELEBRAÇÃO DO CAPITAL.

Ao nascimento da mecanização e da indústria moderna [...] seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade e extensão. Todos os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite, foram rompidos. O capital celebrou suas orgias. (Karl Marx, 1998).

Discutir desenvolvimento é tão complexo, quanto entender a internalização da idéia de subdesenvolvimento inculcada por anos a fio aos países ditos atrasados; desígnio marcado pelo propósito que tem sido a tragédia do desenvolvimento capitalista, processo “diluidor que desmancha no ar tudo o que é sólido” (BERMAN, 1986, p. 103).

Partindo da compreensão burguesa de desenvolvimento, associamos o termo à noção de modernidade tratada por Marx, no Manifesto Comunista, compartilhando com o que apresenta Berman (1986), no que se refere à visão diluidora e sua dialética. Segundo este autor, o clímax revolucionário burguês é exaltado por Marx, no âmago institucional da modernidade, com a emergência de um mercado mundial, absorvidor e destruidor de mercados locais e regionais, transformando as necessidades humanas cada vez mais internacionais e cosmopolitas. Isso resulta em um contingente vertido nas cidades, geometricamente empobrecido. É a imposição capitalista desesperada e delirante, expulsando populações inteiras de seu habitat, intensificando e representando novas formas de vida e movimento. Mesmo com as reconfigurações capitalistas no mundo atual, sentimos o quanto essas acepções ainda fazem sentido.

Berman (1986) reforça que uma das grandes realizações da burguesia foi a potencialidade e estímulo humanos para o desenvolvimento. Esse esforço, diz o autor, “Marx nos mostra, está imbutido no trabalho e nas necessidades diárias da economia burguesa. Quem quer que esteja ao alcance dessa economia se vê sob a pressão de uma incansável competição, seja do outro lado da rua, seja em qualquer parte do mundo” (BERMAN, 1986, p.108). Isto significa dizer que os meios de produção precisam estar eternamente reorganizados, implicando transformações em todas as condições e relações sociais. São as nossas vidas controladas por interesses bem definidos “não só na mudança, mas na crise e no caos” (BERMAN, 1986, p.109).

Quanto mais a sociedade se agita frente ao turbilhão da modernidade, rumo ao insaciável desenvolvimento, mais o sistema capitalista se fortalece. “Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redesenvolvimento e renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora” (BERMAN, 1986, p. 109). Cria-se o ideal humanístico de autodesenvolvimento a partir do desenvolvimento econômico burguês. Nesse sentido, Marx (*apud* BERMAN, 1986) é surpreendente quando afirma que a promoção do autodesenvolvimento está diretamente relacionada ao modo de ser do sistema capitalista, pois destrói as potencialidades humanas por ele criadas, na medida em que as pessoas só podem se desenvolver de forma contida e restrita aos seus padrões de desenvolvimento. Essa condição gera contradições e instabilidades.

Berman (1986) convida-nos a refletir que quanto mais a sociedade burguesa animar seus membros a “progredir” ou perecer, mais esses vão ser impelidos a fazê-la crescer de modo desmedido, circunstância em que também serão impulsionados a lançar o seu descontentamento contra esta própria sociedade, em nome de uma possibilidade de vida que essa mesma sociedade obrigou a idear. Em contraposição, lucidamente Berman (1986) chama a nossa atenção para a importância do ideal desenvolvimentista presente nas obras de Marx, principalmente no seu ensaio sobre o “Trabalho alienado” (1844), no qual revela a verdadeira alternativa humana ao trabalho alienado, como possibilidade de desenvolver livremente suas energias físicas e mentais. Também em *A ideologia alemã* (1845) traz a noção de desenvolvimento, alicerçada no ideal do comunismo, na perspectiva coletiva como condição para a liberdade pessoal. Em *O capital*³ afirma a necessidade premente de transcender a divisão do trabalho capitalista. Portanto, desenvolver, para Marx, exprime a potência humana do indivíduo à coletividade e vice-versa, num processo dialético mais consciente e equilibrado, o que não tem a ver com a fantasia de uma vida de perfeição definitiva, menos ainda com a noção de desenvolvimento capitalista que gera um mundo fantástico e ao mesmo tempo aterrador.

Retornemos à idéia de desenvolvimento capitalista, tomando como referência as crises do capital, associando-as aos surtos de desenvolvimentos burgueses a cada momento em que a existência do capital é posta em questão e tornam críticos não apenas os produtos existentes, mas as forças produtivas. As crises servem tanto para destruir pessoas, famílias, cidades sem arranhar a estrutura do sistema capitalista e o modo de vida burguês, como podem “abrir espaço para novos investimentos e redesevolvimentos; podem forçar a burguesia a inovar, expandir e combinar seus instrumentos de maneira mais engenhosa que antes: crises podem, portanto, atuar como inesperadas fontes de força e resistência do capitalismo”(BERMAN, 1986, p.118).

Visitamos Santos (1979) para compreender a lógica do planejamento do subdesenvolvimento e da pobreza, já que estamos vinculando desenvolvimento a planejamento capitalista, conseqüentemente a subdesenvolvimento. Nesse sentido, escreve Santos:

³ Volume 1.

A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo não pode estar completa antes que se dê devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento. Nem sequer se torna necessário qualificar o planejamento de capitalista pois os países subdesenvolvidos não conhecem outro (SANTOS, 1979, p. 05).

Santos (1979) justifica que as categorias da ciência econômica, tal qual as da política econômica, são as da economia política, ou seja, a economia política representa a realidade; a política econômica parte desta base para estabelecer as mudanças almejadas. A partir desse entendimento, o planejamento tomou essa feição e impôs um sistema perfeitamente adequado a esta ponderação, qual seja: “Uma política econômica determinada *a priori* é, assim, imposta à economia política” (SANTOS, 1979, p. 06). O autor traz esse raciocínio para explicar como a economia perdeu seu *status* de ciência rendendo-se ao planejamento e transformando-se em ideologia, cujo objetivo é convencer Estados e pessoas sobre os proveitos do que se passou a ser chamado de desenvolvimento. Como vimos anteriormente, o milagre do mundo capitalista, a idéia de crescimento e de consumo que levam ao mundo inteiro a dominação através da dependência. Nas palavras de Santos: “A ciência se perde quando a ideologia começa” (SANTOS, 1979, p. 06).

E avança Santos (1979), afirmando que, para a aventura do desenvolvimento capitalista se realizar, representado pelo planejamento, foi preciso inventar o Terceiro Mundo. Assim, as pessoas do mundo mais pobre deixaram escapar da memória a exploração, convencendo-se do seu subdesenvolvimento. Ora, se existe subdesenvolvimento há que existir a referência do desenvolvimento, e esta indicação certamente é o modelo a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Parece que os nossos governantes sentiram-se assaz estimulados ao paradigma da modernização capitalista.

Theodoro (2004) entende que desenvolvimento como meta revela a situação inversa vivenciada, qual seja, o subdesenvolvimento. Subdesenvolvimento sempre associado ao atrasado. Essa ideologia do desenvolvimento encontrou terreno fértil para se alargar após a Segunda Guerra Mundial, alcançando praticamente toda a humanidade. A partir daí, o planejamento passou a ser um instrumento relevante como meio de forçar o capital internacionalizado por toda parte. Hoje, associam-se a esta lógica as noções de eficiência e racionalidade como prova da necessidade de mais capital, sem o qual os grandes projetos não teriam sucesso. É uma maneira de incentivar a entrada de capital privado simultaneamente aos de organismos internacionais, principalmente oriundos do Banco Mundial. Essa é uma forma de “auxílio”, “gesto generoso” capaz de endividar e distorcer a economia e a vida dos países pobres.

Mas não pára por aí. Há também o discurso da integração das grandes indústrias nacionais pelos planejadores do desenvolvimento. No entanto, como podem integrar-se em benefício de um continente se dependem de matéria-prima, equipamentos, capital de fora? Santos (1979) refuta que uma situação de integração ou de desintegração de economias nacionais “se origina de seus elos periféricos à órbita do capitalismo neocolonialista, porque economias internamente desintegradas não podem integrar-se internamente” (SANTOS , 1979, p.10).

Outra situação exaustiva, e bem atual, considerada inovadora – imaginemos o que verdadeiramente seria inovação nos países pobres – é a essencialidade da cooperação técnica e de capital dos estrangeiros, que não respeitam as especificidades de cada lugar. Inovação à imagem, semelhança e intenções dos países “desenvolvidos”. É possível supor que desenvolvimento significa penetração pelo capital e pelo capitalismo nos outrora chamados países de “Terceiro Mundo”. Evidentemente, isto se deu de forma a adaptar-se às diferentes necessidades e momentos, embora com o mesmo fim: a **acumulação**.

Santos (1979) nos auxilia a compreender as fases dessa penetração: a primeira ele caracteriza como a fase pela força, embora em todas elas o começo seja com a ideologia; a segunda, pelo desenvolvimento dos monopólios em sua forma transnacional, em que a revolução tecnológica teve papel preponderante. O autor situa o início desta fase por volta da década de 40, atingindo os países colonizados mais tarde. Finalmente, a terceira fase que, daí em diante, busca dar a impressão aos países pobres de que eles estão emergindo da pobreza, através do aumento do seu consumo de bens e serviços. Como o propósito não é de eliminar a pobreza, porque isto implicaria a morte do sistema, então ela é mascarada, ao que Santos (1979) vai chamar de *pobreza planejada*.

Arruda (2003) se aproxima de Santos (1979) ao afirmar que, durante as décadas do pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por fases que mudaram a concepção do que significa desenvolvimento e, conseqüentemente, da atribuição do Banco Mundial como banco de desenvolvimento. O período de 40 até 60 buscou a reconstrução dos países que sofreram diretamente com a guerra; as décadas de 60 e 70 vão marcar a transnacionalização das atividades, transferindo a força que move o crescimento dos Estados para as empresas, precipuamente as transnacionais. A década de 80 é marcada por sua nova faceta de credor impassível frente aos problemas de endividamento externo dos países pobres. Nesta fase, a idéia de desenvolvimento dá lugar à questão das teorias de ajuste estrutural (ou o postulado neoliberal) e das crises financeiras. Atualmente, padecemos dos males da globalização econômico-financeira, da desregulamentação e da liberalização do mercado. Males

acompanhados do discurso intervencionista da necessidade de políticas sociais de alívio da fome e redução da pobreza, sem que se questionem as bases materiais que sustentam tais orientações políticas. Esta é a lógica desenvolvimentista dos organismos internacionais. A ingerência que conduz à dependência econômica.

Pensar a categoria desenvolvimento é associá-la à idéia de modernidade gestada no mundo capitalista, idéia que parece ter condicionado governantes do mundo inteiro à paranóia da acumulação, produzindo e reproduzindo capital e modos de ser e viver. No Brasil, esta noção de desenvolvimento não é diferente. Está historicamente vinculada à idéia de modernidade e de mudança. A perspectiva modernizante está no centro do discurso republicano, desde sua origem no século XIX. Para os brasileiros do século XIX e começo do XX, ser moderno é conhecer e praticar as idéias liberais, segundo as quais atraso e miséria eram impeditivos para o progresso. Ser subdesenvolvido implicava atraso em relação aos países ditos desenvolvidos, mas esta noção de atraso, construída também, significava dependência e subordinação. E é esse caminho que vai trilhar a ideologia do desenvolvimento no Brasil: “a modernização sem mudança” (EISENBERG *apud* THEODORO, 2004, p. 19), ou seja, preservação das estruturas tradicionais. Cremos, a partir dessa afirmação, que não há dúvida a quem está servindo e por que a ideologia do desenvolvimento.

De acordo com Theodoro (2004), o conceito de desenvolvimento no Brasil aparece, dentro de um corpo teórico definido, no pós-guerra, no final dos anos 40. Também o conceito de desenvolvimento de comunidade, que se atrela à idéia de desenvolvimento. Ammann (1992) nos mostra que o conjunto de elementos que contribuíram para a produção do desenvolvimento de comunidade constitui-se um momento histórico em que os Estados Unidos e a Rússia deflagraram a chamada “guerra fria”, caracterizada pela bipolarização capitalismo x socialismo na disputa pela preeminência política, econômica e ideológica. Sob o espectro do “comunismo”, os Estados Unidos principiam amplo programa para controle da pobreza, bem como para evitar qualquer tendência à propaganda comunista. Essas medidas favoreceram à ideologia e aos interesses norte americanos, tanto em áreas rurais como nas urbanas. Assim, vai se gestando e desenhando o Desenvolvimento de Comunidade nos países “subdesenvolvidos”, a exemplo do Brasil.

O Desenvolvimento de Comunidade é institucionalizado pela ONU, instituição que, na década de 50, dedica-se a organizar e propagar o Desenvolvimento de Comunidade, baseado nos preceitos de desenvolvimento capitalista, trazendo a seguinte definição, em 1956: “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das

comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.” (AMANN, 1992, p. 32). Começa-se, então, a corrida para modernização da agricultura, principalmente, criar condições favoráveis nas áreas rurais para tornar sólido o sistema capitalista.

Afirma Ammann (1992) que o Desenvolvimento de Comunidade adentrou no Brasil pelos movimentos incitados pelos organismos internacionais e por uma política nacional desenvolvimentista, fortemente marcada na década de 50, no Governo Kubitschek. É época em que se valorizou a alfabetização de jovens e adultos, como combate às ideologias nocivas, leia-se “comunistas”, assim também a “modernização” do trabalho agrícola, deslocando a questão agrária para o “atraso” cultural e tecnológico das pessoas que viviam no campo, sem nenhuma reflexão acerca da sua força de trabalho como mercadoria imprescindível para a expansão do capital. É também durante esse período que o Desenvolvimento de Comunidade dá ênfase às cidades, com a intensificação do processo de industrialização brasileiro, na ambição de corrigir os “distúrbios” do sistema, causado pela urbanização desordenada.

Continua Ammann (1992), asseverando que a partir da década de 60, o Desenvolvimento de Comunidade traz novas preocupações que se antagonizam nas mesmas questões que até então o caracterizam: o caráter a-classista anterior e o caráter político, crítico e classista que começa a se desenhar, pondo em destaque de um lado: ensino, pesquisa e aplicação das ciências sociais e, do outro, desenvolvimento rural e pessoal técnico. É nesse contexto que surge a idéia de participação da população para o seu desenvolvimento, bem como as discussões em torno de uma proposta de Desenvolvimento de Comunidade que privilegia a tomada de consciência da problemática estrutural brasileira. Nesse debate, surgem vários movimentos, entre eles o MEB, defendendo que a educação não pode ser confinada à simples instrução, desconectada do processo produtivo e da práxis social. Ensaia-se, pois, a idéia da educação integral na consciência de si, dos outros e do mundo que o cerca, como proposta de transformação da estrutura capitalista.

No período de 64 a 77, mudam-se as regras do jogo, circunstâncias que beneficiaram o regime militar, rigidamente anticomunista e o Desenvolvimento de Comunidade se insere no âmbito das políticas sociais, assim deliberadas por Cabral (*apud* AMMANN, 1992, p. 101): “conjunto de medidas destinadas a criar condições favoráveis ou a **eliminar obstáculos**⁴ ao desenvolvimento econômico.” Os obstáculos bem podem ser entendidos como os movimentos políticos populares, vistos como perigosos à nova ordem política. Os atos

⁴ Grifo nosso.

institucionais da época, principalmente o nº 5, serviram de eficazes instrumentos de limitação da expressão e da ação política popular. A Política Social assume a função de desobstaculizar qualquer situação que pusesse em risco o crescimento econômico. Nessas condições, surgem os “serviços de tipo social”: educação, saúde, habitação, assistência, com papéis secundários no novo cenário político-econômico. A educação, é claro, entra em cena como recurso estratégico para o desenvolvimento econômico.

Ammann (1992) reflete sobre a absorção, no contexto da ditadura, da ideologia da integração dos programas ao processo de desenvolvimento pelos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade, trocando-se aos poucos as reivindicações de reformas estruturais por apelos à integração proposta pelo regime militar. Para explicar, traz a observação de Karl Marx sobre o poder da ideologia: “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual” (AMMANN, 1992, p.122). E mais, revela a implicação estratégica de integração sintetizada no I PND: “articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresas e trabalhadores” (AMMANN, 1992, p.123). No contexto, aparecem para legitimar as políticas sociais os programas mediadores, são eles: PIS-PASEP, BNH, MOBRAL, RONDON etc.

Por essa perspectiva, Ammann (1992) convida-nos a incidir sobre os supostos heterogêneos que se pretendem dialéticos sobre o sistema de desenvolvimento. Segundo a autora, os intelectuais do desenvolvimento entendem o desenvolvimento como um processo de planejamento integrado de mudança nos aspectos econômicos, tecnológicos, sócio-culturais e político-administrativos. Essa assertiva já esboça elementos díspares que compõem tal compreensão, pois se admite a mudança e vincula-se o desenvolvimento ao planejamento “integrado”, conseqüentemente fica ambíguo se a mudança proposta é estrutural ou ajustadora, se o processo é dialético ou conserva a ordem no interior do sistema.

No período da transição democrática, pouco de mudança fundamental traz o Desenvolvimento de Comunidade, atrelado à idéia de desenvolvimento capitalista. Apesar de insistir na participação como ingrediente indispensável ao processo de desenvolvimento nacional, ainda é marcante a visão de participação numa base social localista, separada dos processos decisivos e decisórios da sociedade global, cujos programas de “melhoria de vida” são quase sempre periféricos e imediatistas.

...não se cogita a reflexão e ação sobre as instâncias estruturais, como, por exemplo, as relações sociais de produção, a gestão e a distribuição dos bens e serviços da sociedade como um todo. Reduz-se a participação às fronteiras e às distintas formas do associativismo, mesmo que este factualmente não venha provocando qualquer transformação substantiva no âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira (AMANN, 1992, p. 194).

Conclui Ammann (1992) que o Desenvolvimento de Comunidade vem ao longo dos anos contribuindo para a exploração da força de trabalho, impossibilitando a reflexão sobre as relações de dominação capitalista, favorecendo, com as suas saídas paliativas, a subordinação do homem ao capital.

Fragoso (2005) vai discutir as formulações conceituais que tentam dar conta da teoria e prática do desenvolvimento micro-territorial, alegando que há uma confusão conceitual que pouco ajuda na compreensão das expressões: desenvolvimento comunitário, desenvolvimento local, organização comunitária, ação comunitária ou desenvolvimento econômico comunitário, propondo a substituição do desenvolvimento local, comunitário e outros que se equiparem, pela expressão desenvolvimento participativo. É interessante, na medida em que ele aproxima a idéia de desenvolvimento da idéia de participação social.

Fragoso (2005) traz como conceito mais freqüente de desenvolvimento comunitário: “processo radical que, através da participação, da organização da coletividade e da sua ação na comunidade, aponta um caminho inequívoco em direção à libertação e emancipação dos sujeitos” (FRAGOSO, 2005. p. 24) e critica essa formulação teórica em seu caráter ambíguo, aproximando-se de Ammann (1992), ao afirmar que o processo histórico tem demonstrado que o desenvolvimento comunitário serve como um instrumento de controle social e de integração pacífica de grupos sociais às políticas econômicas de interesse capitalista. O desenvolvimento de comunidade é gestado na ideologia da modernização, portanto afinado à integração social no reducionismo do crescimento econômico.

Já vimos que o desenvolvimento comunitário aparece depois da segunda Guerra Mundial e mais tarde a expressão desenvolvimento local começa a ganhar corpo, convergindo nos conceitos, cujas características e objetivos, hoje, são muito próximos, conforme elenca Fragoso (2005):

... partem de problemas comunitários ou necessidades; constituem-se como processos de mudança, coletivos, profundamente educativos; têm um caráter endógeno e integrado; como objetivos centrais aparecem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a valorização/formação de recursos locais; o fortalecimento da capacidade, organização e confiança das pessoas; implicam a participação dos interessados; implicam a redistribuição de poder (FRAGOSO, 2005, p. 31).

No entanto, tais objetivos e características não são, na prática, articulados aos processos mais amplos da sociedade global. Dessa maneira, ficam parecendo abstrações ou alucinações sem nenhuma objetivação na proposta de transformação social e, portanto, na maneira de ser e de viver das pessoas.

Aliada à idéia de desenvolvimento comunitário/local está, segundo Fragoso (2005) e Ammann (1992), a noção de ação comunitária ou participação comunitária, que aparece como estratégia das classes dirigentes que chegam a permitir um maior espaço político às classes trabalhadoras, embora de modo reformista em doses pequenas e controladas. Nesse sentido, inúmeros programas se encarregaram de disseminar a pseudo idéia de participação social, dando a ilusão de que participam de processos decisivos da sociedade. É a ação comunitária de gabinete, com projetos que chegam às pessoas com objetivos, metas, requisitos, indicadores e atividades, inclusive com as etapas programadas, atribuindo às reuniões feitas com os moradores o *status* da participação.

Para Fragoso (2005), a expressão Desenvolvimento Participativo é a que melhor encerra o conceito de participação social e desenvolvimento, pois confere à participação o valor central do desenvolvimento. Há que se ter cuidado com o postulado neoliberal que evidencia as contradições da participação nesse contexto político-social, onde o mercado é a entidade fundamental e o Estado retraído no que tange às dimensões sociais. Para justificar a sua reformulação conceitual, Fragoso (2005) lança mão do que esclarece Berthoud (1999): “De agora em diante o desenvolvimento só é possível para os que estão preparados para abandonar as suas tradições pela devoção total ao lucro econômico, à custa de todas as obrigações sociais” (FRAGOSO, 2005, p. 35). A praticidade dessa afirmativa não é simples, principalmente num momento histórico identificado pelos lemas neoliberais.

Por esse entendimento, ressalta Fragoso (2005) alguns traços da participação hoje: o conceito de participação já não é considerado uma ameaça; as políticas de desenvolvimento foram dando sentido à dependência de certas necessidades, ligadas ao acesso de bens e serviços, e esta dependência garante o apoio popular ao projeto de desenvolvimento, embora as vantagens reais ainda continuem com uma minoria; a participação converteu-se em um *slogan* politicamente atraente, proporcionando um vínculo entre os políticos e as pessoas subordinadas, falseando a idéia de que os problemas destas últimas são considerados, convidando-as, através de associações e outras entidades, a dar luminosidade aos seus desejos, e isto tem ligação direta com o controle dos financiamentos; a participação é rentável, significa que através da participação os projetos de desenvolvimento podem ser passados para os mais pobres, por exemplo, projetos realizados com fundos do Banco Mundial demonstram

que “os pobres são clientes mais fráveis que muitos dos ricos”, principalmente se organizados em contextos participativos locais e a participação é concebida como instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimento, ou seja, traz um conhecimento mais preciso da realidade, contribui para as redes relacionais e abre caminhos para a cooperação técnica entre as organizações que atuam em nível local, legitimando a importância das parcerias.

A partir dessas caracterizações constatadoras, o autor infere que nunca foi tão inevitável conhecer e realizar ações participativas contra-hegemônicas e com uma perspectiva sócio-crítica da realidade. Com esta afirmação, Fragoso (2005) aproxima-se de Ammann (1992) quando ela argumenta que “uma participação, para se pretender ‘social’, deve supor um processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomem parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1992, p. 17).

1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONDIÇÕES E CONSCIÊNCIA

Para discussão dessa categoria, recorreremos, principalmente, ao trabalho de Ammann (1978), pois a autora analisa a participação social no processo histórico, no desenho e transformação de estruturas macro-societárias, ou seja, busca na estrutura social o significado da natureza da participação social⁵. Afirmo como condição essencial que as pessoas precisam ter bem assimilados os conjuntos de fatores que constituem a sua história e refletem diretamente na sua forma de agir. Assim, não há como confundir participação com associativismo. E, finalmente, concebe o conceito de participação com o qual concordamos:

Um processo que resulta fundamentalmente da ação das camadas sociais em três níveis diferenciados para a análise e compreensão do fundamento, mas que na realidade são inseparáveis e interdependentes: a produção de bens e serviços; a gestão da sociedade; o usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos nessa sociedade (AMMANN, 1978, p.17).

Isto significa que as camadas sociais devem participar diretamente no interior do sistema político, ou institucional, onde as decisões são geradas, ou ainda no sistema organizacional, que concretiza essas deliberações. Ammann (1978) recorre a Touraine para

⁵ Partilhamos com Ammann (1978, p. 21) a respeito do termo social, que não se trata de uma instância que complementa a econômica, a religiosa etc. Mas representa o caráter societal, no caso, a participação das camadas majoritárias – e não apenas da classe dominante – na construção da sociedade.

definir as associações como grupos voluntários formados para agir sobre o sistema político, as relações de classe ou o sistema de ação histórica e têm sido caracterizadas como forma de participação social e, muitas vezes, confundidas com a participação. Nesse sentido, a partir da proposta conceitual da autora, fica entendido que as associações podem ou não viabilizar a participação. Se a participação ocorrer na forma direta apontada, tais representações são dispensáveis. De outra maneira, elas podem permanecer sem que intermedeiem o curso da participação.

Entendemos que sociedade não é apenas reprodução e adaptação; ela é igualmente criação, produção de si mesma, (AMMANN, 1978, p. 22), portanto, dinâmica e transformadora. Essa definição assegura o princípio da mutabilidade, que se respalda no método dialético, nosso escolhido. Nesse sentido, compreendemos a participação como uma categoria de importância inquestionável frente à transformação da sociedade em nível histórico-estrutural, que se eleva para além de estratégias que fortalecem um sistema dado. Estratégias maquiadas pelo discurso da “participação”, que encobrem os mecanismos produtores e reprodutores da desigualdade social e seus desdobramentos. O direito de participar precisa ser reconhecido como direito natural e político dos seres humanos, e não concedido e tutelado, como, historicamente, tem sido comprovado.

Demo (1996) associa participação à política social, pois no seu conceito está implícita a conquista da autopromoção dos interessados: “Política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais” (DEMO, 1996, p. 6). E as desigualdades são um problema estrutural, dessa forma, não há como resolvê-las sem que consideremos o conceito de participação proposto por Ammann (1978), registrado acima, o que Demo (1996), à sua maneira, também nos evidencia:

A política social participativa busca resgatar a problemática das condições subjetivas, no sentido da importância da organização política, dentro das estruturas dadas, quer dizer, sem secundarizar a questão da base objetiva material [...]. A desigualdade é um fenômeno histórico-estrutural típico. Primeiro, porque é dialético, provindo sua dinâmica precisamente da unidade de contrários. Segundo, porque é estrutural, no sentido que faz parte de qualquer grupo humano; **social é praticamente sinônimo de desigual**⁶. Terceiro, porque é histórico, no sentido de que está na raiz das relações sociais, a partir dos desiguais, desde que se organizem politicamente (DEMO, 1996, p. 6).

Demo (1996) reflete que a desigualdade social revela-se por duas faces, que se relacionam entre si e evidenciam a possibilidade de mudança a partir das contradições

internas presentes nos elementos amalgamados, ou seja, a “desgraça social” que incomoda no desigual é a mesma força que pode impulsionar as mudanças, evidentemente a partir daqueles que sofrem com a dominação. A “desordem” – no sentido da necessidade premente de revolver da sociedade – não cessará, porque sempre haverá desiguais. Segundo o autor, todo modo de produção é contraditório: Como forma, a desigualdade não muda, como conteúdo (história), é um tempo de possibilidade de transformação que não cessa. Mas o que nos interessa é identificar quais os caminhos de superação da estrutura capitalista, na sua forma e conteúdo, e o que significa, dentro dessa forma, a participação.

Aliás, a pobreza no Brasil, mais que uma questão emergencial, tem caráter estrutural. E essa “emergência” é muitas vezes o que dissimula o caráter assistencialista da participação, no qual a miséria serve de tutela; as políticas sociais, de alívio ao sistema; e a esmola, de subserviência. Observamos que, em vez da participação, o que há é uma figuração participativa, segundo a qual a política não é um lugar para as camadas populares, porque exigem uma qualificação “sobrenatural” que elas não têm, assim fica fácil introjetar a idéia de tutela do poder, embora a mensagem proferida seja da necessária participação do “povo”, mas todas as iniciativas devem ser tomadas pelas elites dominantes, através das instituições que as representam, no universo público ou privado.

Sobre essa reflexão, Moisés (2005), recorrendo a autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, nos esclarece a eficácia da política contra a participação, que tem sua raiz oligárquica-patrimonial da ordem política, que, por sua vez, deu lugar às bases estatistas e autoritárias, trazendo para a história política brasileira a concepção de uma suposta incapacidade do povo para organizar a sociedade e o Estado, marginalizando a participação das camadas populares nos espaços públicos de decisão, tornando-se a democracia, no Brasil, um lamentável mal-entendido.

Voltamos a Ammann (1978) para melhor esclarecer as condições para a participação, tanto em nível societal, ou seja, como acontecem as relações sociais que fortalecem a sociedade, quanto à conscientização, compreendendo como “um processo pelo qual os grupos passam a compreender as relações sociais que se estabelecem em uma sociedade historicamente determinada e a **atuar criticamente**⁷ ao nível dessas mesmas relações” (TOURAINÉ *apud* AMMANN, 1978, p. 34).

Julgamos pertinentes os níveis estabelecidos por Ammann (1978) e trabalhados por esta, a fim de compreender o grau e o nível de participação social. São eles: historicidade,

⁶ Grifo nosso.

⁷ Grifo nosso.

nível institucional ou político e o nível da organização social. A historicidade representa o movimento histórico, que produz a estrutura de classes definidas nas relações sociais de produção, conflitantes e indicadoras do controle social e do trabalho cultural. O nível institucional ou político é o lugar onde figuram as estruturas sociais reguladas por leis e situa-se entre a ação histórica e a organização social. Esta última simboliza o sistema político normatizado que assegura uma função concebida como legítima em uma sociedade dada.

O processo participativo não pode prescindir do sistema da ação histórica, no qual está a possibilidade do movimento transformador da sociedade, nem tampouco do conhecimento das regras que comandam cada sociedade, bem como da relação dependência-autonomia que existe na organização social. Ammann (1978) esclarece que a participação social acontece na razão direta da autonomia e na razão inversa da dependência de uma dada sociedade. Isto significa dizer que as relações sociais ficam submissas à ideologia dominante, no caso a capitalista, com características alienadoras, o que só agrava as desigualdades. Pelo contrário, a autonomia, tende à abertura dos sistemas de relações pondo em “xeque” as estruturas da ordem dominante, donde podem advir os impulsos para a correlação de forças políticas.

A autonomia por si só não garante a participação social, que é determinada em última instância pelo modo de produção vigente, cuja organicidade se constitui de sujeição, fragmentação, deslegitimação, expropriação, desidentificação, evidenciando um tipo de autoridade que suprime individualidades e evidencia um ordenamento vertical que categoriza as pessoas em superiores e inferiores. Não negamos, no entanto, que a autonomia abre espaços para que, em determinadas ações, os objetivos e orientações da sociedade possam contar com alguns atores sociais que representam grupos sociais dependentes das tais “políticas sociais”. Assim, a participação social não é algo que se resolve externamente, mas na contradição interna das relações sociais que emanam dentro da sociedade. “As relações de dominação e poder exercem influência substantiva no jogo das determinações sociais e essas relações são respaldadas pelos aparelhos do Estado e por seus aparatos ideológicos” (AMMANN, 1978, p. 31).

As relações sociais são resultados da ação humana e não a evidência de uma força fantasmagórica que tem existência em si e por si, como a maioria das instituições e seus instrumentos fazem crer. Há um vínculo entre economia e política, que se apresenta sob falsa aparência chamada ideologia, distanciando os indivíduos da compreensão crítica da sua realidade (conscientiz**Ação**). Ressaltamos que motivar a participação, dentro dos requisitos que o sistema admite e não lhe sirva de ameaça, não significa a sua efetivação, pois o

indivíduo pode não se encontrar **educado para participar**, como nos esclarece Ammann (1978) pelas palavras de Manheim:

A motivação provoca a identificação das razões que movem o indivíduo a participar, mas a aprendizagem da participação só se verifica quando em resposta a uma necessidade sentida, uma pessoa se apodera ativamente de alguma parte do meio de idéias, hábitos, habilidade e os entretece como novo padrão de comportamento (MANHEIM *apud* AMMANN, 1978, p. 40).

A afirmação de Mannheim acima nos remete à compreensão que Freire (*apud* GADOTTI, 2005) faz sobre o homem enquanto um ser reflexivo e de ação que não pode ser considerado fora de suas relações com o mundo. Como reflete Chauí, “somos não contra o mundo, mas no mundo, mudando na companhia de outros, com nossas dores, conflitos, lutas e esperança” (CHAUÍ, 2000, p. 365). É nessa relação que se torna possível a relação de mutualidade com as coisas e os outros sujeitos. Como se refere Gaddotti (2005), utilizando-se das palavras de Freire: “ser consciente não é nessa hipótese, uma simples fórmula ou um mero “slogan”. É a forma mais radical de ser dos seres humanos enquanto seres que, refazendo o mundo que não fizeram, fazem o seu mundo e neste fazer e re-fazer se re-fazem. São porque estão sendo” (FREIRE *apud* GADOTTI, 2005, p. 255).

Nesse sentido, Ammann (1978) esclarece que o processo participativo não pode acontecer na inércia, mas no exercício contínuo e permanente da práxis participativa, conforme designa:

Na reivindicação de seus direitos, na assunção de suas responsabilidades, no aperfeiçoamento de sua profissão, na geração de mais saber, na prática associativista, na elaboração e execução de planos, no desempenho de funções políticas, no posicionamento consciente face às opções, no exercício do voto e da representatividade (AMMANN, 1978, p. 40).

No entanto, ressaltamos, principalmente pelas reflexões que trazemos acerca do nosso entendimento de participação social, que as afirmações acima sobre o homem “ser-em-situação”, transformador e perceptivo da sua relação de mutualidade não são abstrações. Refletimos que essa percepção das coisas e dos outros não se dá de forma objetiva, pois ainda estamos imersos nos “mistérios indesvendáveis” dessa sociedade sofrida, ou melhor, ideologicamente congestionada, o que favorece uma explicação extranatural para o mundo. Chauí (2000) mostra como os procedimentos ideológicos são eficazes para essa reação social frente às mazelas. Um deles é a inversão, ou seja, coloca os efeitos no lugar das causas e

transforma estas últimas em efeitos. Como ilustração, utilizamos o próprio exemplo de Ammann (1978), ao afirmar que o indivíduo diante do fenômeno da seca, da morte de seu filho subnutrido, da exploração do “patrão”, da falta de crédito e assistência por parte do governo, assume uma postura, ainda, de aceitação, inatividade ou submissão, interpretando os acontecimentos como vontade divina ou inexorabilidade da pobreza.

Retomamos a visão crítica da sociedade e a natureza dialética das relações sociais e, portanto, acreditamos que a transformação é possível, como uma disposição para esperar soluções mais favoráveis à vista de tantos desdobramentos perversos no processo de acumulação capitalista. Por esse caminho, acompanhamos Freire (1971): “Ad-mirar a realidade significa objetivá-la, compreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos” (FREIRE, 1971, p. 31).

Entendemos, desse modo, que a participação considerada no todo se constitui de partes que devem estar articuladas, pois separadas não podem ser chamadas de participação. Com essa afirmação, comungamos da reflexão de Ammann (1978) ao afirmar que a produção, gestão e usufruto dos bens da sociedade – participação direta - são fundamentais ao processo participativo, sem os quais ela é falaz. A autora também chama a atenção para a associação, como componente instrumental, considerado por ela como participação indireta, pois não toca na base.

Produzir-se é o que confere aos seres humanos o *status* de diferente em relação aos outros seres vivos e isto também se constitui na sustentação da ordem social, definindo a natureza, a representação e os parâmetros da participação pelos sujeitos de uma dada sociedade. Isto denota que a capacidade humana de gerar as condições objetivas para a sua sobrevivência, através do trabalho, é o que forma a idéia de realidade social e, ao mesmo tempo, vai acrescentando ao processo a dimensão histórica. Para que essa produção se efetive é preciso estabelecer relação com os outros. Nas especificidades dessa relação e em reciprocidade com o **como** se produz, revela-se o modo de produção, imprescindível a todo processo produtivo, no caso em estudo, o capitalista, que divide os trabalhadores em proprietários e não-proprietários. Esses últimos participam cada vez menos do processo produtivo. Ammann (1978) afirma que a verdadeira participação implica a propriedade dos meios de produção, a organização e controle do trabalho, geração do produto e a propriedade do produto gerado.

Ressaltamos que a palavra produzir não encerra em si mesma apenas a produção de bens, mas também produção e transformação da sociedade de si e por si mesma, na produção

de bens mais tangíveis, como também de saber e cultura, que igualmente são produções materiais, trazendo a nossa maneira de estar no mundo, na companhia dos outros, pois como escreveu o filósofo Merleau-Ponty: “somos uma estrutura psicológica e histórica. Todas as minhas ações e meus pensamentos estão em relação com essa estrutura.” (MERLEAU-PONTY *apud* CHAUÍ, 2000a, p.364). Para Ammann (1978), isto se constitui na dialética da historicidade que orienta, além da produção da sociedade, outras categorias da realidade social. Nesse circunvagante, resta-nos inquirir: como as pessoas ou grupos tomam parte da gestão da sociedade em que vivem, no que se refere à tomada de decisões, planejamento e administração, numa estrutura de classes como a nossa? Gestão, nesse sentido, não estaria associada a poder político e este à hierarquização gestada nas relações sociais de produção?

Além da produção e gestão, tão grave quanto, temos a falta de acesso aos bens, tangíveis ou não, da sociedade pelas camadas populares. Logo, sequer estão garantidas as condições básicas à simples subsistência. Esta constatação pode nos remeter a equívoca compreensão de passividade, que mereça as ações sob forma de tutela e dependência. As palavras de Ammann bem esclarecem o cuidado que temos que ter a esse respeito:

As camadas populares não “recebem”, por exemplo, habitação e escola da sociedade. Pelo trabalho elas constroem a sociedade e, por ele, têm o direito a conquistar habitação, educação, saúde, recreação, infra-estrutura urbana, assistência técnica e social, distribuição equitativa das rendas etc (AMMANN, 1978, p. 54).

O associativismo é um instrumento importante para a participação, no entanto de forma ainda indireta, embora influente no processo social. As associações representativas são grupos sociais gerados nos processos sociais, os quais representam uma manifestação da sociabilidade de forma significativa, abrindo os espaços onde é possível instrumentalizar a participação social. Como nos diz Milton Santos (2002), pode lhes escapar o entendimento sistêmico do sistema de mundo, mas não a sociabilidade urbana do mundo no qual precisam estar e reinventá-lo cotidianamente. Isso lhes dá certa flexibilidade e adaptabilidade para além de um comportado sistema de mundo. Ammann (1978) acrescenta: “Em sua forma espontânea ou organizada; por fusão do Nós, ou pelas relações com o outro; com as características ativas ou passivas” (AMMANN, 1978, p. 55). Reconhecer nesses movimentos grandes possibilidades, sem que isto signifique negligenciar a organização, pois esta nos serve, alerta Milton Santos (2002), como meio de negociação necessário a vencer etapas, ou como instrumento de agregação e multiplicação de forças afins. Reflete Ammann (1978): fazer-se representar e influir na sociedade, é frequentemente alcançado pela organização.

Fragmentados, os indivíduos não conseguem se impor e, assim, não alcançam o nível do processo social, nem acolhimento na sociedade global. As associações podem significar um ponto de partida à participação social. O ponto de chegada antecipa outras caminhadas desde a compreensão pelas camadas populares do lugar que ocupam na produção, gestão e usufruto dos bens de uma sociedade, até as representações que a alienação social, fruto da ideologia dominante, a elas congestionam, impedindo a fluidez da condição humana, como possibilidade objetiva.

Atinamos para a compreensão de desenvolvimento e participação no enovelamento desses conceitos utilizados como se a concatenação de intenções institucionais objetivadas em programas e projetos diametrais as ações propostas transformassem sujeitos de uma comunidade em emancipados, sem sequer questionar os motivos que os levaram até ali e quais as razões da sua “exclusão”. Nesse sentido, tentaremos nos capítulos seguintes perscrutar o Pilar, sem perder de vista o não (des) envolvimento.

CAPÍTULO 2

ESBOÇO PARA UM LUGAR

Nesse mundo, meu filho, é assim: cada um se cerca das suas possibilidades e todos vivem pelas próprias conveniências” (Mãe Preta)⁸

Há, neste capítulo, o esforço de reproduzir uma imagem do Pilar na sua relação com o Bairro Comércio, com a dinâmica urbana de Salvador e com a contextualização sócio-político-econômica mundial, que pintou este bairro de uma nova aparência e lhe trajou de novos conteúdos sociais, entre os quais está a força social que é exercida na localidade do Pilar. Mas há também a disposição de deixá-la apresentar-se pela sua própria tessitura.

Há uma fala de Luther King que muito elucida a difícil composição nesta parte do trabalho e, ao mesmo tempo, explica a razão de ser deste discorrer teórico.

Todas as pessoas estão capturadas em uma rede inescapável de mutualidade, ligadas por um único tecido do destino. O que quer que afete a um diretamente, afeta a todos indiretamente. Eu nunca poderei ser o que eu devo ser até que você seja o que deve ser. E você nunca poderá ser o que deve ser até que eu seja o que devo ser (KING, 1968, p. 111).

A citação acima nos diz claramente que o micro e o macro se relacionam e se interferem. Partimos desse princípio, tentando, na medida do possível, não distanciar os elementos da vida material que, sobremaneira, é sensível aos condicionamentos conjunturais e estruturais que o modo de produção capitalista representa na nossa formação social. Não queremos demonizar, nem tampouco desdemonizar, as relações sociais de produção capitalista. Aspiramos em nos pôr a partir desta realidade, que é a do nosso tempo.

Compreendemos que as mudanças no espaço urbano em diversas metrópoles brasileiras, projetadas em variados programas, têm relação e articulação da economia e da

⁸ Odete Assunção (Mãe Preta), sem escolaridade e falecida em 1997, aos 90 anos de idade, em um testemunho oral, expressava sua compreensão sobre a individualidade das pessoas, como leitura de mundo, com forte significado social.

sociedade com concepções e ações oriundas de interesses de matrizes estrangeiras, com o consentimento⁹ da “nossa” elite, representada pelos governos brasileiros. Nesse sentido, para nós, o gradual esvaziamento do centro da cidade de Salvador, particularmente do comércio, como os surtos de “revitalização” mais recentes têm ligação com as peculiaridades temporais do modo de sobreviver do sistema capitalista.

A afirmação de Mãe Preta nos faz pensar: o mundo é humano. A trivialidade de tal afirmativa nos exaspera de tão óbvia, por isso mesmo nos alerta e só podemos sustentar isto por causa da nossa condição humana. Inferimos, então, que o alardeado pela epígrafe pode tranquilamente se ajustar a qualquer forma social. No momento em que confirmamos, também justificamos algo que está por vir. Mãe Preta compôs as palavras que revelam algum sentido para nós, e para ela mesma, sendo um ser vivente de um tempo de produção capitalista, assim como nós. Evidentemente, nessa circunstância, há interferência do tempo em que se vive, embora nos rendamos àquilo que se antecipa: nossa humanidade.

Temos a pretensão de associar o modo burguês de ser à diluição que sofreu sólidas formações sociais, em outras palavras, abalou modos de vida ancestrais – transformação inevitável para a sua produção de mundialidade. Tal lógica arrasta nações, e estas são compreendidas como vagões vazios, puxados por locomotivas pretensamente mais fortes, uma vez que os princípios, valores e modos de vida dessas nações são ignorados, os quais se constituem por elementos identitários de matrizes e matizes que se diferenciam na maneira de conceber o mundo e as relações sociais de produção do modo capitalista que os desestabilizam.

O modo burguês mantém o equilíbrio pela transformação da riqueza em mercadoria e depois em capital.

As velhas formas de honra e dignidade não morrem; são, antes, incorporadas ao mercado, ganham etiquetas de preço, ganham nova vida, enfim, como mercadorias. Com isto qualquer espécie de conduta humana se torna permissível no instante em que se mostre economicamente viável, tornando-se “valiosa”; tudo o que pagar bem terá livre curso (BERMAN, 1986, p.127).

De acordo com Luz (2002), a indústria e o mercado mundial alicerçam fundamentalmente a burguesia, que conquistou o mundo e o impregnou de valores industriais,

⁹ ABÁDIA (2002) discute essa questão em seu livro **Intervenção e Consentimento**: a política educacional do Banco Mundial, publicado pela editora Autores Associados.

submetendo as pessoas ao espaço e tempo da produção, ao consumo, aprendendo a acumular riqueza monetária-financeira, aprendendo a ter. Essa posição é reforçada por Marx (1998, p.10) quando afirma que a “burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária”.

O domínio da forma de invasão do capital, na busca da sua necessidade de capitalização irracional, desajusta as relações sociais e as políticas econômicas no mundo inteiro e a sua compulsão gera instabilidades que se desdobram em efeitos heterogêneos e confusos, comumente chamados de crise¹⁰, que tomam proporções inimagináveis, orbitando em esferas imperceptíveis ao senso comum. “O modo de produção capitalista parece o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou” (MARX, 1998, p.13).

Na tentativa voraz de se salvar desses espectros, o capitalismo busca reorganizar-se colocando à frente da sua instabilidade, como escudo, o mundo. As forças produtivas e a produção, em tempos de crise, são atingidas, entrando num movimento contraditório de desorganização dos mecanismos e estrutura de reprodução social, pondo em risco a sua base orgânica de existência. Segundo Marx (1998), a conquista de novos mercados e exaustão dos antigos são condições essenciais para a superação, a fim de criar possibilidades para a capitalização de sua mais-valia. Esclarece Luxemburgo (1984) que a mais-valia é a culminância e a propulsão do capitalista, sem a qual o capital não se reproduz e não gera a sua função mais visceral: o excedente líquido para o seu refestelamento.

A capacidade expansionista do capitalismo favorece-lhe dimensões universais convertendo as forças sociais do mundo inteiro, principalmente aquelas do mundo do trabalho, em forças ao serviço do capital, dinheiro em eterno processo, cuja finalidade essencial é o lucro, em detrimento, muitas vezes, da existência e sustentabilidade humana.

A civilização burguesa desfigurou o cenário mundial, desagregando relações comunais antigas em todos os cantos do mundo. Assim, é constituído o sistema capitalista, com sua essência debilitadora. Para continuar se reproduzindo, precisa lidar com a sua contradição mais denunciativa: as crises. São elas que o reorganizam e lhe dão sobrevida.

¹⁰ A partir do conceito apresentado por Chauí (2000), entendemos crise como uma alteração no curso da racionalidade capitalista. Podemos inferir que a situação de crise convida a refletir sobre o perigo e a oportunidade. Evidentemente, para a manutenção do sistema, o perigo tem que ser imediatamente tratado sob pena de deixar de ser o que era; e a oportunidade um convite às formas cada vez mais predatórias e desumanas, sem as quais este sistema não sobrevive. Uma representação ideológica: crise, mas podemos chamar de ajuste necessário ao sistema burguês, pelo esgotamento da força de acumulação do capital.

A consolidação do capitalismo teve impacto na humanidade. As relações sociais de produção se transformaram de forma espiralada, ou seja, a formação de novas classes é produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações, e no caso do modo de produção capitalista chamam-nos atenção para a forma como se deu a produção e circulação e como este jeito interferiu substancialmente nas relações entre os homens. Também surpreende como novos elementos influenciaram a vida cotidiana dos sujeitos nas suas relações com os outros e consigo mesmo.

Segundo Harvey (2002), as mudanças na economia política do sistema capitalista, no final do século XX, foram complexas e marcantes, principalmente no mundo do trabalho, nas configurações geográficas e geopolíticas, na relação estado-capital. O princípio organizador da economia não se transformou e todos os seus desdobramentos estavam em função do lucro. O marco para essas modificações radicais pode-se dizer que foi a grande recessão do pós-guerra, na década de 1970. Como hipótese, estes acontecimentos recentes evidenciam uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado.

O período pós-crise é o que nos interessa. Tomamos como referência a década de 1970 até os dias atuais, período identificado como reestruturação produtiva do capital e desregulamentação. A crise de 1970 e seu prolongamento até a década de 80, de amplitude internacional, requisitaram do sistema novas formas de investidas pelo mundo para garantir sua sobrevivência, em suas diretrizes ideológicas que nos fazem crer estarmos vivendo num mundo de globalização inevitável: o postulado do neoliberalismo

O capitalismo evidencia, desde a sua origem, uma capacidade “revolucionária” para a história mundial e, a cada necessidade de ajuste, traz novas configurações alheias às realidades locais. Nessa afirmação, podemos enxergar o bairro Comércio, onde está inserida a localidade do Pilar.

2.1 O PILAR PELA FEIÇÃO DO PROBLEMA

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço inorgânico é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias, que para seu conforto ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora em todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso os espaços “luminosos” da

metrópole, espaços da racionalidade é que são de fato os espaços opacos. (Milton Santos).

Tratar o Pilar pela feição do problema significa bosquejá-lo historicamente, sem a pretensão de uma ampla pesquisa histórica, mas evidenciar a problemática, que traz outra maneira de definição mais próxima às regras e métodos da ciência. O que pretendemos esclarecer, sucintamente, para melhor nos situarmos, são os principais eventos que influenciaram o esvaziamento do Comércio¹¹ e depois o movimento de refluxo, com os surtos das revitalizações.

Pilar é um traço do bairro Comércio. Imaginemos um rosto onde descansa um sinal que o caracterize, assim é a localidade do Pilar para o Comércio. Charmosa, apesar da degradação, remete-nos há um tempo passado de grande frenesi provocado pelo intenso movimento do porto de Salvador. Basta nos determos, em dias atuais, um pouco nas ruínas dos Trapiches e do Mercado do Ouro, que lhe servem de fronteiras.

O comércio foi o lugar fértil, durante quase cinco séculos, para troca, escambo, negócios. Tendo como a sua maior referência o Porto de Salvador. Esta ebulição mercantil nos descreve Rodrigues (2001):

O porto de salvador teve uma trajetória muito parecida com os de outras cidades pelo mundo. No início baluarte militar, a colônia comercial, as enseadas, os pontos de acostagem da faina de pesca, o movimento de mercadorias, escravos, armazéns, arsenais. Depois embarcadouros, as docas, os faróis, a condição mercantil. No final do século XIX e durante quase todo século XX; os motores, as fábricas, os moinhos. Entre as décadas de 30 e 60, alguns dos maiores exemplares da nossa arquitetura moderna foram construídos na área de entorno; Elevador Lacerda; Correios e telégrafos; Instituto Cacau etc. Depois a perda de importância comercial arrastando consigo a degradação física dos prédios do bairro. O porto opera, hoje, com apenas 30% da sua capacidade (RODRIGUES, 2001, p. 01).

Nas palavras de Sampaio (2005, p. 43), o Comércio invadiu o mar. A autora refere-se aos sistemáticos aterros que sofreu a cidade baixa em decorrência da intensificação comercial o que tornou urgente a urbanização da área portuária. Também porque a remodelação urbana permitiria uma melhor distribuição das mercadorias. No século XIX e início do XX a terra impõe-se sobre as águas do Comércio, embora esse hábito de aterrar a cidade baixa ocorra desde o século XVI. Câmara (1988) nos confirma que sobre as freguesias da Conceição e Pilar os aterros começaram com os primeiros moradores que chegaram com Tomé de Souza.

¹¹ Bairro onde está localizada a comunidade do Pilar.

A cidade baixa de Salvador, onde está o Comércio e no seu entorno o Pilar, já foi cenário para grande movimentação comercial, cujos interesses ultrapassavam a conjuntura baiana de feição mercantil-escravocrata. Na efervescência portuária do século XIX, numa cidade de intensidade comercial, podiam-se reparar mais do que os olhos viam. Nas palavras do historiador,

o porto de Salvador era freqüentado por centenas de embarcações de diversos tipos e nacionalidades que levavam e traziam mercadorias. Por ele, escoavam-se os diversos produtos coloniais, sobretudo o açúcar, que há séculos alimentava o poder e a prosperidade dos senhores de engenho e dos comerciantes envolvidos no comércio externo, e também no tráfico de escravos africanos (...). Era uma riqueza construída ao custo do empobrecimento da grande maioria da população. O primeiro contato com o mundo das ruas de Salvador depressa revelava a presença da pobreza (FRAGA FILHO, 1996, p. 21).

Nas descrições das citações que antecedem, notamos que se há opulência e excitação comercial nas águas da baía de todos os santos, os seus retornos são apenas para “alguns santos”. Não há novidade em afirmarmos que a maioria da população baiana era e é negra, portanto, não surpreende que fossem essas pessoas as que mendigavam pelas ruas. Da mesma forma, após a extinção conveniente da escravidão nos moldes coloniais, essas pessoas continuavam sem aceitação social. No final do século XIX, conforme Fraga Filho (1996), ocupavam os cômodos inferiores, das “lojas” dos grandes sobrados do centro da cidade ou mesmo nas ruas à mercê da sua condição de indigente ou ainda entre paredes de taipa, piso de barro batido e sob teto de palha. Se compararmos com a localidade do Pilar de hoje, as paredes de taipas são hoje de compensados, o piso do lugar e as palhas transformaram-se em folhas de zinco; os sobrados? Estes podem ser associados ao que chamam, vulgarmente, de cabeça-de-porco ou, popularmente, de cortiços.

Na segunda metade do século XIX, os encadeamentos dos acontecimentos deixavam mais à vista a lógica de produção e acumulação que assolou o mundo, não menos diferente no Brasil. Expunham-se as contradições de uma sociedade profundamente desigual e racista, basta verificar as políticas de higienização¹² alardeadas por médicos influentes e executadas pelo poder público, que não hesitaram em convencer que a insalubridade baiana encontrava resposta nos “vilões” da pobreza. Assim como foram considerados os residentes do Pelourinho, em Salvador, na nossa história recente: deletérios do centro, expurgados à periferia.

¹² Sobre esta questão, pode-se consultar Kátia Mattoso, em: **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

Século XX, outras marcas, mesmas histórias de marginalização. No que diz respeito às reformas urbanas em Salvador, se não pouparam os monumentos históricos, presume-se o que teria ocorrido às pessoas residentes nas localidades que sofreram intervenções. Em 1933, por exemplo, a Catedral da Sé é demolida para a criação de um terminal de bondes. Afirma Cunha (2003)

Em Salvador, talvez mais do que em qualquer outra grande cidade do país, os interesses dos grupos controladores dos transportes urbanos estiveram diretamente implicados nas demolições (verificadas, aliás, em vários recantos, sobretudo nos centros de maior desenvolvimento burguês) (CUNHA, 2003, p. 41).

Essas demolições reconfiguraram o espaço urbano de Salvador e, aos poucos, foi esvaziando o seu Centro.

Cunha (2003) esclarece-nos que, na Bahia, os grupos internacionais influenciaram o rumo das reformas urbanas. Peres (1999) demonstra em sua tese sobre a demolição da antiga Catedral da Sé, o envolvimento da Cia Linha Circular e Veículos Econômicos na intervenção do espaço de Salvador, vinculada aos interesses do capital.¹³ De acordo com Cunha (2003), esses interesses foram representados, a partir de 1927, pelo truste norte-americano General Electric, e antes pelo capital francês, associado aos irmãos Guingle. Nos dias atuais, as missões francesas têm prestado serviços de cooperação técnica às revitalizações de centros históricos e áreas centrais, sob o argumento da experiência. São os novos rumos da ideologia do progresso.

Continua Cunha (2003), trazendo outras evidências de ligação entre o capital estrangeiro e o “progresso demolidor” em terras soteropolitanas. Retoma o Plano de Melhoramento do governo de J. J. Seabra e o empréstimo que contratou junto ao capital financeiro inglês

da ordem de quatrocentos mil libras esterlinas, depois de aprovar a lei nº 894, de 19.06.1912, autorizando o endividamento de dez milhões de libras e que previa, expressamente, a destinação de parte considerável dessa soma para a construção de “avenidas ou estradas de automóveis e rodagens”, bem como a emissão de títulos públicos – dívida interna – para o mesmo objetivo e para os “melhoramentos previstos em Salvador (CUNHA, 2003, p. 43).

¹³ Ver Tese de Fernando da Rocha Peres. Memória da Sé. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.

Segundo Matta (1999), o seabrismo reforça as reformas urbanas e modernizações em andamento desde o final do império, prosseguindo durante a república e redimensionadas no governo de Seabra com abertura de avenidas, obras faraônicas e reformulação da estrutura do Estado.

Final do século XX e início do Século XXI, o Comércio está na iminência de se tornar, nas palavras de Rodrigues (2001), um reino do Circo sem pão, um lugar cenário espetacular de “racionalidade opaca”, cujos fluxos luminosos serão garantidos por luzes artificiais, sem identidade. Basta conferir a proposta da CODEBA¹⁴ para a área Portuária de Salvador: “Projetos para hotéis; museu Guggenheim; recuperação de praças e novas sedes de empresas. Além destes, Projeto Via náutica” (RODRIGUES, 2001, p. 4). Entretenimentos para quem pode pagar. E onde está a participação dos moradores da Cidade baixa, e mesmo de Salvador? E a “comunidade” Pilar, o que reflete a respeito dessa intervenção no bairro Comércio, já que vivem em uma localidade que faz parte deste bairro? As novas inspirações de requalificação do comércio têm seduzido a muitos, a exemplo da grande manchete veiculada no Jornal A Tarde, que traz junto à foto do cantor, compositor negro e baiano Carlinhos Brown, a chamada: “multiartista e agitador cultural, criador da Timbalada e novo proprietário do Mercado do Ouro”¹⁵. Será que lá, na Baía de Todos os Santos, cabem alguns dos Orixás de Brown ou é mais uma armadilha corruptível do sistema que enxerga a todos pela mesma lente nada caleidoscópica?

Essas contextualizações não pretendem fazer um percurso histórico, mas, apenas, sinalizar detalhes do processo de nossa formação social, na tentativa de caracterizar, minimamente, o centro da cidade de Salvador, onde está a localidade do Pilar, para compreendermos quem é esta Pilar dos dias atuais.

De XIX a XXI, respeitando-se as especificidades temporais, evidenciamos que a desigualdade social soteropolitana, baiana, brasileira, exposta e visível, não foi o suficiente para disposições que diminuíssem consideravelmente as distâncias entre ricos e pobres, negros e brancos etc. Pelo contrário, aprofundaram-se, ganhando outras feições, com saídas pontuais que sempre estiveram à mercê da lógica mundial com a condescendência interna. Evidentemente, existem aspectos emaranhados em questões econômicas e políticas que nos obrigariam, em outra pesquisa, a rever o processo sóciopolítico baiano e rastrear os indícios conjunturais e estruturais por onde se desenrolaram as ocorrências e conflitos da nossa história política.

¹⁴ Vide Estudo para Revitalização do Porto, vol 2. Brasília: TCBR Tecnologia e Consultoria. CODEBA, 2000.

¹⁵ Jornal A Tarde, Salvador – Bahia, 11 fev 2007.

2.2 OS SURTOS DAS INTERVENÇÕES: O VAI-E-VEM PELO CENTRO

Não podemos prescindir de contextualizar os “surtos” de “requalificação”, “reabilitação”, “revitalização”, “recuperação” de áreas urbanas centrais, acontecidos nos Centros Históricos, compreendendo, resumidamente, os movimentos de esvaziamento e refluxo do Centro das grandes cidades na América Latina.

Nas décadas de 50 e 60, novos fluxos econômicos, conhecidos como o “boom” das economias nacionais na América do Sul, provocaram mudanças no Brasil, onde as novas riquezas e as novas funções políticas provocaram mudanças culturais, alterando a forma de organização territorial das suas cidades. Uma das formas de se enxergar em tais mudanças é a degradação dos centros históricos das metrópoles em rápido crescimento, a maioria deles representante dos símbolos da identidade cultural da população, também de grande importância material para a economia urbana.

No Brasil, as áreas centrais se transformaram em desertos econômicos. Houve uma fuga de instituições privadas em busca de novos potenciais econômicos, motivados pelos novos rumos da modernidade capitalista. Na Bahia, na cidade de Salvador, o bairro do Comércio é um dos exemplos dessa descaracterização das áreas centrais de Salvador, onde os casarios abandonados serviram para abrigo de famílias carentes, compostas, em sua maioria, por pessoas negras, entre elas crianças e adolescentes.

No Brasil, no final do século XX, começou a se desenvolver um movimento de recuperação dos centros históricos, com a expulsão das comunidades residentes para a periferia da cidade, ou para as ruas, num movimento inverso ao fenômeno anterior. Muitos organismos nacionais e internacionais têm se interessado pelo retorno ao Centro das cidades, incentivando a reabilitação e a requalificação de imóveis em ruínas ou em estado de degradação, sem o cuidado com as pessoas residentes nos projetos ou programas “integrados” que se dispõem à recuperação dos valores humanos perdidos pela marginalização da população residente. Quando o fazem, deixam-na no nível teórico, ou atuam a partir da lógica de seus interesses econômicos e políticos. Não são ações integradas, refletidas e decididas junto às comunidades envolvidas e a sociedade. As ações não são estruturais, mas conjunturais, e entre estrutura e conjuntura há diferença substancial, conforme sintetizou um dos moradores do Pilar, após conversamos sobre estes dois conceitos: “entendo que mudar estrutura é alterar a base da casa. Mexer na conjuntura é pintar as paredes da casa, sem

perturbação do alicerce. Muda a cor a depender da conveniência do dono, sem que isto dê desordem ao concreto”.

Essa euforia de retorno ao Centro, principalmente com o uso de metodologias internacionais, impõe maior atenção e cuidado. De acordo com Mello (2001), é provável supor que as novas vestes do capitalismo estejam insinuando-se nesse processo, com a sua emergente sociedade global – global em seu dinheiro, em suas carreiras, em sua tecnologia, em seus padrões produtivos, em suas informações e em seus dilemas, cujos processos são sempre de expropriação das pessoas.

Esta ainda é a era do Capital, que subordina as pessoas, gerando inúmeras conseqüências danosas e relacionadas entre si - o desemprego estrutural, o aumento da desigualdade, uma deteriorização mais rápida e extensa do ambiente natural e uma pobreza e alienação cada vez maiores. A nova forma de atuação de capitalismo global engendrou uma economia de amplitude internacional que afeta profundamente a economia e a política nacional e internacional de diversos países. Essa lógica põe em risco e destrói muitas comunidades locais pelo mundo inteiro.

No caso do Centro de Salvador, essa mudança na infra-estrutura interna da cidade está associada ao movimento centrífugo que ocorreu na cidade baixa, afetando significativamente o Bairro Comércio, o qual ganhou uma outra configuração e favoreceu que pessoas de diversos lugares chegassem ao Pilar e ali fixassem residência.

Verificamos o abandono da Cidade Baixa, que já teve sua importância econômica para o Bairro Comércio quando Salvador era considerada uma cidade-porto. Com a sua forma de acesso alterada a partir da metade do século XX para uma cidade-terminal viário, por conta do destaque que se dava no Brasil ao transporte rodoviário, Salvador perde sua força econômica pelo mar, principalmente em relação ao Recôncavo, que se ligava à cidade através de Saveiros. Outros fatores, além dos mencionados, contribuíram para que o “velho centro” caducasse em relação aos **novos ditames da modernidade** -- a exemplo, da criação de portos especializados, como Madre de Deus, Aratu etc., além de novidades como o Centro Industrial de Aratu, o Pólo Petroquímico de Camaçari, os Shopping Centers e as avenidas de vale. Estas últimas empurrando a população de baixa renda para a periferia e para as encostas. Sobre esses aspectos, esclarece-nos Uriarte (2003):

Foi a partir da década de 1950 que essa centralidade viu-se afetada. Um forte **processo de descentralização**¹⁶ iniciou-se em função de algumas obras públicas que ligaram as Cidades Baixa e Alta, dispensando a passagem pelo Centro, e, posteriormente, da construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB), do Terminal Rodoviário no Iguatemi e do Acesso Norte da cidade. O período de descentralização coincide com o início da industrialização em Salvador, a partir dos impactos da instalação da Petrobrás (em 1954), dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (1959), do Centro Industrial de Aratu – CIA (1967) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (1978) (URIARTE, 2003, p. 75).

Esse processo de descentralização resultou na marginalização e na idéia propagada da não serventia do Centro, dando impulso ao clichê de eficiente campanha sobre a sua vinculação à pobreza, à marginalidade e à prostituição. E esse mesmo padrão de compreensão é o que legitima as atuais intervenções, não menos autoritárias, elitistas e segregadoras, já que o Centro voltou a ter importância para os interesses hegemônicos, que desistiram daquele espaço, no passado, e, hoje, requerem um “status” de proprietários. A partir do refazimento na mesma lógica baseada no capital, no lucro, na expropriação e no abandono, sem se importar que, nestes lugares, há uma história de convivência – que transcende da situação de precariedade para as pessoas que ali vivem. Não fazemos apologia à miséria e à degradação, mas à execução de um planejamento cujas bases sejam, de fato, a participação social como superação do “subdesenvolvimento”. Nesse sentido, a educação tem relevante papel.

Outro aspecto indispensável é o exercício da supremacia branca, ou seja, da ideologia dominante na disseminação de preconceitos étnicos, fortemente veiculados pela mídia no final da década de 60, associando a vadiagem, a marginalidade, a desordem e a sujeira aos negros e negras residentes no Centro Histórico de Salvador, que, conforme Neto (*apud* Uriarte 2003), nos jornais da época descreviam a área como a *parte negra da cidade*.¹⁷

Segundo Uriarte (2003), a década de 90, no governo de ACM, marca um movimento de refluir ao Centro Histórico na visão de uma restauração intimamente ligada ao potencial produtivo da área com um forte discurso do desenvolvimento sócio-econômico e cultural, (leia-se turístico), conforme pode ser observado nos Termos de Referência que orientaram a operacionalização, à época efetuado pelo IPAC e pela CONDER. Essas ações não incluíram, na prática, a população residente do Centro Histórico de Salvador.

As evidências nos levam a crer que as medidas de “requalificação”, “recuperação”, “revitalização” de áreas centrais com uma carga histórica significativa e potencialmente promissora ao sistema são de assepsia social, de ornamentação e segregadoras, desde final do

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷ Julgamos a questão étnica de relevante importância, mas, neste trabalho, apenas deixamos sinalizado, pois não tivemos condição de abordá-la com a deferência que ela merece.

século XIX e início do século XX até os dias atuais, quando os instrumentos e os discursos são mais refinados. Portanto, de que educação, participação e desenvolvimento estão falando em seus programas de revitalização de centros urbanos?

Gramsci (1987) chama atenção para a forma como se mostram os eventos históricos, sempre encoberto pela ideologia que transforma as vantagens de grupos específicos em volição coletiva.

2.3 SÓ SEI QUE FOI ASSIM

A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade...Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinhá-la – acaba por ver pouco da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem justamente do convívio com estas imagens. Os homens “lentos” por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos? (Milton Santos)

Uma outra forma de saber o Pilar: É uma nesga que fisga a Baía de Todos os Santos, mas há quem o caracterize como uma poligonal. Nesta fenda, onde se arrumam as paredes de tábuas e os tetos de zinco, abrigam-se “gentes”. O ousado “s” na palavra gente é porque, no singular, ela abrevia o que ali verte. E o que dali transborda é plural. Na Comédia “O Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna, há um personagem chamado Chicó, o qual ao explicar o que conta, diz: “não sei, só sei que foi assim”. Andando por lá pelo Pilar, praticando o empirismo, com perdão da redundância, perguntávamo-nos palmo a palmo, como começou o Pilar? A resposta era unissonante: começou com Raimunda, é dela o primeiro barraco e dela vieram os demais. Afirmam os entrevistados: “Acho que o Pilar já existia o nome, mas não era conhecido como moradia porque não tinha ninguém morando”¹⁸. Para tracejar o Pilar, o melhor começo: não sei, só sei que foi assim.

Pela compreensão das pessoas do lugar, quem começa a história da localidade do Pilar é Raimunda, dizem que ela conta ter chegado com 13 anos de idade, ainda muito

¹⁸ Depoimento de moradores do Pilar.

menina, vinda de Feira de Santana. Conheceu Firmino, seu marido, na rampa do Mercado Modelo e no Pilar fixou residência com ele, morto em desabamento ali mesmo. “Ela trouxe a mãe, trouxe a irmã e construiu. Daí criou, cresceu, criou uma família. Que a maioria dos moradores daqui é mais família, que se constituem em primo, prima, sobrinho, sobrinha, neto e filhos...”¹⁹, todos descendentes de Raimunda. Raimunda tem, hoje, 62 anos. Chegou à localidade do Pilar por volta de 1957. Portanto, vive ali há aproximadamente 50 anos. Ali gerou, criou e adoeceu. Testemunhou a enchente, a vazante e o refluxo do Comércio.

Mas de onde vem o Pilar? Das cidades de Saubara, Feira de Santana, Coração de Maria, Arco Verde/PE, Cachoeira, Ilhéus, Rio do Meio, Brejões e dos bairros de Sussuarana, Federação, Cabula, Liberdade, Taboão, Brotas, Luiz Anselmo. Além das meninas que moravam na rua, e encontram um pedacinho do Pilar para viver, dos ali nascidos e dos que sequer sabemos de onde partiram. As cidades e os bairros mencionados, em sua maioria, revelam a etnia das pessoas que vivem e sobrevivem no e do Pilar. Como uma vingança capricheira, podemos dizer que a indigência, a mendicância e a pobreza do século XIX, invisíveis para os que trafegavam as ruas centrais da cidade de Salvador, retornaram em sua descendência. A maioria veio à procura de moradia e de trabalho, o chamariz foi a sorveteria localizada no Pilar que fornece sorvete para os moradores venderem, uma espécie de consignação. Os proprietários da Sorveteria também são moradores do Pilar.

Os barracos que se arrumam elevados sobre a encosta, que têm como maior espectadora a Baía de Todos os Santos, servem de cápsula protetora para essas “gentes”, em dias de sol e chuva, da matutina à matina, mesmo com os constantes riscos físicos e sociais. A cada dia desabrochado e com a certeza da vida não ter sido solapada pela violência, pelo desabamento ou pela fome, o cotidiano se impõe como um tecido flexível de relações, pronto às novas intempéries, “cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade” (SANTOS, 2002, p. 134).

Sensivelmente nos escreveu Santos (2002), se há uma ordem dominante que se impõe, de outro lado, se produz uma contra-ordem, ou seja, junto à busca pela sobrevivência, assistimos a uma outra forma de pragmatismo, que não é o da racionalidade hegemônica, mas de um tipo mesclado de emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntas. Portanto, a localidade do Pilar é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar, não se constitui em um quadro, mas um espaço vivido.

¹⁹ Idem, ibidem.

Na história contada sobre a origem da comunidade do Pilar, não há uma compreensão da complexidade do mundo em seu entendimento sistêmico, mas há as conseqüências desse sistema de mundo sentido “na pele” cotidianamente, também as decepções geradas pelo que requisita a demanda do ter, num dia-a-dia tão contraditório. O que de alguma maneira causa um despertar. A sobrevivência é assegurada nas brechas deixadas pelo sistema, captadas pelos “pobres”, os quais entre as fabulações e a necessidade de existir, fazem surgir, não idealmente, mas criativamente, jeitos informais de se garantir o dia que vence o dia, estão nesse meio os guardadores de carros, os catadores de lixo, os sorveteiros, as lavadeiras, as babás, as empregadas domésticas etc. Muitas dessas pessoas vivem no Pilar e têm muito a nos ensinar.

A maioria dos moradores do Pilar não compreende a situação em que vivem pela lógica da globalitarismo²⁰, ou pela sistemática neoliberal. Não associam os elos perdidos de sua identidade ao processo histórico de escravidão e exploração, porque, mesmo e principalmente os que tiveram acesso à escolarização, tiveram a sua história falseada. Mas percebem a hierarquia social e o lugar que lhes reserva essa sociedade, por isso mesmo, para sobreviverem, descobrem formas inéditas de trabalho e luta. Com nos esclarece Santos: “Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência” (SANTOS, 2002, p. 132).

As surpresas no Pilar se dão como rotina, o itinerário habitual é a sobrevivência e esta situação é imperativa. Como um paradoxo, na vida negligenciada a vida ganha resistência, seja pelos meios considerados ilícitos, perturbadores da ordem, ou pelas criativas ocupações que surgem da prontidão dos sentidos dessas pessoas. Desta diligência, os papelões, as latinhas, os carros alheios e a solidariedade, entre elas, são transformados em alimentos.

Raimunda e as famílias que se seguiram representam o Pilar, porque são fundantes daquela localidade, onde ergueram os seus alicerces e estabeleceram as suas relações de convivência, que as transformaram em a comunidade do Pilar.

²⁰ Expressão utilizada por Milton Santos, em seu livro **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Comércio pede socorro contra a degradação

Levi Vasconcelos

O Comércio-motor financeiro de Salvador, sofreu grande baque com a intervenção no Econômico, o peso-pesado dos 32 bancos situados naquela área, em torno dos quais gravitam 1.500 empresas e 30 mil empregados. Padarias e restaurantes foram os que mais sentiram, com as vendas caindo mais de 40%. Mas o "point" tem lá os seus encantos. Turisticamente, o Mercado Modelo e o porto. Economicamente, boa rede elétrica, telefone idem, trens e navios próximos, tudo para facilitar decisões ágeis sob as graças dos donos dos cofres. A grande queixa: "Geramos tantos impostos e estamos abandonados. A prefeitura Lúdice da Mata nada fez pelo Comércio", diz o presidente da Associação Comercial da Bahia, Alvaro Lemos, entidade cuja sede é na Praça Conde dos Arcos.

Alvaro Lemos tem suas razões para se queixar. O Comércio, que mistura arquitetura moderna com prédios históricos, os últimos bem espremidos ou semidestruídos, incluiu na sua paisagem um lado favel-

zado: um amontoado de barracas invadindo passeios e bloqueando ruas, vendendo tudo que se possa imaginar, de limão a camarão seco, de comida a bugigangas do Paraguai. Quase todas têm tanques de água nos telos. Uma delas, a de Jorge Fuentes, o Gordo, na Travessa Carlos Rebelo, da Rua Portugal, o luxo: toda de aço inoxidável, dois telefones, fornecendo ao meio-dia dos dias úteis dobradinha, frango assado, assado de boi, moqueca, bife e quibada, qualquer prato a R\$2,80.

Gordo é alvo de muitas críticas. Dizem que ele usa a rua para ganhar dinheiro, sem pagar impostos como os outros. "Na cidade inteira tem um monte de 'cacete armado' e ninguém denuncia. Eu tinha aqui uma barraca feia e nunca denunciaram. Agora, faço um investimento de R\$20 mil para melhorar o lugar em que comecei, com reformas de higiene, já que sou dono de uma lanchonete também, e vem esse pessoal pra cá perturbar?", respondeu Gordo, salientando que é licenciado para trabalhar com alimentos. A barraca dele tem dois telefones, um para a rua e outro para se comunicar com a cozinha,

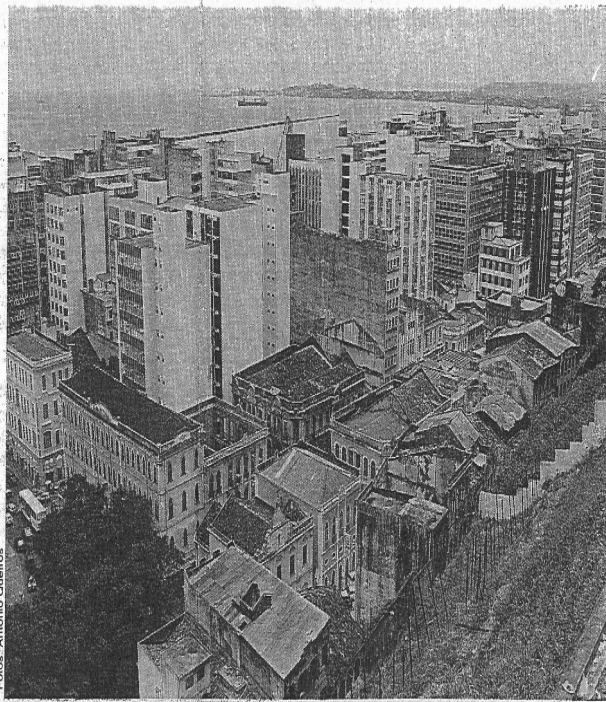


Foto: Antônio Chaves

Ainda o grande centro financeiro de Salvador, o Comércio luta para não sucumbir à degradação

que fica no Edifício Caetano. Gordo diz que cresceu e incomoda. "É a única barraca inoxidável da Bahia, quicá do Brasil", arrematou.

Problema um

A Associação Comercial, que guarda há mais de quatro anos o Programa de Revitalização do Comércio, diagnostica bem a situação local e aponta uma verdade: a falta de providências para os graves problemas locais é coisa velha, de muitas administrações. O bairro é apertado, veículos e pedestres têm dificuldade de transitar, as vagas de estacionamento são escassas, passeios e meios-fios estão arrebentados e, para completar, na Praça Marechal Deodoro,

que vai se afastar para se dedicar à empresa porque na Quarta-feira de Cinzas os ladrões invadiram a sua casa comercial e simplesmente carregaram todos os computadores.

É irônico que isso tenha acontecido com Moraes. O antecessor dele, Joaquim Ruas, dona da Casa Ruas, viu três anos atrás a sua casa comercial sucumbir num incêndio que levou um quarteirão inteiro. O fogo começou numa barraca. A situação expõe o "calcanhar de Aquiles" do lugar: segurança. Como a partir das 18 horas fecham as portas das 260 lojas do Mercado Modelo, as outras 500 do núcleo urbano e quase todos os outros 1.500 escritórios (de empresas, médicos, dentistas, advoga-

gaestruturas, como o cais do porto e seus guindastes, o vistoso prédio da Polícia Federal, na Praça Cairu, a sede do Distrito Naval, o Elevador Lacerda, o Mercado Modelo, lado a lado com barracas e barracos. Pelo próprio fato de ser porto, com acesso também para a Ilha de Itaparica, e pelo que reúne de história e simbolismo para a capital baiana, é local de visitação turística certa. Mas Alvaro Lemos pretende muito mais. O Programa de Revitalização prevê, além do ordenamento total dos aspectos urbanísticos e de sinalização, a implementação de uma política que faça do Comércio um dos grandes portões turísticos de Salvador.

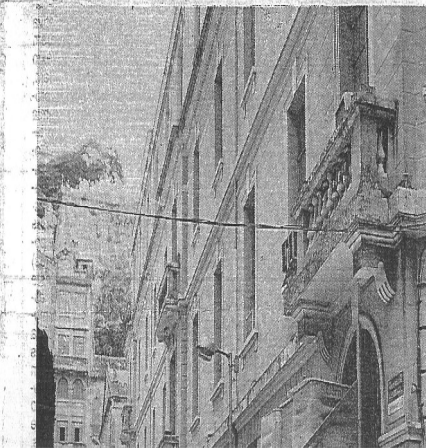
"Precisamos trazer navios de passageiros, humanizar a área, dar

Barraqueiros têm defensores

Nem tudo são espinhos para os barraqueiros do Comércio. Eles também têm os seus defensores, como o gerente da Oricas Viúva Neves, Milton de Oliveira Campos: "O sol nasceu para todos. É melhor deixar eles aí do que fomentar desemprego, estimulando a marginalidade", afirma. "Não há dúvida que é feio. Complica o tráfego de pedestres e, conseqüentemente, o de veículos e tira segurança. Mas a prefeitura poderia pensar numa solução que contemple os dois lados, sem deixar os barraqueiros na rua da amargura, ou pelo menos a maioria deles", diz o funcionário do Banco do Brasil, José Souza Hora Filho, que trabalha no local há mais de 20 anos.

João Martins da Silva mora em Cajazeiras VI, é casado, pai de quatro filhos. Só ele trabalha, tem 39 anos, faz ponto na Rua Miguel Calmon e vende caldo de cana: "Se eu dissesse que não dá, estaria mentindo. E daqui que sustento minha família. Dá pra levar bem porque a prestação do apartamento lá é só R\$1,00", explica, sem nem querer cogitar a possibilidade de sair: "Não é bom nem pensar nisso. Até eu me firmar em outro lugar passaria mal". Os mendigos da Marechal Deodoro também não querem sair. Vivem do lixo e acham que em outro lugar faltaria mercado de trabalho.

"Até que é bom descer e beber uma aguinha de coco", diz o presidente da Associação dos Lojistas local, Carlos



Abandono causa esvaziamento do Comércio

Levi Vasconcelos

Ruínas e segurança

Até menos de 300 metros do Elevador Lacerda, o mais celebrado cartão-postal da Bahia, bem em frente ao comando do II Distrito Naval e à Secretaria de Terras da Prefeitura, Salvador expõe ao mundo uma das suas enormes feridas (visuais e sociais). Há um ano e dois meses mais de 200 famílias de sem-teto, sem emprego e sem nada instalaram-se em 52 barracos pendurados no morro, que na parte alta tem a Praça Castro Alves. Já foram visitados por autoridades federais, estaduais e municipais, mas até hoje estão lá, esperando a "terra prometida", como dizem.

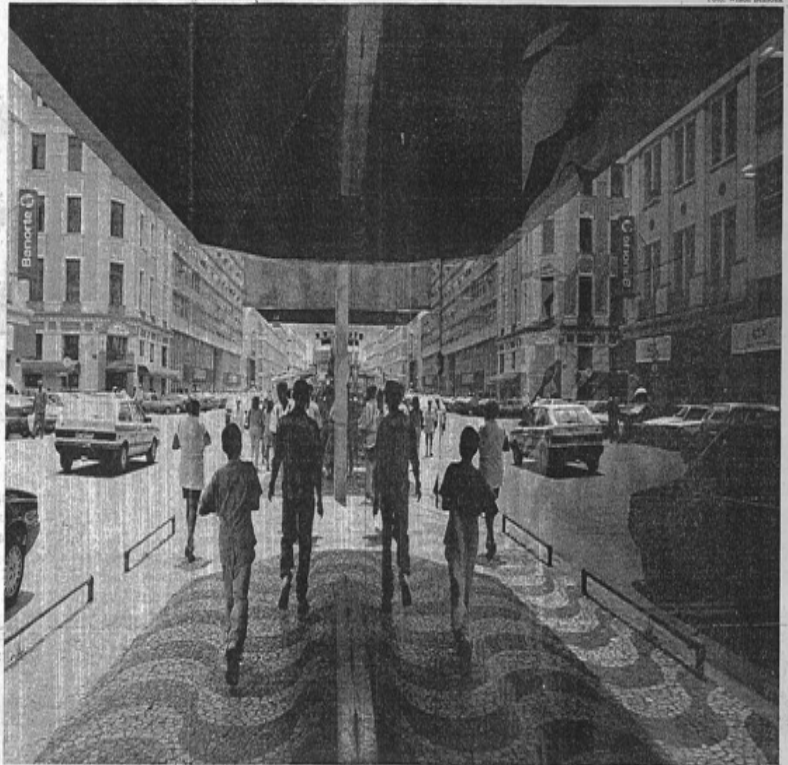
Da mesma forma que o Lacerda não bem representa a imagem da Bahia, a invasão da Ladeira da Conceição, como é chamada, colada ao lado do local em que a terra correu 20 anos atrás, soterrando um casarão e matando 16 pessoas, ilustra a degradação em que vive o Comércio, o coração financeiro da Bahia, ironicamente o único bairro não residencial de Salvador. Há anos que se discute a revitalização do local e como tudo até hoje não passou de projetos, a bagunça se instalou e um dos maiores centros financeiros do Norte e Nordeste do País agoniza urbanisticamente. Tem barracos e barracos por todos os lados e segurança problemática.

"Abandono, sim. Decadência, não". A frase, dita com ênfase, é do vice-presidente da Associação Comercial da Bahia, Hilton Moreira Lima, que destrincha uma infinidade de argumentos para provar que está refletindo a realidade. Não pode estar decadente um lugar que congrega mais de 400 empresas, entre as quais as matrizes ou agências únicas do estado de 35 bancos, gerando 18 mil empregos diretos", diz. No Comércio estão a sede nacional do Excel Econômico, as sedes baianas do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Safra, o Porto de Salvador, a Polícia Federal, a Associação Comercial da Bahia e, no lado turístico, o Mercado Modelo.

A questão do Comércio é atípica entre os demais bairros da capital baiana. Tem cara e alma próprias. Como os bancos abrem às 10 horas e fecham às 16, a vida começa mais tarde e termina mais cedo. A partir das 18 horas, o lugar que durante o dia esbanja vigor com ruas apinhadas de gente e carros fica deserto, como num passe de mágica. A Polícia, tão ativa durante o dia para multar veículos que estacionam em improvisados locais de ruas apertadas, some junto, e aí emerge sério problema, a total falta de segurança. Sábado à tarde e domingo, pior.

O miolo do Comércio tem outro calo grande, as 102 barracas de chapa que vendem bebidas, comidas e tudo o que se possa imaginar, que ocupam as ruas desordenadamente, algumas até com caixas d'água e telefone. "É um problema sério. Não que sejamos contra as barracas, mas queremos o ordenamento. Falta espaço até para as pessoas caminharem", queixa-se o presidente do Sindicato dos Lojistas da Bahia, Paulo Mota, lembrando que na medida em que o tempo passa o número de barracas aumenta e o caso se agrava porque os donos julgam-se proprietários da área. "Na hora de se fazer uma intervenção, a coisa assume ares de confronto. Acabam consentindo, alegando que o problema é social e estabelecem o caos", ressalta Hilton Moreira Lima.

As estreitas vielas ocupadas por barracas são os mal-iluminados caminhos para o conjunto arquitetônico que fica na beira da encosta. É justamente nas ruínas de construções de um período colonial, entre a Igreja do Pilar e o Plano Inclinado, que centenas de famílias habitam com ratos, lixo e esgotos correndo pelas calçadas, formando um dos quadros mais degradados da capital baiana. "Aqui já foi bom. Agora está assim", queixa-se Manoel de Jesus Cerqueira, 54 anos, que passou os últimos 40 anos de sua vida fazendo embalagens para móveis e agora bancos de madeira na Rua Cruz Machado, um dos pontos em que ruínas e miséria se confundem.



Tradicional centro financeiro de Salvador, o Comércio se esvazia e, como reflexo, vai sendo ocupado por invasões e favelas

Decadência afasta empreendimentos

Tantos problemas reunidos num só lugar afugentaram muita gente. O presidente do Sindicato dos Lojistas da Bahia, Paulo Mota, admite que houve um declínio acentuado nas atividades comerciais e citou que lojas como Os Gonçalves e Londres Magazine, esta última especializada em moda masculina, bateram em retirada. Há uma infinidade de prédios com muitas salas vazias, as ofertas para aluguel e venda estão expostas nas portas e janelas. "Aqui ficou a resistência. Já chegamos onde poderíamos ter chegado de pior. Estagnamos a decadência", diz ele, lembrando que os 18 mil funcionários

das empresas locais garantem a sobrevivência do comércio hoje.

Revitalizar o Comércio é a palavra da moda entre lideranças empresariais e classistas. As propostas incluem a construção de um shopping nos locais onde hoje estão os armazéns I e II da Companhia das Docas da Bahia (o processo de cessão já está em licitação, faltam interessados), disciplinar as barracas, aproveitar melhor os espaços existentes para estacionamento, boa segurança é, no embalo da recuperação do Centro Histórico, reconstruir o casarão colonial hoje favelizado, para que famílias, inclusive da classe média, pos-

sam morar. As esperanças delas estão com o futuro prefeito.

Enquanto isso não acontece, os comerciantes tomam suas providências. A dona da boutique Alakija, no 5º andar do Edifício Santo Antônio, na Avenida Estados Unidos, botou grade na porta com medo de assaltos. "Já aconteceu um no primeiro andar", esclareceu. O próprio presidente da Associação dos Lojistas do Comércio, Carlos Moraes, foi vítima dos ladrões, que roubaram os computadores com os arquivos da sua loja, a Casa Moraes.

Até para quem sobrevive da economia informal a situação está ruim.

O Mercado Modelo é um caso à parte, já que, segundo os comerciantes, a era do Real espantou os turistas, o que complicou bastante a vida deles, mas o retratista Gildário Moreira de Araújo, que há 37 anos trabalha com o seu lambe-lambe na Praça da Inglaterra, está muito desanimado: "Trabalhei no filme Orquídea Selvagem, mas hoje a coisa está mal. Passei a última sexta-feira sem fazer um retrato. Segunda-feira me parou um cartão aí, era o Luiz Caldas, querendo retrato para fazer o passaporte. Cobrei R\$5 por meia dúzia e o segurança dele ainda veio me dizer lera porque achou caro. Assim é difícil".

Cronômetro (Bahia)

m = 5707

5214

PHILO MORAES

Revitalizar é prioridade no Comércio

SANDRA SALISVÂNIA ♦ REPÓRTER

Quem olha a paisagem da Baía de Todos os Santos e da Ilha de Itaparica, da Praça Municipal, e baixa um pouco a visão, tentando flagrar algo no cotidiano do Comércio, na Cidade Baixa, nem sequer desconfia que no meio de um emaranhado de edifícios e antigos solares uma pequena multidão corre e se atropela num dos mais movimentados centros financeiros da Bahia. São pessoas comuns, entre camelôs, comerciários, bancários, mendigos e um número reduzido de executivos, sempre apressadas. Muitas já perderam a noção da beleza do local, com vários monumentos seculares e um dos mais belos cartões-postais da cidade.

Para que a área também se torne num espaço privilegiado para essas pessoas o Instituto Miguel Calmon (Imic), junto à Associação Comercial da Bahia, entregou há mais de um ano à prefeitura um Programa de Revitalização do Comércio. O seu principal objetivo é transformar o local não apenas num dos mais importantes centros comercial e financeiro da capital, mas também numa área residencial e de

tendência mundial e nacional em repensar os centros das grandes cidades de forma que eles não se tornem tão abandonados após o expediente comercial. Com isso, se antes a ordem era afastar as residências do local de trabalho, atualmente há uma necessidade de reaproximação, até mesmo como forma de dar vida permanente ao lugar e evitar a depreciação, citando como exemplo nacional a campanha *Viva o Centro*, do Rio de Janeiro.

Jorge assegura que a execução e financiamento desse programa fica muito mais barato. Recuperar o comércio, que já tem uma boa infra-estrutura, com muitas empresas privadas interessadas em fazer parceria com a administração municipal, é mais viável do que construir novas áreas comerciais. "O que falta aqui é muito pouco e se a prefeitura investisse parte do IPTU que arrecada no local, boa parte dos problemas se resolveria", denunciou.

Enquanto o programa não sai do papel, os problemas se multiplicam e os comerciantes reclamam da falta de limpeza e estacionamento, dois vilões, que so-



Uma das mais belas vistas da cidade, o local reúne edifícios modernos e antigos solares

Rua 24 horas, uma opção de lazer

Abandono degrada planos do Pilar e Taboão

Simone Muhr

Construídos com o mesmo objetivo do Elevador Lacerda e do Plano Inclinado Gonçalves, de facilitar o trânsito das pessoas entre a parte alta e a parte baixa da cidade, o Plano do Pilar e o Elevador do Taboão têm tratamento diferente por parte dos poderes públicos muito diferente do que recebem os seus congêneres. O primeiro está há quase 14 anos desativado, enquanto o Elevador do Taboão está fora de funcionamento desde 1959. Os dois equipamentos têm em comum a degradação e o abandono que tomaram conta do local durante todos estes anos.

A recuperação dos dois equipamentos faz parte de um projeto que já foi encaminhado para o financiamento em parceria entre o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Programa de Desenvolvimento de Turismo (Prodetur) mas não há prazo ou garantias para que as obras sejam iniciadas. "Estamos aguardando uma resposta", afirmou o assessor-chefe do Ipac, Luciano Borges, destacando a importância do Plano Pilar e do Elevador do Taboão para a ligação entre os dois níveis da cidade, facilitando o acesso. Ele lembra que além da recuperação dos equipamentos, é preciso prever a reforma das áreas adjacentes para que a intervenção para a reativação dos equipamentos aconteça de forma efetiva.

Cartão postal

O Plano do Pilar foi inaugurado em 1915 e durante 69 anos serviu como ligação entre o Santo Antônio Além do Carmo e a Igreja do Pilar, já na Cidade Baixa. Tinha capacidade de transportar 1.800 pessoas por dia, mas quando foi desativado, em 13 de abril de 1984, 2.500 usuários eram transportados diariamente. Os moradores do bairro da parte de cima nunca se conformaram com a desativação do equipamento.



Enquanto as crianças se divertem no Plano do Pilar, o Elevador do Taboão serve para abrigar oficinas de consertos de sapatos.

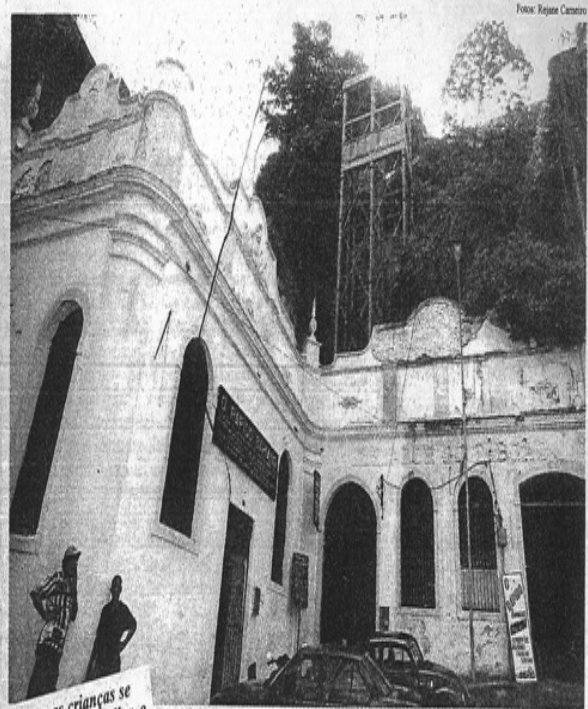


Foto: Rejane Camargo

Enquanto não há destino certo para o Plano do Pilar, a estação no Santo Antônio Além do Carmo é ocupada por uma oficina de grades há cerca de oito anos, segundo o ferreiro Sérgio Correia. Ele diz que está para sair do local, mas reconhece que dificilmente encontrará outro espaço com o "cartão postal" proporcionado pelo Plano Pilar: a vista para a Baía de Todos os Santos. Segundo Júlio César Santos,

que trabalha na oficina, antes de ser ocupado o local servia de refúgio para os ladrões que roubavam os turistas que visitam o Centro Histórico e fugiam pelos vários degraus até a Igreja do Pilar.

Já na parte de baixo do Plano do Pilar, o local foi invadido por mendigos, apesar de algumas tentativas frustradas das administrações municipais anteriores para impedir isto. O inevitável aconteceu: o maquiná-

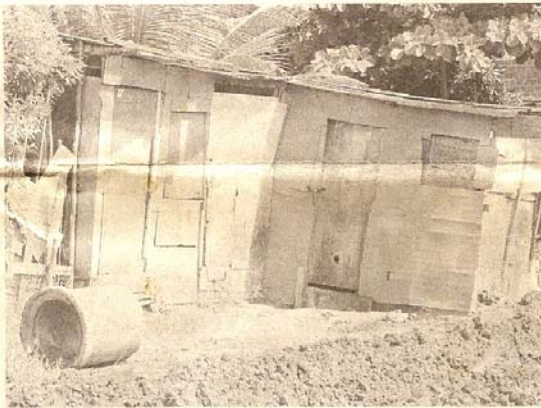
rio dos bondinhos estão depredados, a estrutura toda enferrujada e o trilho tomado pelo mato. Celestina Barbosa lembra os momentos bons do Plano do Pilar, onde há 40 anos guarda o seu tabuleiro de baiana. "As pessoas faziam fila e eu ganhava um bom dinheirinho", disse ela. Para os moradores e comerciantes, a renda baixa que gerava foi o que motivou o abandono do ascensor pelo poder público.

Oficinas de sapatos ocupam elevador

O destino do Elevador do Taboão não foi diferente, porém teve 38 anos para chegar ao atual estado de degradação total. O local não é tão esquecido porque tanto na parte alta quanto na parte baixa existem oficinas para conserto de sapatos, sendo que a do Comércio é o famoso "Expresso - o Rápido em Conserto em Geral". Porém, toda a estrutura do elevador hidráulico, que pertencia a uma empresa privada e, próximo do fim do seu funcionamento, passou para a administração municipal, encontra-se abandonada e tomada por mato. Inaugurado

em 19 de janeiro de 1896, com maquinário importado da Inglaterra, o Elevador do Taboão tinha duas cabines que faziam o percurso em três segundos e começou a funcionar das 6 às 23 horas, com a passagem custando 100 réis.

Segundo a comerciante Maria de Fátima Tanajura, que tem uma loja de conserto de calçados na parte alta do Elevador do Taboão há dez anos, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac) está sempre no local para retirar o comércio. "Aqui, só sobrou a estrutura", afirmou ela.



GILDO LIMA



FERNANDO VIVAS

No cálculo do déficit habitacional também entram as famílias que vivem em moradias improvisadas

Os programas existentes

Por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a Caixa Econômica tem construído unidades habitacionais para atender à demanda de pessoas com renda de até seis salários mínimos. O mutuário paga um valor mensal como se fosse aluguel por 15 anos e, ao final deste período, tem a opção de compra do imóvel.

Este ano, na Bahia, foram entregues 1.770 unidades e outras 2.463 unidades estão em construção, sendo 1.187 localizadas na Região Metropolitana. Ainda para este ano estão previstas mais 3.500 unidades para contratação, com investimentos de R\$ 87,3 milhões. As novas moradias devem ficar prontas no prazo de um ano. O valor de cada unidade é R\$ 22.500.

PSH - O Programa de Subsídio

Habitacional de Interesse Social foi criado em 2001 e, desde 2002, é voltado para beneficiar famílias com renda de até três salários-mínimos. O programa conta com recursos da ordem de R\$ 350 milhões para todo o País, dos quais R\$ 50,9 milhões destinados à Bahia. Com esse orçamento, espera-se construir 5.092 unidades habitacionais este ano.

Os financiamentos são operacionalizados pela Caixa que firma convênio com as prefeituras e a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais (Secomp).

O programa prevê subsídio a fundo perdido de R\$ 6 mil para a Região Metropolitana e R\$ 4,5 mil para o interior do Estado. O valor máximo por unidade é de R\$ 21 mil, embora a média con-

tratada hoje seja de R\$ 12 mil. Para cada unidade habitacional, a Secomp tem contribuído com R\$ 1.800 e a diferença restante do custo da moradia é arcada pela prefeitura do município, que também é responsável pela seleção das famílias beneficiadas.

PRÓ-MORADIA - Utiliza recursos do FGTS para ações de melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, adotando alternativas habitacionais. A responsabilidade da execução dos empreendimentos é da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder.

O programa atende às comunidades com obras e serviços nas áreas de habitação, urbanização, infra-estrutura de equipamentos

comunitários. Em paralelo, são desenvolvidos trabalhos sociais, que já beneficiaram mais de 150 mil famílias.

As ações do Pró-Moradia são desenvolvidas de acordo com as necessidades das comunidades, definidas depois de estudos e debates. Esse trabalho fortalece as associações de moradores, cujas lideranças são treinadas e qualificadas. Quando não existe representação comunitária, os técnicos da Conder trabalham com as lideranças até consolidar o processo de organização comunitária.

Na área de geração de renda, o Pró-moradia viabiliza cursos de alfabetização e de capacitação profissional, de acordo com a vocação produtiva do local, incluindo o estudo de mercado. (DS).

Trapiche vai virar centro de cinema

Projeto de revitalização do Barnabé visa inserir Salvador no mercado nacional de produção da sétima arte

KATHERINE FUNKE

Do lado de fora, grafites inspirados em filmes de arte já anunciam: o Trapiche Barnabé, no Comércio, vai virar centro de produção de cinema, com todos os equipamentos necessários para produzir e finalizar um filme – e evitar a busca de serviços prestados apenas no Sul e Sudeste do País.

Hoje, um estacionamento, entre paredes de pedra com aparência de ruínas do século XVIII, o Trapiche Barnabé dará lugar também a uma, talvez duas, salas de cinema de arte, espaço para exposições, projeções ao ar livre e um projeto social de formação de profissionais do cinema, de técnicos a artistas.

Hoje pela manhã, essas idéias serão apresentadas a um grupo de convidados no próprio local. A certeza na concretização marca os discursos do cineasta Bern-

nard Attal, que comprou o prédio, e a produtora Diana Gurgel, que exerce a função de diretora-executiva.

Um grupo de investidores estrangeiros já se interessa em investir, explicam os dois. Mas também haverá necessidade de parcerias locais. Aliás, a divulgação do projeto é feita justamente para formar uma "sinergia" soterropolitana em torno do objetivo.

"Queremos reunir os melhores profissionais da cidade aqui. Eles estão dispersos, e encontrá-los é mais complicado", diz Attal, francês que chegou à Bahia há seis anos. Aqui, dirigiu dois curtas, *Ilha do Rato* e *29 Polegadas*, com Joselito Crispim, coordenador cultural do Grupo Bagunçaço.

As negociações para a compra do prédio demoraram dois anos e terminaram recentemente. Havia mais de 50 herdeiros do português José Pinto Rodrigues da Costa, que comprou o prédio em

1867. O valor pago não é divulgado pelo cineasta. "Foi algum dinheiro", desvia, "mas o importante é quanto vai ser investido".

Este montante, contudo, ainda não está definido. Ainda falta botar as idéias no papel e elaborar uma espécie de "plano diretor" que deve nortear a reforma. O projeto arquitetônico será escolhido em concurso, a ser realizado no primeiro semestre do ano que vem. As obras estão previstas para começar no segundo semestre.

Ainda este ano, segundo Diana, serão feitos estudos de sondagem do solo e da estrutura da edificação. "Afinal, estamos sobre aterro", lembra a diretora-executiva. Ela também produz um documentário sobre Santa Luzia, bastante reverenciada no Comércio. Dirigido por Bernard, filmado em Salvador e no interior do Estado, o longa deve ser lançado em até dois anos.

Prefeitura promete incentivos fiscais

Os representantes do Trapiche Barnabé se reuniram ontem com Marcos Cidreira, coordenador geral do Escritório de Revitalização do Comércio de Salvador, órgão da prefeitura responsável por recolocar o bairro no circuito econômico e cultural da capital baiana.

Foi mais uma das muitas reuniões de Cidreira com gente interessada em investir na revitalização do Comércio. São encontros onde a prefeitura se compromete a dar incentivos fiscais e investir na infra-estrutura urbana: iluminação, pavimentação, estacionamento, ordenamento do trânsito, saneamento básico, calçamento e limpeza.

nabé, a serem instalados no bairro, são contemplados por isenção fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e das taxas de fiscalização (TLF), licença e localização (TLL), funcionamento (TLF), execução de obras (TLE) e venda entre pessoas vivas (ITIV).

Os incentivos municipais também abrangem redução do Imposto sobre o Serviço (ISS) de 5% para 2%, o que significa um desconto real de cerca de 60%. "Claro, depende do investimento. É preciso que esteja dentro das diretrizes do que planejamos", afirma Cidreira.

O planejamento deve ficar pronto até junho, quando será

lificação Urbana do bairro foi firmado há 16 dias. Batizado de Masterplan, o plano está sendo feito pelas empresas Concremat, do Rio de Janeiro, e TC/BR, de Brasília. As duas empresas devem fazer um levantamento de todos os prédios e negócios do bairro, necessidades urbanas e possibilidades comerciais do local.

O contrato com as empresas também contempla elaboração do projeto – "emergencial", segundo Cidreira – para transformação de dois armazéns da Companhia das Docas da Bahia (Codeba) em área de lazer, com centro de compras e diversão, restaurantes e bares,



EDUARDO MARTINS



Boa parte da comunidade de Santa Luzia do Pilar mora em barracos amontoados na encosta; cenário indica que obras de infra-estrutura não chegam para todos

Miséria e revitalização no Comércio

População carente do bairro vê surgir novos empreendimentos e teme ter de deixar o local onde vive há décadas

EDER LUIS SANTANA

Marluce Santos, 23 anos, foi morar no Edifício Imperial, na Ladeira do Taboão, quando tinha apenas 1 ano de vida. Hoje, ao observar o filho de 9 meses ensaiar os primeiros passos, segura firme em sua mão para evitar que se machuque em algum dos "barracões" do imóvel antigo. Pedidos de mudança sempre foram em vão. Hoje, quando barracos no chão, ratos e baratas por todos os lados. Pessoas como Marluce se amontoam dentro de prédios e casarões e sequer sabem o que significa o tão divulgado termo: revitalização.

O último levantamento, feito em 2003 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), identificou 488 pessoas morando em situação de risco no trecho do Pilar até o Taboão. A previsão é que nos próximos 18 meses seja finalizada a primeira etapa da revitalização, que inclui o término das obras de infra-estrutura, como a melhoria do asfalto, au-

mento no número de estacionamentos, revisão e ampliação do saneamento, ampliação da iluminação pública e reordenamento dos ambulantes.

De acordo com o coordenador geral do Escritório de Revitalização do Comércio, Marcos Cidreira, desde 2003 a prefeitura desembolsou R\$ 15 milhões. Somente na recuperação da Avenida da França foram gastos R\$ 7 milhões. O problema é que, enquanto as obras acontecem nas avenidas principais, como a Contorno e a França, nas ruas internas, como Taboão e Júlio, a população sofre dentro dos imóveis com risco iminente de desabar. Para eles, a revitalização nunca chegou.

Projetos de restauração dos imóveis acumulam poeira, enquanto não há liberação de recursos para execução de obras. Na Conder, desde 2002 começaram a ser desenhados planos de habitação na área, porém somente agora uma intervenção concreta acontece no Pilar. "Ouvir falar de revitalização,

mas não sei explicar direito", comenta Marluce Santos, enquanto senta na escada em ruínas para amamentar o filho. Morando no 3º andar, ela divide o espaço com a irmã, o casado e dois sobrinhos. Desde que o menino nasceu, teve de abandonar o trabalho de trança-deira no Pelourinho e passa os dias de luto do edifício. "Reparadora, não há sinal de reforma. Apenas algumas se contentam apenas com as garrafas de água. Daqui a algumas semanas, sua situação tende a piorar, pois a irmã decidiu juntar dinheiro e alugar uma casa no bairro da Saúde. "Se não passos necessidade porque sei me virar", diz. No mesmo prédio, a situação de pobreza atinge outras famílias que sobrevivem nos pequenos cômodos improvisados em seis andares. "São mais de 20 crianças brincando o dia todo nessas escadas perigosas", assinala Marluce.

ERRO - O equívoco em processos como o do Comércio é

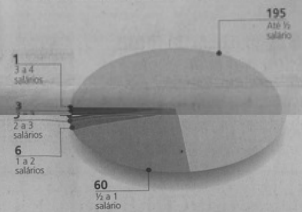
achar que, trazendo investimentos e realizando algumas obras de infra-estrutura, pode-se reacquerir a movimentação financeira e, depois, buscar meios de ajudar a comunidade de baixa renda. Grande erro. Segundo o professor titular de planejamento urbano, Heliodório Sampaio, é preciso estruturar ações de requalificação da comunidade a fim de que as pessoas possam interagir com o bairro.

Também diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ufba, Sampaio alerta para o risco de acontecer no Comércio o mesmo processo excludente do Pelourinho, onde parte da população acabou expulsada para dar lugar ao novo Centro Histórico, feito sob medida para agradar aos turistas. "As pessoas têm de ser treinadas e educadas. Assim, sua mão-de-obra pode ser utilizada nas vagas que surgirem", comenta.

Diante da ausência de ações concretas nesse sentido, o termo revitalização é impróprio.

BAIXA RENDA

A pesquisa na região que vai do Pilar ao Taboão identificou o número de trabalhadores e sua renda (em salário mínimo)



Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder)

Na verdade, só é possível revitalizar uma região quando a mesma possui nenhuma ou pouca representatividade. O que nunca foi o caso do Comércio. Aconteceu, na verdade, a

chegada de novos empresários, e o poder público - cumprindo nada mais que sua obrigação - ficou mais atento às questões de iluminação pública, limpeza e segurança.



Alguns dos prédios do Comércio correm risco de desabar, enquanto outros estão sendo totalmente reformados; grupos de sem-teto insistem em permanecer no local



Perfil da população deve ser analisado

Para a revitalização acontecer de forma concreta, são necessárias análises sobre o perfil da população local, em sintonia com medidas de melhoria em todos os segmentos sociais, como explica a arquiteta Regina Luz, que acompanha o contrato de repasse de recursos para execução do Plano de Requalificação Urbana do Pilar Taboão. "Tenho receio de que o Comércio se transforme em um pedaço da cidade onde não há espaço para os pobres", assinala.

Outro fator preocupante para Regina é a ausência de metas para o futuro do bairro. "Não existem ações previstas para os próximos anos. É tudo feito para o hoje", completa, ao

lembrar que essas metas foram eficazes em países como Portugal. No Centro Velho, em Lisboa, a revitalização trouxe de volta a vida cultural do bairro, em harmonia com o ramo empresarial, turístico e sem esquecer da população.

A secretária da Associação de Moradores da Gamboa de Baixo, Ana Cristina Caminho, conta que não há sinal de inserção da comunidade nas mudanças do Comércio. A entidade buscou diálogo com a prefeitura, mas não obteve retorno. "Até agora, essa tal revitalização não representou nada", disse. A última obra de urbanização no bairro aconteceu em 1995, nas obras do Viver Melhor, promovido pelo governo do Estado.

NEGACÃO - O coordenador geral do Escritório de Revitalização do Comércio, Marcos Cidreira, garante que a comunidade não será esquivada durante a tentativa de retomar a importância econômica do bairro. A melhoria da infra-estrutura das ruas com maior concentração de pobreza está prevista para ser feita dentro dos 18 meses, porém a retirada das pessoas dos imóveis antigos faz parte da segunda etapa da revitalização, com prazo de até três anos para ser concluída.

Cidreira garante que a ideia é tornar o bairro novamente atraente, mas sem desreparar as pessoas que vivem há décadas por lá. "Teremos um shopping a céu aberto, com toda estrutura necessária. Uma rede de lojas e atrativos para os clientes", comentou. Como as obras de infra-estrutura envolvem diversas secretarias municipais, desde o início deste mês os trabalhos são centralizados em uma unidade batizada de Master Plan (Planejamento Geral de Requalificação Urbana da Zona do Bairro do Comércio).

O consultor da Master Plan, Raimundo Paiva, garante que um mapeamento vem sendo feito para analisar a capacidade estrutural do bairro. Esse trabalho inclui uma contagem dos residentes nos imóveis antigos. Será mensurado também o potencial de recebimento de energia e água. "Vamos ajustar os dados e dar início a mais obras. Queremos uma ocupação ordenada", disse.

Entretanto, nos órgãos municipais ainda não foi definido um cronograma de ação. Na Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), foram tomadas medidas para retirar apenas os moradores de rua e levá-los a abrigos e casas de pernoite. A estimativa da secretaria é que seis pessoas continuam vivendo pelas ruas do Comércio. "Não se pode confundir com pedintes que ficam pela área, mas têm onde morar", lembra Joveval Rodrigues, assessor da Sedes.

SAIBA MAIS

- O QUE JÁ FOI FEITO
 - Adoção de incentivos fiscais para empresários se estabelecer no local
 - Reintegração do Plano do Pilar - mais de R\$ 2 milhões
 - Requalificação do Forte São Marcelo - mais de R\$ 2 milhões
 - Projeto do Mercado Modelo
 - Recuperação da Avenida da França - R\$ 6 milhões
- O QUE FAZDA FAZER
 - Depois do Plano Pilar ser sido entregue, começa o planejamento de trabalhos de execução no Taboão, Júlio e Montanha
 - Conclusão das obras da Via Potiguar
 - Implementação do call center do BB
 - Novo agência da CEF
 - Encargos do polo audiovisual, no Tapache Barbalé, onde serão produzidos filmes independentes
 - Implementação da 18ª Companhia Independente da PM, com 300 homens
 - Requalificação dos prédios da secretaria municipal de Saúde e Educação
 - Restauração dos ambulantes, que não ter organização de acordo com o local onde atuam

CAPÍTULO 3

REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS: VÍCIOS E VIRTUDES

Conforme Soares (2000), nos anos iniciais da década de setenta, após a fase de crescimento do capitalismo motivada pelo processo de reconstrução do pós-guerra, a economia mundial entra em crise. Resumidamente, esta crise gira em torno da questão financeira, do comércio internacional e da inflação como reflexo do baixo crescimento econômico, que dá origem ao fenômeno conhecido como estagflação, ou seja, o efeito combinado de elevação da capacidade ociosa do sistema produtivo com uma generalizada elevação de preços das mercadorias.

Do ponto de vista produtivo, a crise está vinculada ao novo paradigma tecnológico, chamado por muitos teóricos de “Terceira Revolução Industrial”. A maneira como repercute nos diversos lugares do mundo, seus impactos e conseqüências, torna-se efetiva de acordo com o seu processo histórico e pela inserção internacional de suas economias, cujas respostas sociais e políticas terão características próprias.

Neste ciclo, as idéias neoliberais, com os seus célebres participantes, entram no palco principal, reforçando o argumento da desregulamentação por parte do Estado e associando os movimentos de pressão dos sindicatos e dos movimentos operários como agentes perturbadores das bases capitalistas, cujas reivindicações só oneram os cofres públicos. A respeito disto afirma Boron:

O neoliberalismo reinterpreta o processo histórico de cada país: os vilões do atraso econômico passam a ser os sindicatos, e junto com eles, as conquistas sociais e tudo o que tenha a ver com a igualdade, com a equidade e com a justiça social. Ao mesmo tempo, a direita, os conservadores, se reconvertem à modernidade na sua versão neoliberal, via privatizações e um modelo de Estado Mínimo (BORON, 2001, p. 147).

A intenção é fortalecer a idéia de que o mercado é a força que regula todas as questões sociais de produção e reprodução da sociedade e isto foi tão fortemente assimilado que ouvimos, não raras vezes, a enfática expressão popularizada de que “a culpa é do mercado”. Nesse sentido, o mercado ganhou uma existência quase humana, para ser o culpado

ou resolver as questões relativas à sua culpa. Simultaneamente, ganhava um *status* de entidade abstrata, que dificultava a identificação de responsáveis reais pelas mazelas sociais sobre a abstração do material que mimetiza a concreta existência do que é simbolicamente real, portanto material, instrumentalização do aparelho de produção e reprodução estrutural e de seu controle.

É uma reestruturação produtiva do sistema capitalista, com o objetivo de expansão desenvolvimentista, em suas novas vestes e seus novos dilemas. Acerca disso, diz Soares:

É o avanço do capitalismo, portanto – através do aumento da rivalidade entre suas corporações gigantes, “solidarizando” os espaços econômicos nacionais, homogeneizando os padrões de produção e consumo e introduzindo profundas diferenças sociais nas áreas de penetração recente – que determina a tão propalada decadência do “estatismo”. Ou seja, o intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira que o acompanharam, levou a uma perda considerável da autonomia dos Estados nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas econômicas e demonstrando a precarização de suas políticas sociais (SOARES, 2000, p.12)

Indiscutivelmente, o que vemos é uma crise do modelo social de acumulação e as alternativas impostas para tratá-la têm produzido mudanças estruturais, intituladas de neoliberais, cujas características delineiam uma imagem “nova” de pobreza, reconfigurando o mundo de tristes feições. O alcance dessas novas diretrizes ideológicas, ou ajuste neoliberal, transcende das questões econômicas e interfere no campo político-institucional e nas relações sociais, definindo novas estratégias de atuação junto à pobreza gerada pelas novas investidas do capital. Amenizar as conseqüências sociais dessa reestruturação produtiva é condição essencial para que o sistema capitalista se mantenha. Dessa forma:

Os pobres passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora. (SOARES, 2000, p. 13).

As ações governamentais e privadas articulam-se nesse propósito, marcadamente pelo deslocamento das fronteiras entre o público e o privado, com visível crescimento deste último, num “competente” trabalho de convencimento sobre a imperícia do poder público frente às questões sócio-econômicas e da irrefutabilidade da necessidade das privatizações de suas instituições.

Isto significa a mercantilização do Estado, entrega das empresas públicas ao capital privado, o que leva à interpretação que

(...) não há política social possível. O Estado que não pode mais ter moeda, não pode fazer mais discriminação monetária; não pode mais fazer discriminação orçamentária; **não pode ter iniciativa para criar as políticas sociais**²¹ que são necessárias. A política social, que desde a grande depressão transitou da caridade pública ou privada para inscrever-se como uma macropolítica estrutural, no nível da política monetária, no nível da política fiscal e no nível da política industrial, a política social presente no desenvolvimento do capitalismo no segundo pós-guerra, transformou-se numa política estruturante que voltou a ser uma coisa do privado. (OLIVEIRA, 2001, p. 77)

É a iniciativa pública, inicialmente, fortalecida pela necessidade de soerguimento das economias nacionais, conceitualmente chamadas de “centrais”: América do Norte e Europa Ocidental, em detrimento das economias nacionais outrora chamadas de “terceiro mundo”: América Latina, África e Oriente (de um modo geral).

De acordo com Anderson (1995), o programa neoliberal nos seus aspectos econômicos não conseguiu chegar ao lugar desejado, mas nos aspectos sóciopolítico-ideológicos conseguiu grandes estragos, inclusive no que tange à desigualdade social. Neste sentido, os neoliberais fragilizaram muitos espaços de movimentação social e de resistência na sociedade, com o discurso e ações repressivas, de que os seus princípios eram inexoráveis.

Segundo Hobsbawm (2001), as décadas das crises que seguiram à Era do Ouro, considerando como uma das conseqüências mais graves o colapso do socialismo soviético, vão se alastrar por várias partes do mundo, independente das suas configurações políticas, sociais e econômicas, afetando em graus diferentes as nações vilipendiadas neste processo de reanimação do capitalismo mundial. Esta expansão da crise evidencia, simultaneamente, o aparecimento de uma economia mundial única, operando sobre as fronteiras do Estado-Nação – transnacionalmente – além das barreiras da ideologia do Estado. A crise é geral, mas não apenas no aspecto econômico. Está também no político, fragilizando-se as unidades básicas da política, os Estados-Nação, para dar lugar a um conceito de economia supranacional. Assiste-se a um esfacelamento de valores, como um “arrastão”, levando embora velhos padrões de relacionamento social humano, dando lugar a um individualismo “associal” absoluto.

Segundo Boron (2001) esse novo modelo de acumulação de amplitude mundial vai das dimensões econômicas às proposições ideológico-culturais. Essas últimas vitoriosas com

²¹ Grifo nosso.

a fragilização das possibilidades de resistência na sociedade, através das forças populares, bem como das novas diretrizes da reestruturação capitalista. O modelo neoliberal sugere a mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares, que se transformaram em “bens” e “serviços” à venda para quem pudesse pagar, assim como da massificação da idéia de incompetência do Estado em detrimento da eficiência do mercado, que ganha solidez na sociedade, com a assertiva emblemática de que não existem outras alternativas. E mais, o modelo, afirma Boron:

Impôs o seu programa, mas também, inclusive mudou para proveito seu o sentido das palavras. O vocábulo “reforma”, por exemplo, que antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressiva (...) foi apropriada e “reconvertida” pelos ideólogos do neoliberalismo num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e anti-democrático. As “reformas econômicas” postas em prática nos anos recentes na América latina são, na realidade, “contra-reformas” orientadas para aumentar a desigualdade econômica e social e para esvaziar de todo conteúdo as instituições democráticas. Conseqüentemente, os dolorosos e cruéis processos de ajuste foram “naturalizados” (BORON, 2001, p.11).

A naturalização desses processos de ajuste mascarou a desestabilização capitalista, que busca revitalizar-se. Para isto, retornamos ao *Manifesto Comunista*, quando afirma que o modo de produção burguês é dado a crises, que têm causa na sua própria organicidade. Este sistema, mesmo com seus desdobramentos e suas novas formas de acumulação, tem como base a expropriação de mais-valia, porque esta é o processo social para transformar-se em capital.

O processo de acumulação capitalista é resultado da sua dominação histórica, ou melhor, da dominação do capital. A representação do capital não é abstrata e nem seu processo é linearmente econômico. O sistema capitalista precisa das pessoas ajustadas, portanto, não pode ignorar as movimentações sociais de resistência, pelo contrário, precisa controlá-las, é, aliás, o que fazem aqueles que o representa, pois essas reações podem interferir no resultado da apropriação de mais-valia, e, portanto, no lucro. Para tratar das suas crises, o sistema capitalista estende sua acumulação em escala mundial, também as suas mazelas.

Buscamos compreender que uma crise é um processo dialético, portanto a ação humana é imprescindível, mesmo com as restrições que esta estrutura impõe. As análises do movimento do capital isoladamente não têm sentido, precisam ser considerados os conflitos sociais e as decisões políticas que interferem na sua dinâmica. A nosso ver, a imersão em que

se encontram as classes populares nessa estrutura dominante precisa ser identificada e problematizada com ações que desestabilizem, mesmo que paulatinamente, a composição orgânica do capital, e isto tem como ponto de partida (ou de chegada) as pessoas, e é por esse caminho que a educação deve cumprir o seu papel de formação política. O ajuste neoliberal no Brasil, consolidado nos anos 90, trouxe conseqüências dramáticas nos aspectos econômicos e problemas mais graves ainda nos aspectos sociais. A situação de pobreza estrutural brasileira existente agravou-se consideravelmente.

Para Soares (2000), considerando a perspectiva histórico-estrutural, a crise interna dos anos 80, no Brasil, acontece no chamado esgotamento do Estado Desenvolvimentista²² alicerçado no tripé Estado - capital estrangeiro - capital nacional, com surtos de crescimento e desenvolvimento que possibilitavam os movimentos de “fuga para frente”²³, acomodando os diversos interesses dominantes. Essa fuga para frente foi impossibilitada pelo contínuo processo de endividamento externo e interno, desestabilizando as finanças do Estado com conseqüente redução dos gastos e dos investimentos públicos, além da inexistência de políticas de desenvolvimento social.

Cohn (2006) concorda com Soares (2000), quando afirma que o esgotamento nos anos 70, do modelo de industrialização com base na substituição de importações²⁴, evidencia a crise do Estado desenvolvimentista, desencadeando a crítica ao Estado, como incapaz,

²² O Estado Desenvolvimentista estabeleceu-se desde a década de 30, desagregando-se a partir da década de 80. Constituiu-se como o alavancador da industrialização no Brasil sustentado no tripé Estado, capital estrangeiro e capital nacional. Esta relação entre Estado e capital estrangeiro, componente principal no padrão de desenvolvimento brasileiro, desde Vargas e intensificando-se no governo de JK, acelerou a economia brasileira, mas trouxe um endividamento estatal, que, à frente, será de grande valia para a retórica neoliberal. O modelo desenvolvimentista brasileiro não consegue se sustentar face às transformações econômicas internacionais, ou em outras palavras, a transnacionalização do capitalismo. A crise do Estado desenvolvimentista marca também uma crise política, disputa de espaço entre o capital privado local e o capital internacional, e ainda na relação público e privado. É, na verdade, uma disputa entre o nacionalismo desenvolvimentista e o neoliberalismo. O cenário de disputa entre os segmentos que compunham o “velho” Estado e entre os novos atores cheios de demandas mundiais permaneceu ao longo da década de 80. José Sarney e Fernando Collor de Mello representam este conflito e transição. Em 90, os nacionais desenvolvimentistas buscam reorientar-se politicamente (Soares, 2000).

²³ Expressão utilizada por Soares (2002, p. 35). Entendemos como caracterização da capacidade financeira de desenvolvimento com investimentos em áreas industriais, desde a transição Vargas (1946) - Kubitschek (1950), na chamada luta contra o tempo, abrindo fronteiras para o capitalismo brasileiro, alicerçado no tripé que a autora menciona. Ela explica que este movimento de “fuga para frente” perde força na crise do Estado Brasileiro (1980), que, desestabilizado política e economicamente, fratura o tripé de sustentação.

²⁴ Esclarece Maria da Conceição Tavares, em seu livro, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, “o termo ‘substituição de importações’ é empregado muitas vezes numa acepção simples e literal significando a diminuição ou desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna”. Mas a dinâmica deste processo é mais complexa e envolve desdobramentos econômicos que podem interferir e gerar dependência externa, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição. Pois, no lugar dos bens substituídos, podem aparecer outros à medida que o processo avança, como por exemplo bens de capital, para produzir mais capital, que pode resultar numa maior dependência do exterior e, por conseqüência, um endividamento nas finanças públicas.

principalmente no que se refere às questões sociais, constituindo-se no discurso insistente da capacidade do mercado, contribuindo significativamente para a dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, quando surgem, já que as ações vão na direção do crescimento econômico que não inclui medidas para a área social, menos ainda para a população em níveis de pobreza alarmantes.

As condições econômicas, políticas e sociais dos países, que antecedem ao ajuste estrutural do sistema capitalista, são importantes por suas singularidades político-sociais, como também por seus desajustes na área econômica. Conforme Soares (2000), no Brasil, por exemplo, esse ajuste não pôde acontecer nas mesmas condições de outros países da América Latina, como Chile e México, pois o país se encontrava fragilizado pela crise dos anos 80, sem possibilidades econômicas e políticas que dessem sustentação às diretrizes para o ajuste. O Brasil, nesse momento, enfrentava um processo de instabilidade generalizada na macroeconomia e na política, conforme nos assinala Fiori:

Instabilidade da moeda; instabilidade do crescimento; instabilidade na condução das políticas públicas etc. A política econômica terminou por submeter-se à própria volatilidade do processo econômico e político, ambos movendo-se em direções opostas. Foram contabilizados nesse período oito planos de estabilização monetária, quatro diferentes moedas (uma a cada trinta meses), onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, catorze políticas salariais, dezoito modificações na regra de câmbio, cinqüenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal (FIORI *apud* SOARES, 2000, p.36).

Na opinião de Soares (2000) os motivos que facilitaram a chegada da onda neoliberal de vez no Brasil foi essa instabilidade sócio-político-econômica, potencializada no período de 1989-1990, e o esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro. A partir de então, impõe-se a corrida da desregulamentação da economia, que significava tirar o Estado do seu papel de protagonista, aliando-se a este o argumento de “mercado solto”. Disso, desdobram-se ações orquestradas pelas privatizações das empresas estatais, desencadeando o processo de minimização das decisões na esfera pública de natureza produtiva e empresarial, dando nova configuração político-administrativa ao Estado. O discurso governista, tão bem articulado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1996-2000), era de retomada do crescimento com o combate à inflação, cujo princípio norteador para tal empreitada era a incisiva desregulamentação da economia, tirando o Estado do palco principal, reservando-lhe funções secundárias, à moda da receita neoliberal.

Nesse sentido, foram dadas doses ideológicas, não tão homeopáticas, da ineficiência e ineficácia da administração pública que não tinha a necessária racionalidade para desencadear um processo de crescimento econômico, o que era a vocação do setor privado e, assim, a ordem era de não interferência do Estado para que o “livre jogo do mercado” pudesse, então, começar as suas mais ousadas investidas, desencadeando um desajuste social de progressão geométrica. Isto significa uma desumanidade assustadora e uma conseqüente reação de barbárie, na medida em que são subtraídas as condições mínimas necessárias para a dignidade humana.

Os efeitos da privatização, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram devastadores. Biondi (1999) abre o seu livro “*O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*” da seguinte forma: “compre você também uma empresa pública, um banco, uma ferrovia, uma rodovia, um porto. O governo vende baratíssimo. Ou pode doar”. O autor faz uma crítica à entrega das estatais brasileiras a grupos privados nacionais e internacionais, com um forte apelo através dos meios de comunicação, de que as privatizações trariam preços mais acessíveis ao consumidor, pela sua eficiência. O movimento do governo brasileiro foi de “saneamento das estatais”, preparando-as para a privatização, arrumando-as para entregá-las “limpinhas”, prontas para a lucratividade certa, sem qualquer sinal de preocupação com a população brasileira.

Na opinião de Biondi (1999), isso significa dizer que entre tantos benefícios aos compradores, estão as demissões dos trabalhadores das estatais, as dívidas assumidas pelo governo antes de efetivação da venda, o descaso com os fundos de pensão e das aposentadorias, absorção de negócios “podres”, utilizando bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, BNDES e o Banco do Brasil, instituições públicas de fomento e desenvolvimento, provocando um impacto considerável em sua lucratividade, o que facilitou o discurso da sua ineficiência. De acordo com Biondi (1999), dentre esses negócios “podres”, estão, por exemplo, a compra de carteira imobiliária com alta inadimplência do Banco Econômico, depois de falido, como também do Bamerindus, mas estas situações não chegaram a domínio público. Nesse viés, acrescenta Soares:

Cria-se um “Estado Mínimo” no âmbito social, e se mantém um Estado forte no econômico, já que se trata de que esse mesmo Estado não deixe de garantir os interesses (econômico e políticos) dos grupos capitalistas de turno. As privatizações das empresas estatais feitas cobrem este argumento de Estado “mínimo”, acompanhadas da “lenga-lenga” da supremacia do privado sobre o estatal, na realidade demandou uma decisiva intervenção dos Estados no processo, não apenas na legitimação como, principalmente, na sua sustentação em termos financeiros (SOARES, 2005, p. 7).

Afirma Borón (2001) que o Estado não é proprietário das estatais, mas agiu como se fosse. Sua função é de “gerente” do patrimônio da sociedade, portanto caberia a cada cidadão consciente impugnar este desmonte. Pelo contrário, foi absorvido, quase sem resistência pela sociedade brasileira, exceto por alguns movimentos oposicionistas e sindicais, devidamente controlados pelos representantes das novas demandas mundiais. Os argumentos e práticas governistas foram tão “competentes” na afirmação do seu projeto privatista que o neoliberalismo tornou-se senso-comum de nosso tempo.

Quanto à necessidade do estabelecimento de um Estado Mínimo, vale a ressalva de que a retórica neoliberal é mais complexa do que imaginamos e traz implicações ideológicas e culturais tão ou mais graves do que as econômicas. O que será que há na realidade subjetiva dessa minimização do público? O que é mesmo que precisa ser controlado, além da intervenção estatal no setor produtivo? A articulação para convencimento passa por um velho ditado, conhecido nosso, “faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço”, porque o sentido do fazer, neste caso, é a possibilidade de garantia da sobrevivência do Modo de Produção Capitalista Mundial. Nesse sentido, esclarece Borón:

Apesar de sua propaganda em favor da proposta neoliberal, os capitalismos desenvolvidos continuam tendo estados grandes e ricos, muitíssimas regulações que “organizam” o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos, promovendo formas encobertas e sutis de protecionismo e subsídios e convivendo com déficits fiscais extremamente elevados (BORÓN, 2001, p.9).

3.1 A (DES) CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Nesse período histórico a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características. (Milton Santos)

O surgimento dos supranumerários é uma ameaça à ordem política e social. Mas que significa tal denominação e o que tem a ver com políticas públicas? Castel (2005), em seu livro *Metamorfose da Questão Social*, disserta sobre o aparecimento dessa “nova categoria” de pobreza, associal e degenerescente. Segundo esse autor, essa nova pobreza entra na história social no século XIX, na Inglaterra, e, com algumas especificidades que a dessemelham,

segue a produção industrial de concepção capitalista no mundo, agravando-se nos desdobramentos da crise do capital. Ganha, então, o *status* de supranumerários ou inúteis para o mundo²⁵. Sobre eles recaem as políticas sociais focalizadas.

Castel (2005) defende que o pauperismo não está relacionado à ausência de trabalho, mas antes à organização do trabalho. É um tipo de indigência que é filha da industrialização, do destino das sociedades industriais. Isso se constitui um fator permanente de insegurança social. É uma condição “antropológica” nova que recai sobre as pessoas, acontecida não apenas da miséria material, mas da degradação moral. Castel (2005) recorre a Procacci para elucidar que essa condição de degradação moral é “uma espécie de nova barbárie, que é menos o retorno à selvageria de antes da civilização do que a invenção de um estado de dessocialização próprio da vida moderna, especialmente urbana” (CASTEL, 2005, p.287).

Na opinião de Castel (2005), o lugar de miserabilidade a que foram submetidas pessoas e comunidades em tantas partes do mundo, característica da revolução nas relações sociais de produção, trouxe diferentes formas de compreensão da nova condição de pobreza: da piedade à aversão e, desta última, ao medo de um antagonismo que pode assumir uma atitude de luta e instabilidade na ordem vigente. Uma espécie de imoralidade que umedece os modos de vida dessa nova categoria de gente, cuja degradação humana não é originária, mas hereditária, o que a transforma em uma classe perigosa.

Castel (2005) explica a miséria através da obra de Victor Hugo, *Os Miseráveis*, evidenciando que os miseráveis têm em comum a miséria, como condição nova e “moderna”. E reporta-se a Chevalier no seu entendimento sobre o termo miserável que “aplica-se cada vez mais freqüentemente, cada vez mais totalmente, àqueles que se acham na fronteira incerta e sempre remanejada entre a miséria e o crime” (CASTEL, 2005, p.289), para demonstrar que, mesmo entre os burgueses, o olhar sobre os miseráveis era diferente e explica que, em Vitor Hugo, não há a distinção entre mais duas condições, porém a transição de uma à outra. Não como condição, mas como uma situação intermediária e movente.

Ainda sobre estes aspectos, é esclarecedor o que diz Castel (2005), citando Vitor Hugo, Louis Blanc e Buret

²⁵ Classificação feita por Hannah Arendt, em seu livro: *Condition de l’homme moderne*, citada por Robert Castel em seu livro **As metamorfoses da questão social**, p.496, que significa trabalhadores sem trabalho que ocupam na sociedade um lugar de supranumerários.

Assim, para Hugo, o adjetivo qualificativo “miserável” não contém uma condenação; inscreve-se, ao contrário, numa tentativa de reabilitação a partir da descoberta da etiologia social da miséria. Aliás, encontra-se exatamente a mesma conotação do termo “miséria”, e o mesmo continuum entre a inocência enganada e o crime, em pensadores socialistas como Proudhon ou Louis Blanc: “A miséria aconselha incessantemente o sacrifício da dignidade pessoal e quase sempre o comanda. A miséria cria uma dependência de condição para quem é independente por caráter, de modo que esconde um tormento novo numa virtude e muda em fel o que se traz de generosidade no sangue. Se engendra o sofrimento, a miséria engendra também o crime. Se leva ao hospital, também leva à prisão. Faz os escravos; faz a maioria dos ladrões, dos assassinos, das prostitutas (L.Blanc, Organisation du travail, edição de 1850). Eugène Buret também tem esta bela fórmula:” A miséria é a pobreza moralmente sentida” (De la misère des classes laborieuses en France et en Angleterre, 1840). (CASTEL, 2005, p.290).

Percebemos que a noção de pauperismo proposta por Castel (2005) é de uma construção social que parte de um contexto social específico, embora dialeticamente interagindo com as relações sociais anteriores ao advento da indústria, por excelência mais familiares e rurais. Thompson (1988) esclarece que a natureza da Revolução Industrial está em submeter as pessoas às formas intoleráveis de exploração econômica e de opressão política, construindo relações cada vez mais duras e impessoais. Esta é a questão social trabalhada, associada, inevitavelmente, à condição salarial, genuinamente industrial, que surge com esta nova noção de trabalhadores, que, se por um lado afirmava uma liberdade potencial do trabalhador, por outro, a qualquer sinal de resistência encontravam-se à sua frente os proprietários dos meios de produção ou o Estado, exercendo o seu poder de polícia ou de controlador social.

Castel (2005) deixa claro que o fenômeno do pauperismo é um dado histórico inédito, do início do século XIX, que revoluciona as antigas formas de organização do trabalho, porque também um novo modo de produção nascia com a sua classe insurgente: a burguesia. Desse modo, podemos inferir, tomando como ponto de partida esta característica patente do que se convencionou chamar de modernidade e as crises inerentes à condição do capital, que a dinâmica do sistema capitalista, em sua essência, estabelece-se pela desagregação social e, no seu tempo histórico, sofre mutações expulsando do sistema produtivo trabalhadores, ou mesmo nunca permitindo que dele façam parte, gerando uma nova categoria social, de *inúteis para o mundo*, que está fora do sistema produtivo e se constitui em uma ameaça para ele.

A atualidade da questão do pauperismo não se deve apenas ao fato de que se pode observar, no século XIX e hoje, uma “pauperização” de algumas categorias sociais. De modo mais profundo, convida a refletir sobre as relações que existem entre as recomposições da ordem do trabalho e uma dessocialização de massa. O

pauperismo é um drama que ilustra esse efeito-bumerangue através do qual o equilíbrio do conjunto de uma sociedade é abalado por aquilo que parece situar-se à sua margem (CASTEL, 2005, p. 299).

A insanidade do processo de reprodução do capital, na busca de um aparelho produtivo cada vez mais competitivo, cria uma situação mais e mais desumana, que desequilibra ao mesmo tempo em que, supostamente, sai das suas crises. Supostamente, porque é nos seus ajustes para superação da crise que engendra novas formas de deterioração humana, inclusive expulsando os que ainda se encontravam produtivos no sistema, aumentando o número de “excluídos”. Assim, é a lógica do capital “irreformável porque, pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é incontrolável e incorrigível” (MÉSZÁROS, 2005, p.12-13).

Essa nova massa de excluídos, esse recorrente fenômeno, inicialmente chamado de pauperismo, essa nova pobreza, sem sociabilidade, se vulneráveis, também vulnerabilizam a essência da constituição desse sistema. Estão à margem, como formigueiros gigantes que precisam ser combatidos, na lógica capitalista. Lugar da miséria que precisa de alívio, porque assim também estarão aliviados os elementos que sustentam a engrenagem capitalista, cuja organicidade não pode ser prescindida. A indigência constitui-se um problema social de graves efeitos para a governabilidade liberal, aparecendo como um paradoxo à sua concepção, na medida em que surge a necessidade de atendimento às situações da indigência social, agravada com a intensificação do processo industrial, a desestabilização da condição salarial e situação de precarização dos modos de vida desses novos trabalhadores, perdidos dos elementos que compunham as suas relações sociais de produção caracterizadas pelo antigo regime.

As tutelas vão da assistência privada, das instituições religiosas até as obras de caridade paroquiais. No que se refere à caridade legal de intervenção estatal, não houve uma aceitação pelos liberais da época, que buscavam estratégias para respostas não-estatais para a questão social. Essas orientações vão predominar até o fim do século XIX. Castel (2005) reporta-se ao liberal Delecroy para exemplificar tal assertiva: “O governo não deve nada a quem não o serve. O pobre não tem direito senão à comiseração geral”. E continua: “o governo não pode encarregar-se sozinho da manutenção do pobre; mas colocando-o sob salvaguarda da comiseração geral e da tutela das pessoas abastadas, deve dar o exemplo de uma beneficência limitada em seus meios” (CASTEL, 2005, p. 302-303). Assim, as práticas de beneficência, com anuência do governo e até por ele recomendadas, são uma saída para a

indigência social, como uma recusa à elaboração de políticas públicas. Neste sentido, a beneficência é uma espécie de tutela.

Elucida Castel (2005) que a questão social que se impôs no século XIX tem que enfrentar o risco da desintegração social, que se constitui em fatores de desordem, e neste dilema da busca pela paz social, torna-se evidente o paradoxo liberal, que se faz compatível com os diferentes desvios do assistencialismo social. Evidentemente, esse disparate é visto pelos liberais com certa desconfiança, pois qualquer intervenção que possa influenciar as leis do mercado é desconfortável para esta concepção político-econômica. Com outra posição, há os liberais que vêem a miséria como um mal necessário e útil ao próprio equilíbrio do sistema, conforme a citação do liberal Charles Dunoyer, em seu livro: *De la liberté du travail au simples exposé des conditions dans lesquelles les forces humaines s'exercent avec le plus de puissance*²⁶, utilizada por Castel (2005) para evidenciar as diferentes formas de se lidar com a degradação humana, objetivando a restauração da ordem social, de acordo com os postulados do liberalismo.

Vocês acham que ela é um mal hediondo [a miséria]? Acrescentem que é um mal necessário. [...] É bom que, na sociedade, haja lugares inferiores onde são expostas a cair as famílias que procedem mal. [...] A miséria é este temível inferno. [...] Talvez só a miséria e aos salutares horrores que a escoltam em sua marcha seja dado conduzir-nos à inteligência e à prática das virtudes mais verdadeiramente necessárias ao progresso de nossa espécie e a seu desenvolvimento regular. [...] Ela oferece um espetáculo salutar a uma das classes menos felizes que permaneceu sã; ela é feita para enchê-los de um terror salutar, exorta-os às virtudes difíceis de que necessitam para chegar a uma condição melhor (CASTEL, 2005, p. 315).

Segundo Castel (2005), além dessas, ainda há as posições conservadoras, notáveis do meio rural e todos os apologistas do antigo regime, que entendiam que a saída para a miséria eram as práticas caridosas tradicionais sob a orientação da Igreja Católica e das Congregações. Foi, então, desse imbricamento heterogêneo que apareceram as políticas sociais, em sua primeira versão moderna. Vale ressaltar que esse fazer social, de formação confusa e reformista, orienta-se pela concepção cristã-social e pela concepção liberal, na qual o interdito do Estado deverá ser, cada vez mais, reduzido e circunscrito. E essas políticas sociais deverão cuidar dos efeitos perversos do desenvolvimento econômico capitalista, amenizando a miséria, sem, contudo, atingir a estrutura do sistema. “É por isso que em toda a seqüência até a reformulação da questão da solidariedade em termos políticos, trata-se, de

²⁶ Da liberdade do trabalho à simples exposição das condições dentro das quais as forças humanas se exercem com os mais poderosos. Tradução de Alvanita Almeida Santos.

fato, de uma “política sem Estado” que não engaja a estrutura do Estado” (CASTEL, 2005, p.318).

Nesse sentido, parece que o caminho da salvação proposto para os “miseráveis”, que tiveram os seus modos de vida abalados ou destruídos pelo modo de produção capitalista, é o de aceitação respeitosa daquilo que seja construído **para eles e sem eles**. Ou seja, a assistência ocorre como uma estratégia política e, para o tratamento da pobreza aguda, surgem os modelos institucionais de manutenção da ordem - junto a eles a sua moral.

Todo este percurso precedente, baseado nas reflexões de Castel (2005), teve como objetivo entender as mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento da indústria na Europa e, portanto, do processo de consolidação do modo de produção capitalista que alcançou o mundo em dimensões inimagináveis, quando se desencadearam crises e conseqüentes ajustes que só aprofundaram os níveis de degradação humana, metamorfoseando o fenômeno do pauperismo aos inúteis do mundo ou supranumerários, aqueles que, fora do sistema produtivo, transformaram-se em inservíveis para o mercado do trabalho, de concepção capitalista e que desequilibram o sistema. Assim, o Estado, com todas as suas restrições políticas e à mercê das diretrizes políticas do contexto, bem como a beneficência civil, tem um papel a cumprir, qual seja, mitigar essa situação. Mas, há perguntas necessárias e atuais. Haverá abrandamento para todos? Se não, que farão com a sobra humana da indigência? Ou ainda, o que dela resultará?

O que mais intensamente se reflete dessa descentralidade do trabalho e as políticas sociais é a interpretação da questão social que hoje se impõe pelo enfraquecimento da condição salarial, utilizando-se a categoria trabalho como o elemento integrador importante da sociedade industrial, já que cria uma “comunidade” de assalariados em detrimento dos sentidos de pertencer originários das relações familiares e comunais anteriores. No entanto, as histórias do salário e de sua gente assalariada têm-se transformado em drama, no momento em que o trabalho vai perdendo a sua centralidade, colocando a sociedade, como um todo, num novo dilema social. Castel convida-nos a refletir afirmando que

O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalho” (...) os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários”(CASTEL, 2005, p.496).

Essa constatação não é suficiente para a compreensão desse turbilhão que contagiou a sociedade em sua compreensão “moderna”. Os elementos que se constituem para o seu

entendimento são tão complexos e incertos quanto as possibilidades de enfrentamento dessa situação social. Principalmente, no que se precipita nas últimas décadas do século XX, período de nova reestruturação produtiva do capital, que, mais uma vez, impõe-se alheio aos modos de vida, e, sem convite ou escapatória, evidencia “a mutação completa de nossa relação com o trabalho e, através disso, de nossa relação com o mundo: tratar-se-ia, então, de inventar uma maneira diferente de habitar esse mundo ou resignar-se com o apocalipse” (CASTEL, 2005, p. 497).

Distanciando-se das catástrofes e dos pessimismos exagerados, sem, contudo, aterrisar no otimismo ingênuo, faz-se necessário compreender o alcance das medidas tomadas para enfrentar tais contingências. Nesse sentido, estarão as políticas sociais, em suas específicas mutações, respondendo a essas profundas transformações sociais? Ou as suas diretrizes políticas estão afinadas com a desresponsabilização do Estado frente às questões sociais que têm sido impostas por novos postulados político-econômicos?

No entanto, essas assimetrias, se por um lado evidenciam maturidades históricas diferentes e processos civilizatórios específicos, demonstram que a herança político-cultural e econômica, portanto ideológica, tem matriz comum e a forma de tratar as suas conseqüências, ainda que embaçadas, assemelham-se. Assim, é possível compreender as categorias propostas para as políticas sociais em Castel próximas à condução das mesmas no Brasil, principalmente, dentro da lógica do neoliberalismo.

Políticas de integração são aquelas “animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional” (CASTEL, 2005, p.538). E as políticas de inserção “definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas (...) são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária” (CASTEL, 2005, p. 538). Observamos que as políticas específicas, de inserção, ou focalizadas orientam-se na direção dos mais pobres entre os pobres, e quais seriam esses “novos” pobres? Os rejeitados do crescimento econômico, os socialmente inúteis, os inintegráveis. Ora, se assim estão classificados, será que as políticas sociais, neste viés pontual, improvisado e provisório darão conta de tantos “subconjuntos da degradação humana” num contexto político-econômico de rupturas profundas? Sem mesmo pretendermos chegar às discussões estruturais a respeito do sistema, na atual conjuntura, é possível integrá-los?

Castel (2005) entende que a distinção entre políticas de integração e políticas de inserção está no embaralhamento quanto à diferença entre Seguridade Social e Ajuda Social,

quando o sentido de universalidade e o sentido de focalização se imiscuem, empanando os seus conceitos. Isso se dá no sentido de que a multiplicação dos públicos-alvo e das políticas específicas põe indecisa a capacidade do Estado para a condução de políticas de integração, caracteristicamente mais universais.

Essa tomada de consciência de um princípio de heterogeneidade numa sociedade tomada pelo crescimento marca, sem dúvida nenhuma, um recuo das políticas integradoras globais e multiplica os tratamentos especiais para as “populações com problemas”. Mas não impede o avanço da máquina social nem a expansão do progresso. É também por isso que, a despeito da confusão quanto às operações de financiamento, essa evolução não submete novamente à discussão, de modo fundamental, a distinção, presente em toda a história da proteção social (CASTEL, 2005, p.542).

A inserção, que verdadeiramente não integra, termina por uma condenação à eterna inserção, porque cria a condição de conseqüentes abandonos, já que não há acompanhamento. Castel (2005) se utiliza da metáfora do trabalho de Sísifo, que vive rolando a sua rocha que sempre volta a descer encosta abaixo no momento de atingir o cume, pela dificuldade de encaixá-la num lugar de certa estabilidade. Assim, as políticas de inserção, que se circunscrevem na sua vocação primeira de dar elementos para a integração, fracassam, na medida em que buscam criar espaços de sociabilidade diferentes daquele em que vivem as pessoas para os quais se inventam projetos, com a finalidade de uma socialização estéril presa ao submundo das instituições e à sua reorientação político-ideológica. A respeito disso afirma Castel:

“Tal constatação não as condena, pois, por enquanto têm contribuído para evitar o pior, se pelo menos se pensa que a passagem ao ato de violência e a revolta são o pior a evitar. Além do mais, na conjuntura econômica e social muito tensa que as suscitou, enquanto pessoas perfeitamente integradas resvalam, é particularmente difícil repor no regime comum os que já se desengataram ou que estão fragilizados por seu meio de origem e suas condições de vida. Mas então é preciso acrescentar que também tiveram em uma outra função distinta das que exibem ostensivamente. Apoiando-se numa expressão que tem suas cartas de nobreza sociológica, dir-se-á que elas também contribuíram para “acalmar o otário” (CASTEL, 2005, p.558) .

A categoria Políticas Sociais é complexa e se conecta a questões igualmente complexas como a situação econômica desencadeada pela lógica industrial e seus metabólicos desdobramentos, os níveis de proteção social das populações, dentro desse mesmo processo. Também evidencia como o Estado participa ou lida com essas questões sociais que vão

ganhando especificidades ao longo do percurso histórico, desde quando, com a indústria, as relações sociais de produção se reconfiguraram.

Vimos que o fenômeno do pauperismo tornou-se a questão social do século XIX no auge do liberalismo. Na atualidade, o fenômeno da “exclusão” é o que se evidencia, e, para este termo, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Nesse sentido, “a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas” (CASTEL, 1998, p. 569).

Dentro desse fenômeno da exclusão, cabe ainda identificarmos quem são esses excluídos e como estão categorizados, pois, na maioria das vezes, parece se tratar de trabalhadores que se vulnerabilizaram diante das ocorrências no mundo do trabalho, despencando de seus postos, mas, também, podem ser pessoas que nunca estiveram na formalidade do emprego, populações mal alojadas, mal consideradas, que há muito vivem no ambiente da indigência, da inadaptabilidade social, sem préstimo ao sistema produtivo, e que já têm filhos nascidos desse processo metamorfósico, arrebatados no universo da desvinculação identitária. Evidenciamos, então, a complexidade de se pensar a dimensão das políticas públicas sociais, em um contexto histórico, este atual, que evidencia mais uma crise do capitalismo, na qual as saídas para a superação põem o Estado entre dois princípios que se opõem, os da sociedade e os do mercado, com a tendência histórica de obediência às regras deste último.

A natureza político-ideológica do sistema de políticas sociais no Brasil é caracterizada historicamente pelo corporativismo e pelo clientelismo²⁷, consolidando-se entre os anos 30 e os anos 80, deixando marcas que têm exigido uma outra relação entre o sistema de políticas sociais brasileiro e o seu sistema político nas suas relações de poder. Indubitavelmente, este caráter conservador tem gerado impactos negativos na implementação das políticas sociais.

No entanto, além dessa característica no sistema institucional das políticas públicas sociais brasileiras, Draibe (1995) convida-nos a refletir sobre outras que, não menos, distorcem a organização do próprio sistema e se mantêm e podem ser identificadas ainda nos dias atuais como os acentuados graus de centralização política e financeira no nível federal, tanto dos recursos como do poder decisório; a fragmentação institucional, que inibe políticas

²⁷ Formas particularizadas de se tratarem as questões sociais, através das quais os grupos sociais e as pessoas adquirem privilégios e oportunidades, transformando os direitos sociais universais em ajudas e doações, numa

coerentes, tendendo a subdividir áreas de decisão; o formato autoritário dos sistemas e subsistemas de decisões que ignoram os mecanismos de participação e controle pela sociedade; e a privatização, tanto no que se refere à presença do setor privado produtor dos serviços sociais, quanto pela operação lógica de interesses privatistas nas decisões de programas e projetos sociais.

As políticas sociais no final do século XIX e início do século XX estiveram condicionadas às idéias liberais numa perspectiva de intervenção estatal mínima que garantia a ordem e a propriedade de sustentação baseada em categorizações sociais do indivíduo e sua inserção no mercado, em detrimento das pessoas, em sua maioria, à margem dos retornos decorrentes da própria produção e dos direitos básicos e necessários à dinâmica do sistema produtivo.

Para Cunha & Cunha (2002), com o pós crise de 29 e o desenvolvimento do capitalismo monopolista²⁸ a questão social tornou-se mais forte, com impactos significativos nas relações capital, trabalho e Estado, o que ocasionou uma mudança na visão do mercado como o regulador natural e trouxe à cena o Estado como *mediador civilizador*, ou seja, o responsável pela formulação e execução das políticas econômica e social. Nesse contexto, anos 30 e anos 80, o nosso sistema de políticas sociais constituiu-se uma importante área de atuação do mercado, embora corporativista e clientelista, o que se traduziu em um desempenho muito abaixo das necessidades sociais das pessoas.

relação simbiótica de troca de favores com serviços ou com votos, trazendo ao sistema das políticas públicas sociais a discriminação, a irracionalidade (DRAIBE, 1995; CUNHA, 2002; CUNHA, 2002).

²⁸ No final do século XIX, transformações no cenário europeu vão modificar o impacto da presença estrangeira na formação histórica de outros lugares do mundo, a exemplo do Brasil. Uma das referências significativas com relação à alteração no padrão de acumulação capitalista foi a grande depressão do capitalismo (1873-1896), fortalecendo as empresas pela centralização e concentração do capital, ou seja, da livre concorrência, comandada pelo capital industrial, passaria-se a fase monopolista, atrelada ao capital financeiro. O capital financeiro, composto da fusão dos grandes bancos e indústrias, teria para a sua atuação e reprodução não mais as bases nacionais originárias, mas o mundo. Esta mudança no processo de acumulação do capital passou a ser chamada de fase monopolista ou financeira e na concepção de Lênin de *Fase Superior do Imperialismo ou Imperialismo clássico*, caracterizado pela concentração de produção via monopólio (cartéis, trustes, multinacionais), capital financeiro, partilha do mundo e dos mercados e exportação de capitais. A acumulação do capital na fase clássica do imperialismo constitui-se um elemento histórico de relevante importância para a compreensão dos nossos modelos de “desenvolvimento econômico” (LÊNIN, 1982).

Por um sistema institucional conservador, viciado e pelas instabilidades econômicas geradas pela exaustão do chamado “milagre econômico”²⁹ (1970-1980), novas diretrizes para as questões relacionadas à política social brasileira aparecem na pauta das reformas de 80, motivadas pela nova conjuntura sócio-econômica no processo de transição democrática, conhecido como redemocratização e reorganização social. Segundo Cunha & Cunha (2002), as estratégias concernentes à política social no Brasil, nesse contexto, tiveram caráter reformista, ou seja, buscaram inscrever na Carta Constitucional direitos sociais garantidos como políticas públicas universais, estendidas a todos, traduzidas como responsabilidade do Estado, sem refletir as questões estruturais sob as quais se desenvolviam as concepções de proteção social.

É válido ressaltar que os recorrentes movimentos sociais que marcaram esse período contribuíram para passos expressivos no que tange à nova agenda das políticas públicas sociais no Brasil, além da consolidação dos movimentos oposicionistas e das *diretas já*, bem como o período chamado de “Nova República” (1985-1987), e, finalmente, a Constituição de 1988, que

institui oficialmente o sistema de seguridade social no Brasil, baseado no tripé previdência, saúde e assistência social e definiu seu funcionamento por toda a sociedade através de recursos orçamentários da União, dos Estados e dos municípios, além das contribuições sociais de empregadores, de trabalhadores e de receitas de concursos e prognósticos (loterias) (CUNHA & CUNHA, 2002, p.14).

Isto foi importante porque trouxe o sentido da universalização dos direitos, reconhecendo o direito à proteção social de responsabilidade do Estado e extensivos a todos, independentemente da sua posição social ou sua contribuição prévia ao sistema, estabelecendo formas mais democráticas para funcionamento, como, por exemplo, a criação dos conselhos, nova institucionalidade das políticas, que podem representar novos mecanismos de expressão, representação e participação de interesses nascidos das condições sociais, embora, possamos argumentar que:

²⁹ Prado Júnior (1983) define o crescimento econômico, ocorrido entre 1968 e 1973, conhecido como “Milagre Econômico” da seguinte forma: O “milagre econômico” encontra-se dentro de uma orientação político-econômica de enquadramento no sistema internacional do capitalismo, que vem a ser o imperialismo, numa relação de dependência, ou seja, a subordinação da economia brasileira em relação ao contexto internacional, de onde se comandam os centros financeiros do sistema. As matrizes dos velhos trustes, ou, em outra designação, as multinacionais. E continua: *O milagre econômico não passou de breve surto de atividades estimulado por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstâncias excepcionais. A inflação de eurodólares em particular. Encerrado o ciclo dessa situação excepcional, e invertida a conjuntura, como não poderia deixar de mais dia menos dia acontecer, o Brasil retorna à sua medíocre normalidade amarrada ao passado. Com a agravante de fazer frente ao oneroso custo de seu instante de euforia* (PRADO JUNIOR, 1983, p. 356).

Tomando em si mesmo, este arranjo institucional não é inédito. Nem muito menos o perfil sistêmico que projetam sobre a estrutura e a dinâmica do conjunto das políticas sociais. Entretanto, alimentando-se das mesmas energias sociais que impulsionam o movimento de consolidação da democracia, a forma conselho molda uma parte substancial da nova tessitura da vida em democracia, oferecendo alternativas de expressão institucionalizada às “forças puras” dos movimentos sociais que, em geral, lhes deram origem (DRAIBE, 1998, p. 16).

À primeira vista, podemos dizer que o padrão mais democrático de proteção social, originado na década de 80, mais significativamente entre 1985 e 1989, não representou uma mudança profunda na forma de fazer a política social. Mas, conforme Draibe (1995), se constitui em um marco histórico, tendo como referência a Constituição de 1988, considerada a constituição cidadã, pois sinaliza um avanço nos aspectos jurídico-institucionais, particularmente no que diz respeito ao deslocamento de um modelo particularista para um modelo institucional mais redistributivo, o que significa uma forma mais abrangente e igualitária de organização dos sistemas de políticas públicas sociais no Brasil.

No entanto, esse deslocamento não pode ser entendido como o fim das formas tradicionais de se conceberem as políticas públicas sociais brasileiras, situação que ainda persiste na contemporaneidade, porque também persistem as relações sociais de produção capitalista. Há que se considerar ainda que a fase de redemocratização do Estado brasileiro abriu brechas para a participação popular, através dos movimentos organizados, na gestão do que é público, no sentido de que se criaram as condições para que fossem debatidas questões sociais que afetam o conjunto da sociedade. De maneira ainda incipiente, essa mudança favorece um conhecimento sobre a ação governamental, quando postos a público os interesses daqueles para os quais são pensadas, a princípio, as políticas públicas.

As políticas públicas sociais fazem-se necessárias, respeitando-se as especificidades e a trajetória histórica de cada lugar, por necessidades que emergem da sociedade por razões e gravidades que se diferenciam. E têm o Estado como elemento principal na expressão desse compromisso público, apesar das reformulações na compreensão do seu papel, submetido aos diferentes ajustes político-econômicos, decorrentes das crises do capital e suas conseqüentes tentativas de superação. Nesse sentido, reportamo-nos à definição de Pereira (*apud* CUNHA & CUNHA, 2000) sobre o entendimento de política pública como sendo uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais constitucionalmente garantidos, sendo elas que distribuem ou redistribuem bens e serviços sociais. Desta forma, o direito que as fundamenta é coletivo e não individual. Ampliando mais um pouco, podemos trazer a dimensão do termo

público refletido por Pereira que torna mais consistente nossa compreensão de política pública.

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos (PEREIRA *apud* CUNHA & CUNHA, 2000, p. 12).

Afirma-se, além disso que:

A política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas, de caráter permanente e abrangente, que orientam a atuação do poder público em determinada área (CUNHA & CUNHA, 2000, p. 12).

Evidenciamos as raízes político-institucionais que deram origem às políticas públicas sociais brasileiras e a sua característica meritocrática-particularista³⁰, também importam outras razões, mais estruturais, que têm como solo o período de 50 a 80, cujo padrão de crescimento econômico, ao tempo em que trouxe uma mobilidade social em termos de estrutura social, fortaleceu níveis de concentração de renda alarmantes, com extrema desigualdade social. Nesse crescimento econômico, não desapareceram os baixos salários para a maioria dos trabalhadores, que se submetiam a essa regra quando conseguiam estar empregados, porque a outra condição era fora do sistema produtivo, gerando um contingente de “excluídos”, ou indigentes, sem precedência.

Diante dessa situação de desigualdade social, a relação entre os ajustamentos econômicos, seus impactos na sociedade, principalmente para essa nova categoria de pobreza que ganha dimensões desconfortáveis e os programas sociais, foram desalentadores, pouco se fez de concreto com relação a essa situação. No final da década de 80, assistimos ao desaparecimento do Estado e ao descaso com a questão social, marcadamente na gestão Collor de Mello com a sua reforma administrativa. Sobre a nova agenda de reformas dos anos 90, esclarece-nos Draibe:

³⁰ Tipologia utilizada por Sônia Draibe (1989) com relação ao nosso sistema de políticas sociais, relacionando-o a um tipo de Bem-Estar social (nosso tipo brasileiro) conservador, clientelista, corporativista.

Ao se processar a agenda de reforma social da transição democrática, e antes mesmo que se implementassem todas as suas diretrizes, esgotaram-se os conteúdos das suas proposições. Entre 1989 e 1991/1992, no mesmo momento em que tecnicamente avançava a implementação, desenhava-se uma outra agenda de reformas, cujos contornos e temas estão agora (re) definidos pelo agravamento da crise e pelo embate com o neoliberalismo (DRAIBE, 1995, p.219).

O postulado neoliberal consolida-se no Brasil na década de 90, conforme já afirmamos anteriormente, e com ele uma reestruturação produtiva, com ajustes econômicos perversos e que se refletiram diretamente na estrutura estatal com a velha cantilena do liberalismo sobre a ineficácia do Estado. A noção de Estado mínimo, ideologizada pelos pressupostos do neoliberalismo, evidentemente, causa efeitos muito fortes nas políticas públicas sociais, no sistema de proteção social, tanto os que foram precariamente garantidos, quanto as necessidades urgentes que nem sequer foram atendidas. A desigualdade, em nosso país, tem dimensões tão amplas e heterogêneas, que torna complexa a garantia de padrões mínimos de equidade social. Nesse sentido, atribuem-se, cada vez mais, às políticas seletivas, localizadas ou focalizadas, o atendimento aos grupos mais pobres entre os pobres em detrimento das políticas públicas de concepção mais universalista. Como nos diz Draibe (1995, p. 220), “em outras palavras, é como se, na situação atual, tivéssemos que nos afastar de uma concepção do tipo “dar cada vez mais tudo a todos” – base daquele modelo generoso de proteção – e caminharmos em direção à concepção de “dar mais a quem tem menos”.

Constatamos que a implementação e a consolidação das políticas sociais no Brasil acontecem em momentos históricos marcados por crises, situação em que o Estado é considerado obstáculo ao intitulado “desenvolvimento econômico”. Na opinião de Cunha & Cunha (2002), as considerações restringem-se menos às questões de ordem político-econômica, e mais como uma necessidade de reconfiguração estatal, ou melhor, redefinição das suas funções, ou seja, transmigração da sua condição de formulador e executor das políticas públicas sociais para o desempenho de regulador, fiscalizador e incentivador das atividades do mercado. Nesse sentido, as políticas sociais perdem centralidade e o governo fica à mercê da política econômica, que, conforme Draibe (1995), tenderia à assistencialização das políticas, significando que os direitos sociais seriam transformados em mercadorias e postos à venda, e apenas os aptos têm acesso.

Assim, observa-se um movimento contrário ao da garantia incondicional de direitos à proteção social pública ao que Yazbeck denomina de “refilantropização da questão social”, ou seja prevalece a oferta de bens e serviços pela iniciativa privada para os que podem adquiri-los, enquanto os serviços públicos passam a atender os pobres (CUNHA & CUNHA, 2002, p. 22).

Para Draibe (1998), os aspectos apresentados demonstram que o Estado brasileiro tem se dedicado aos programas mais focalizados, de inserção com características pontuais, distantes do princípio da universalização do acesso para todos e, conseqüentemente, da institucionalização das políticas. O problema dos programas focalizados não está na situação em si mesma, mas por acontecerem de maneira desconectada dos programas mais universais, o que os torna descontínuos e instáveis, quando poderiam servir de orientação estratégica, complementando-se aos universais no enfrentamento da pobreza. A predominância dos programas focalizados tende à polarização social e pode desencadear efeitos políticos de conseqüências desastrosas na medida em que põem as políticas públicas sociais de forma a hierarquizar os grupos sociais: pobres dependentes de um setor público que agoniza e os ricos atendidos pelo setor privado.

3.2 POLÍTICAS FOCALIZADAS: NOVO FORMATO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas públicas focalizadas estão “na moda” e têm servido de “alívio à miséria”. Há, nesta perspectiva de política social, uma confusão de conceitos e valores, esvaziados nos seus sentidos, como, por exemplo, solidariedade. Inevitavelmente, as políticas focalizadas estão relacionadas às políticas sociais e à pobreza, porque são resultados de um sistema político-econômico que expropria, discrimina, exclui. Esta é a sua lógica de produção e reprodução, sua sobrevivência, e, em certa medida, o agravamento da miséria precisa ser controlado, mas não dizimado. Conforme Soares (2003), as políticas focalizadas estão dentro das chamadas “reformas de segunda geração”, baseadas no processo de desregulamentação e abertura iniciadas nos anos 80, dentro do postulado neoliberal.

Portanto, notamos que as diretrizes políticas e econômicas estão afinadas e em conformidade com as regras da acumulação capitalista, mesmo em seus dias de agonia contraditória, ou seja, no contexto da crise. Nesse sentido, é perfeitamente compreensível o que nos chama atenção Cohn (2006) sobre o distanciamento, ou descaso, entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social no tratamento dessas “saídas” localizadas³¹.

Afirma Cohn (2006) que as questões mais pontuadas estão relacionadas às bipolarizações Estado/sociedade e Estado/mercado, que são antagônicas. Essas dualidades

³¹ Aqui, discordamos de COHN sobre a utilização do termo desenvolvimento econômico. Neste caso, entendemos que a palavra que melhor se ajusta é crescimento, pois a expressão desenvolvimento já traz a compreensão do desenvolvimento social.

trazem à luz a relação entre Estado e sociedade, e mostram o quanto estamos, enquanto sociedade, alheios à compreensão de política e democracia, como conceitos que não deveriam antagonizar-se num estado de direito como se intitula o Brasil. Dessas bipolarizações, desdobram-se outras dicotomias que fazem parte do debate contemporâneo: público e privado, universalização e focalização, centralização e descentralização, que também se constituem dentro dos pressupostos do neoliberalismo. As políticas sociais focalizadas trazem, superficialmente, como condição para os projetos e/ou programas a elas vinculados a participação comunitária. No entanto, não evidenciamos no processo de sua realização e sua implantação qualquer sinal nesse sentido, menos ainda, na sua concepção, porque, “para se pretender “social”, deve supor um processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomem parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMAN, 1992, p. 17).

Do ponto de vista desse raciocínio, isto significaria uma ameaça ao sistema produtivo capitalista, porque desestabilizaria a sua estrutura orgânica. Portanto, as políticas sociais universalizadas ou as focalizadas, nestes formatos, estão a caminho de amenizar os agravantes da miséria e muito distantes da autonomia de sujeitos. Saídas pontuais e temporárias são o que temos visto sob o discurso de proteção aos “excluídos”, quando estão minimizando os efeitos danosos dos conseqüentes ajustes, ou crises, do sistema capitalista, ou seja, estão a serviço de sua manutenção. Em decorrência, temos uma superposição de programas, desconectados das realidades das pessoas para as quais foram criados. Em sua maioria, efêmeros, descontínuos, desintegrados.

(...) onerosos, pela superposição de programas, clientelas, serviços intra e entre as esferas federal, estadual e municipal; acentuadamente privatizado, com parcela significativa dos serviços sendo prestada pelo setor privado – lucrativo ou filantrópico; discriminatório e injusto, porque nível de renda e/ou inserção no mercado de trabalho acabam por se transformarem, na prática, no principal critério de acesso aos benefícios e serviços prestados; com fontes instáveis de financiamento, provenientes de recursos fiscais e tributários complementados por outros de variada natureza, compondo um conjunto desarticulado e fragmentado (COHN, 2006, p.23)

A questão social e as suas metamorfoses estão desembocando em matriz cada vez mais complexa, trazendo à tona grandes dilemas que se polarizam: o universal e o focalizado; o estrutural e o emergencial. Em um lugar como o Brasil, com as suas especificidades nacionais e regionais, com condições objetivas e subjetivas de diversidade inigualável, que consegue conviver com formas tradicionais e as ditas “modernas” de se compreenderem os

aspectos políticos e econômicos, com seus sérios desdobramentos na sociedade, a situação é ainda mais complicada, historicamente viciada. Nesse sentido, os programas focalizados de “alívio à miséria” poderiam ser complementares aos programas universais de atendimento social, como orientação estratégica de combate à pobreza ou à “nova pobreza”. A pergunta é: sejam os programas seletivos ou universais qual a concepção político-econômica-ideológica que lhes servirá de solo? Voltamos, então, à querela da estrutura, da revolução nas relações sociais de produção.

3.3 A INSERÇÃO NO PILAR

Assim como na fábula, tentamos a cada capítulo marcar o caminho, fica mais fácil encontrá-lo depois. Dar os próximos passos da exposição. Afinal, escrever, para qualquer pessoa, é lidar com absoluta desconfiança, mas também é compreender melhor.

O convênio realizado entre a CONDER a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia considera a área para efeito do Plano de Requalificação Urbana para o Pilar/Taboão a poligonal desenhada na figura abaixo, que está limitada a leste pela encosta do Pilar, a oeste pela avenida Jequitaia, a norte pela túnel Américo Simas e ao Sul pelo Taboão, mais especificamente pelo antigo elevador hidráulico.

FIGURA 9



Foto arquivo da CONDER.
Salvador – Bahia

Dentro desta poligonal, as pessoas abrigam-se em prédios arruinados e em barracos. A grande maioria das construções toscas e frágeis está na encosta da ladeira do Pilar. Os demais disputam os espaços dos edifícios em ruínas, concentrados na rua do Julião, próximos à ladeira do Taboão.

Os Projetos habitacionais compõem-se no projeto *Pró-Moradia 1*, através do qual foram captados os recursos para a construção das unidades habitacionais, conforme consta no Plano de Requalificação Urbana do Pilar (2003):

- Re-locação de habitações subnormais da encosta em edificações que, parcialmente, aproveitam o antigo frigorífico do Estado – recente sede da EBAL - e área contíguas;
- Parte da RAE – Requalificação Ambiental da Encosta, que compreende o aproveitamento e urbanização das áreas desocupadas pela transferência da população;
- Melhorias do sistema viário, principalmente da ladeira do Pilar com vistas a facilitar a ligação – essencialmente de pedestres – entre o Pilar e o Santo Antonio Além do Carmo (p.56).

O Projeto *pró-Moradia 1* propõe atender as 107 famílias que se encontram nos barracos de madeira na encosta do Pilar. É para estas pessoas que o nosso olhar está atento, principalmente, através do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental para elas elaborado. Nele encontramos os princípios metodológicos, a compreensão das categorias norteadoras e as estratégias de desenvolvimento local.

FIGURA 10



Encosta do Pilar.
Foto de Arquivo do Professor Eduardo Neira Alva.

FIGURA 11



Elevador Hidráulico e prédios que servem de cortiço.
Foto de arquivo do Professor Eduardo Neira Alva.

Há uma frase que nos intriga nessa “nova” proposta de requalificar o espaço urbano, flagrada em alguns discursos acerca do assunto, balbuciada, às vezes, de forma bem intencionada, qual seja: “vamos recuperar o Centro da Cidade de sua marginalidade”. Tentamos arrumá-la de outra maneira, na qual as palavras encerram o mesmo valor, mas se apresentam mais às claras, cuja disposição nos oferece esta visão: **marginais do (no) centro**. Situação mais paradoxal. Pensamos: quem está à margem pode estar no Centro? Inevitavelmente, também, fomos remetidos à localidade do Pilar, lembrados pelo que contam de si aqueles que foram morar no Pilar e os que dali nasceram.

Por outro entendimento, por quais razões a pobreza histórica do centro das cidades, a exemplo de Salvador, ganhou nova compleição discursiva acerca da presença dos pobres? Que há de vícios e virtudes nos recentes paradigmas de requalificação que nos seus instrumentos diretivos dão “centralidade” aos pobres marginais do centro? Marginalidade e pobreza são em nossa sociedade quase palavras sinônimas e se ampliam da margem à delinqüência. Controverso e indagativo?

Raquel Rolnik³² em seu artigo, “Um novo lugar para o velho centro”³³, afirma que decrete-se o fim do paradigma de que requalificar o espaço urbano significa limpá-lo da presença dos pobres, argumenta que a política urbana brasileira difere substancialmente de sentido e de agenda dos processos de revitalização de frentes portuárias e áreas centrais em cidades de países do Norte. Em suas palavras:

Lá, a reconquista dos centros para a ampliação de espaços públicos de qualidade, a implantação de projetos turísticos através do trinômio equipamentos culturais/entretenimento/gastronomia e a atração de escritórios inteligentes para a gestão de negócios globalizados constituíram programas que posicionam essas áreas no ranking da competição global entre cidades buscando para elas um lugar na era pós-industrial (ROLNIK, 2006, p. 02).

Contrariamente, garante Rolnik (2006), não é o caso do Brasil, pois esse processo em nossas cidades se dá de maneira muito mais complexa. O movimento centrífugo de esvaziamento dos centros brasileiros pelas classes mais abastadas, abrindo novas frentes de expansão, tende a esvaziar a anterior. No movimento inverso, centrípeto, de refluxo ao centro, o raciocínio se assemelha. No movimento de vai-e-vem do centro, outros territórios e atividades ganham, mesmo empobrecidos, vida e identidade local. No “retorno”, as classes

³² Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades e professora do Mestrado em urbanismo da PUC – Campinas.

interessadas pelo “velho centro” tendem a expulsar a anterior, no caso, os atuais residentes, ou seja, os pobres do centro. Segundo Rolnik (2006), não é isto o que está nas propostas de apoio à reabilitação de áreas centrais brasileiras. Nesse sentido, o processo de conscientização sobre novos paradigmas de urbanidade não está restrito às classes empobrecidas que vivem nos centros da cidade, mas a diversos entes públicos e privados. Dessa compreensão, com a qual concordamos, resulta nossa maior preocupação.

Preocupação que encontra solo nas propostas de revitalização do bairro Comércio, já em andamento, que contemplam: a construção de uma marina, lojas de artigos de luxo, casas noturnas de entretenimentos, hotéis panorâmicos, além do projeto de uma via náutica, requalificação do Porto, projetos da Companhia de Docas do Estado da Bahia – CODEBA e a recente demolição parcial do Mercado do Ouro³⁴. Acrescente-se a inauguração em novembro/2003 do *Escritório de Revitalização da Área do Comércio*, ponto de referência para que empresas de diferentes segmentos pudessem ter acesso e participação nos projetos voltados para tal requalificação. Aliás, muito próximos dos contemplados na citação de Rolnik (2006) acima: “escritórios inteligentes para a gestão de negócios globalizados”. Como notamos, tais ações se aproximam mais da concepção de revitalização, requalificação e reabilitação dos países ditos centrais, que da proposta do Governo Federal para as intervenções nas cidades brasileiras. No caso do Pilar, há, a nosso ver, um descompasso entre as diretrizes federais e as ações do estado baiano.³⁵

No encalço, chegamos à sistemática para os Programas de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais proposta pelo Ministério das Cidades (2005), que assim apresenta o seu objetivo: “promover o uso e a ocupação democrática das áreas urbanas centrais em Regiões Metropolitanas, propiciando a permanência de população residente e a atração de população não residente por meio de ações integradas que promovam e sustentem a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica dessa área”. E reforça em suas diretrizes gerais: “participação da sociedade nas decisões, acompanhamento e controle dos planos de reabilitação, por meio da gestão democrática e compartilhada”.

Percebemos que, tanto o artigo de Rolnik (2006) quanto os objetivos dispostos no manual que sistematiza as diretrizes dos programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, estão condizentes. À primeira vista, o que poderia nos inquietar? Diante do percurso teórico,

³³ Publicado no *Estado de São Paulo* em 16/04/2006. Disponível em www.programasurbanos@idades.gov.br.

³⁴ Agora Museu do Ritmo, espaço recentemente idealizado por Carlinhos Brown, músico baiano e atual proprietário, que tem finalidades educacionais, culturais e assistenciais, conforme matéria no A Tarde Online, 14/02/2007. Disponível em www.carnaval.atarde.com.br.

conceitos e contextos até aqui explicitados, podemos afirmar que a permanência de população residente e sua participação recaem sobre os “pobres”, em nosso estudo, os moradores da localidade do Pilar, para os quais existem projeto integrado de desenvolvimento sócio-ambiental e projeto arquitetônico de intervenção física. Mas quais são as concepções de pobreza que legitimam as intervenções físicas e sociais?

No Plano de Requalificação Urbana do Pilar³⁶, partindo da sua introdução, podemos encontrar alguns indícios:

Em agosto de 2003 foi realizado na faculdade de Arquitetura da UFBA o Seminário Internacional de Projeto: Requalificação Urbana e Cultura da Cidade. **Estudantes e professores desta Faculdade em conjunto com outros que vieram da Faculdade de Arquitetura e urbanismo da USP, da Università degli Studi di Pavia e do politecnico de Milano, da Universidad Central de Santiago de Chile**, estiveram reunidos em um grande ateliê, de trabalho de projeção, discutindo, desenhando e repropndo a área do Pilar. Esta experiência resultou em sete propostas projetuais distintas que reforçou usos já existentes, inseriu novos, viabilizou novas articulações e novos fluxos, na perspectiva de requalificar a área **para** os que nela habitam, para os que poderão se incorporar como novos habitantes, para os que nela transitam e **fundamentalmente para o novo papel que esta área deverá exercer na cidade**. Estes projetos, mesmo sem o compromisso da concretização, revelaram vetores mestres e propostas coerentes para uma intervenção factível na área. O convênio realizado entre a Faculdade de Arquitetura e a CONDER retoma os trabalhos de requalificação da área do pilar, com o compromisso de repensar o Pilar como **requalificação** urbana e **humana** (p. 1).

Para nós, os grifos acima correspondem às marcas da cachorrinha de Zadig. Ora, um seminário para propor o “novo” Pilar não deveria ter pessoas do Pilar ou mais representantes da sociedade soteropolitana, os quais, imaginamos, conhecem melhor a localidade do que os paulistas, os italianos ou os chilenos? Se as diretrizes propõem ações participativas e compartilhadas a preposição “para” usada na citação não deveria ser “com”? Esta não é uma questão meramente semântica. Fundamental, então, neste caso, são os novos papéis que a área exercerá na cidade? Desconfio que estes novos papéis tenham muito a ver com a requalificação do comércio e seus projetos, já mencionados em parágrafos anteriores. Mas as evidências ainda são poucas para afirmarmos se esta é ou não a *cachorrinha da rainha*. Questionamo-nos sobre esta visão de pobreza que se delineia nesses projetos, planos etc. Fica evidente que a estratégia de proteção social sobre ela não é de superação, mas de administração da pobreza.

³⁵ Verificar Estudo para Revitalização do Porto, vol 2. Brasília: TCBR Tecnologia e Consultoria; Prefeitura Municipal de Salvador, Projeto Via Náutica. Salvador, 2000.

³⁶ Relatório de Sistematização 1 C – 2003, elaborado pela Faculdade de Arquitetura da UFBA e a CONDER..

Encontramos a caracterização da área Pilar-Taboão descrita, a partir de uma citação do final dos anos setenta e útil em tempos atuais para caracterizá-la, como sendo

a fronteira à espera da oportunidade de substituição. A degradação física dos seus prédios tornou-se convidativa para abrigo de funções de mais **baixo rendimento imobiliário** e a proximidade do porto, **albergue de prostituição da mais baixa categoria**: Outras áreas antigas junto às encostas, como a ladeira da Montanha e a Misericórdia, abrigavam, também, a prostituição de “**melhor nível**”, assim como as ruas entre a Praça da Sé e o Terreiro (p. 39).

Temos dificuldade em compreender substancialmente a classificação entre “prostituição de baixa categoria” e de “melhor nível”. Não sabemos se é possível hierarquização de tais diferenças na condição de se prostituir. Ocorre-me similaridade nas interpretações de alguns autores sobre a escravidão, inferindo que em algumas fazendas dos senhores de engenho a escravidão era idílica e, portanto, a compreensão sobre a violência neste período histórico precisa ser revista³⁷. Essa ordem de prioridade no exercício da prostituição talvez tenha a ver com a mesma hierarquia da clientela; altos ou baixos níveis têm a ver com a escala de valores de classe. Essa ordem e subordinação podem nos revelar as relações de dominação social e produtiva em que vivemos.

A fronteira à espera de substituição se aproxima da afirmação de Rolnik (2006), quanto ao esvaziamento provocado, significa que esses espaços se transformaram em “territórios populares numa condição física precária” (ROLNIK, 2006, p.1). No caso do bairro Comércio, em Salvador, potencializado pelo movimento centrífugo que o assolou, evidenciado na segunda metade do século XX, onde edifícios antigos foram “desvalorizados pela lógica do mercado e pelo imaginário de nossa cultura urbana” (ROLNIK, 2006), deixados à deriva, foram ocupados por pessoas de condição material precária. Na encosta do Pilar, surgiram as casas de compensados e tetos de zinco – chamados de habitações subnormais ou “barracos”. Santos (1959) é perspicaz ao afirmar que a estrutura da cidade tem a marca da especulação. Ela vai se reordenando na medida em que os desejos especulativos se reconheçam nas ações. Essa justificativa pode ser facilmente confirmada na evidência da força da requalificação do comércio, onde a localidade do Pilar, pelo que se revela, até agora, descera em casinhas de concretos de 36 m²,³⁸ sonhadas pelas instituições que idealizaram o seu dimensionamento em compasso afinado com os desejos da especulação imobiliária,

³⁷ Ver em LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. São Paulo: Editora Paz e terra. P.97-113.

³⁸ Ver Relatório de Requalificação Urbana do Pilar – 1C, elaborado pela Faculdade de Arquitetura – UFBA e CONDER, Salvador, 2003.

perdendo o testemunho da baía de todos santos, ou melhor, de alguns santos. Unidades Habitacionais limitadas no local onde funcionava o antigo prédio da EBAL.

Nessas saídas paliativas, brotadas entre os vícios e as virtudes das instituições que concebem e pensam as políticas públicas sociais, agora fortemente marcadas com o discurso da integração, em nome da sustentabilidade, continua a pobreza, conforme afirma Telles (1999), sobrevivendo na miséria, cujas “intervenções” não alteram a sua condição de paisagem entalhada na ordem natural das coisas ou como a alude Benjamim (2000):

Pobreza não é desonra. Muito bem. No entanto, desonram os pobres. Fazem isso e os consolam com o provérbio. Este é daqueles que antigamente se podiam admitir como válidos, mas cuja data de vencimento já chegou há muito tempo. Do mesmo modo como aquele brutal “Quem não trabalha não come”. (...) Mas é desonra, sim, essa penúria, da qual milhões já nascem dentro, e em que são enredados centenas de milhares, que empobrecem. (...). Mas aqui não há nada a esperar enquanto cada destino, o mais terrível, o mais obscuro, discutido todos os dias, e mesmo todas as horas pela imprensa, exposto em todas as suas causas aparentes e conseqüências aparentes, não promove ninguém ao conhecimento das obscuras potências das quais sua vida se tornou serva (BENJAMIM, 2000, p. 22).

Entendemos que as pessoas que moram na encosta ou nos prédios em ruínas no Pilar precisam ser cuidadas e mantidas no local onde vivem, conforme preceituam os manuais do Ministério das Cidades³⁹, da Caixa Econômica⁴⁰, bem como dos Planos de Trabalho e Termos de Referência, cujas entidades responsáveis representam o Governo do Estado da Bahia, através da SEDUR e da CONDER. No entanto, indagamos como será possível esta permanência na relação desta comunidade com os refinados projetos de requalificação do bairro Comércio, já sinalizados anteriormente. Haverá espaço para que estas “realidades” coexistam de forma harmônica, integrada e participativa? Será que, mais uma vez, essas pessoas não ficarão reféns da pressão imobiliária, caracterizando outra forma de desocupação, quiçá, uma expulsão silenciosa? Supomos que há o risco de termos como traço da presença dos pobres, mais uma vez: os garçons, porteiros, guardadores etc., a serviço daqueles que possam pagar os sofisticados serviços na transformação do bairro Comércio, vivendo em lugares longe do centro, em alguma favela ou periferia, à mercê de novas políticas focalizadas.

³⁹ Parte III – diretrizes gerais, item 4: incentivo à permanência e inclusão social da população de baixa renda que reside ou trabalha na região, por meio de melhoria das condições de acesso à moradia, ao trabalho e aos serviços públicos.

⁴⁰ Manual de Orientações Técnicas aos Municípios, onde o item 2.7.8, transcreve o mesmo objetivo da sistemática 2005 do Ministério das Cidades para o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, já descrito anteriormente.

CAPÍTULO 4

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PILAR

Propomo-nos, neste capítulo, esquadrihar aquilo que entendemos ser a substância desta dissertação. A dimensão educacional na “reinvenção” do Pilar. A operacionalização desse estudo se fará levando em consideração:

- A participação social compreendida no acesso das camadas populares na produção, na gestão e no usufruto dos bens e serviços;
- O amadurecimento da associação de moradores que viabiliza a conquista de espaços próprios de poder, na dimensão da identidade cultural e da história de vida em comum;
- O relacionamento entre poder público e comunidade com autonomia, significando negar a tutela, o paternalismo e o assistencialismo;
- A compreensão de educação que se fundamenta na relação com o trabalho não alienado, como elemento fundante, que garante as condições de sobrevivência, mas também transmite cultura, modos de ser e de viver, na busca de despersonalizar o domínio do capital.

O projeto em análise⁴¹, em sua apresentação, esclarece em que consiste o trabalho técnico social dentro do programa de requalificação do Pilar, conforme segue:

Num conjunto de ações educativas, adequadas à realidade e patrimônio sócio-econômico e cultural da população, com intuito de promover a mobilização e o desenvolvimento comunitário, a educação ambiental e capacitação profissional, visando a gestão compartilhada dos benefícios implantados e o fortalecimento da capacidade de auto-gestão das comunidades (p. 01).

Ressalta mais adiante que o

diagnóstico integrado proporcionou um conhecimento detalhado das comunidades, expressando a sua realidade sócio-econômico-cultural e histórica, com elementos necessários à fundamentação das ações previstas e subsidiando a elaboração de projeto (p. 01).

⁴¹ Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental para o Pilar, abril, 2006.

O diagnóstico traduz-se em tabelas e gráficos⁴² que caracterizam o Pilar quantitativamente: uma localidade de jovens moradores, de baixa escolaridade, onde a maioria garante a sua sobrevivência através do trabalho informal. De acordo com levantamento sócio-econômico, elaborado pela CONDER, num universo de 488 pessoas, 52,05% são de jovens com menos de 19 anos, com maior representatividade a faixa etária de 0 a 9 anos de idade. 30,54% representam jovens com idade entre 20 e 30 anos. 98,69% garantem as condições objetivas de sobrevivência pelo trabalho informal, excluídos dos sistema de seguridade social.

Em relação à educação formal, segue a tabela de escolaridade dos residentes no Pilar.

TABELA 1
Tabela de escolaridade - Pilar

Grau de Instrução	Frequência	%
Sem idade escolar	116	23,77
Não alfabetizado	25	5,12
Alfabetizado	07	1,43
Nível fundamental incompleto	211	43,25
Nível fundamental completo	91	18,65
Nível médio incompleto	14	2,87
Nível médio completo	11	2,25
Sem informações	13	2,66
Total	488	100

Fonte: CONDER – 2003
Salvador - Bahia

As informações e dados apresentados acima não trazem nada de inusitado já que estas retratações acomodam características comuns a comunidades análogas à do Pilar. Importam menos os números que a quantificam e mais o que eles não dizem e o que se faz com eles.

No Plano de Trabalho (2004) para intervenção no Pilar é clara a afirmação de que os projetos de ampliação de benefícios sociais terão especial protagonismo para os jovens, as crianças, os idosos e as mulheres, cujos eixos principais são: educação, identidade cultural e auto-estima, geração de emprego e renda e inserção sócio-econômica do desempregado. Mais adiante, nesse plano de trabalho, tal afirmação se torna mais polida pela citação a seguir:

Reduzir a **pobreza** significa gerar **desenvolvimento** agindo tanto no nível da pessoa, vista em seus aspectos de **profunda unicidade e originalidade**, no respeito de **suas potencialidades**, como no âmbito da comunidade, trabalhando em termos **educativos**, sobre o aspecto do desenvolvimento social do homem, **afastando-se da visão assistencialista**, respeitando a liberdade de cada um e **a sua capacidade de transformar a realidade em que vive** (...). Deverão ser implementados

⁴² Levantamento sócio-econômico do Pilar, na íntegra, à disposição na CONDER.

programas de **educação formal** e de **capacitação**, buscando a **inserção da população no mercado de trabalho** e conseqüentemente **inclusão social**⁴³ (p.12).

Gramsci (2002) traz uma forte reflexão ao afirmar que para, uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro ou patológico. Essa condição é tratada pelos grupos dominantes pela repressão, por medidas de controle social ou pela via da gestão da pobreza com refinados discursos de autonomia e respeito às diferenças, mas com ações que executam políticas de alívio para o sistema. Apropriam-se da mensagem solene e prolongada acerca da emancipação comunitária e no remate limitam-se à ideologia que, sem trégua, é a concepção de sua própria existência. Além disso, se comunidades como o Pilar se auto-emanciparem a lógica do sistema será outra.

As aspirações constantes na citação esbarram contra a lógica interna do modo de produção em que vivemos. Ora, as pessoas que vivem no Pilar são excluídas da produção dos meios de produção, da organização do trabalho e da propriedade dos produtos do processo produtivo. Vivem em condições de pobreza mais alarmantes do que aqueles que sobrevivem do assalariamento. Estão na chamada informalidade. A informalidade aqui entendida não como exército de reserva às necessidades do capital no entendimento marxista do termo, mas como “massa marginal”, que se vincula à noção de superpopulação relativa ou à idéia de supranumerários de Arendt, conforme explica Theodoro (2004):

Enquanto o Exército Industrial de reserva diria respeito ao excedente da força de trabalho que responde às necessidades mediatas e imediatas do capital, assumindo, portanto, um caráter de funcionalidade, a categoria Sobrepopulação Relativa corresponderia à totalidade do excedente de força de trabalho que extrapolaria os limites funcionais, ainda que incorporasse também o contingente chamado Exército Industrial de reserva (THEODORO, 2004, p. 91).

A despeito dos que teorizam sobre a marginalidade como resultado, apenas, do processo de modernização na América Latina no pós 1950, entendemos que ela vem de muito antes. No Brasil, desde o período de escravidão e pós abolição, os negros escravizados ou forros não integravam a economia de mercado da época. Essa evidência encontra explicações em questões étnicas no Brasil, que se imiscuem nas questões de classe. A informalidade é uma velha conhecida da cidade de Salvador, marcada por uma ausência que sempre esteve no centro da dinâmica econômica, basta observar amiúde os serviços prestados pelos negros à época e em tempos atuais. Eles têm uma invisibilidade muito conveniente para a economia. O

⁴³ Grifos nossos.

negro e o seu trabalho sempre foram “marginais” no centro da cidade e na economia, porque sempre realizaram atividades necessárias à dinâmica do sistema, sem esse reconhecimento, evidentemente. Matta (1999) afirma que

a cor da pele influía no tratamento diferenciado que se dava aos vadios. Desde o início do período colonial, a sociedade baiana havia conseguido recriar a aristocracia e a plebe, com base na raça e na aculturação. Quanto mais próximo de padrões europeus, aceitando sua religião e valores culturais, e quanto mais clara fosse sua pele, mais preparado estaria para receber proteção e favores da sociedade. Na base dessa sociedade estava o escravo, negro e africano. (MATTA, 1999, p. 38).

Do ponto de vista étnico, a maioria dos moradores do Pilar é negra, e, de acordo com dados estatísticos pesquisados pela CONDER, 30,56% dos moradores estão sem ocupação, ou melhor, desocupados, como eram denominados no século XIX, e os ocupados, na informalidade, representam 98,69%⁴⁴.

Voltando à modernização do século XX, entendemos que não há espaço para todos na organicidade do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que essa estrutura se organiza sem prescindir do trabalho alienado, produz uma contingência expurgada de “inúteis para o mundo”, segundo sua própria lógica. É possível, então, haver inclusão, participação e, conqüentemente, desenvolvimento social?

Se, no trabalho assalariado, a renda dos trabalhadores, resultado da produção, lhes confere um acesso desigual à gestão da sociedade e ao usufruto de seus bens e serviços, mais complexo se configura na situação em que não há nem renda. Submetidos às regras que estabelecem quem ganha e quem perde, não é difícil saber em que medida as pessoas do Pilar tomam parte nesse jogo social e, por similaridade, como a participação se dá nos espaços de discussão sobre a intervenção na localidade onde vivem, conferindo às reuniões feitas com os moradores o sentido da participação. Desse jeito, “a possibilidade de decidir se vê confinada à opção entre plantar rosas ou pedras no jardim que já se encontra desenhado a níveis de planejamento” (AMMANN, 1992, p.136). A despeito das 40 listas de presença das reuniões com os moradores para discussão acerca da intervenção na localidade, a que tivemos acesso, em nenhuma delas o número de participantes ultrapassou 15 pessoas da comunidade.

Outra evidência importante está no *Termo de Adesão Coletivo* criado pela CONDER, com 143 assinaturas dos moradores do Pilar, assim enunciado: **“Nós, moradores do Pilar do município de Salvador, localizado no Estado da Bahia, abaixo assinados, declaramos que**

⁴⁴ Dados de 2003.

estamos cientes das normas do Programa *Pró-Moradia* e estamos dispostos a participar das ações e atividades propostas”⁴⁵. A participação não deve ser algo imposto, nem mesmo negociado. Fica evidente que a comunidade não está representada e nem opina sobre as decisões do espaço micro onde vive, quanto mais nas decisões relativas à sua cidade. Não têm expressão reivindicatória, sem oportunidades reais de interpretar os problemas locais frente aos poderes políticos, institucionais e organizacionais. A condição de carência absoluta dos meios de sobrevivência lhes impõe a desventura do socorro que avilta.

No Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental para o Pilar (2006) são mencionadas as Governanças Locais – Lideranças, Associações e Corpos Intermediários. A ASMOSLP – Associação dos Moradores de Santa Luzia do Pilar foi criada em 1997, representando-se pelos mesmos membros, desde aquela data até os dias atuais, e tem como objetivo buscar melhorias das condições de vida dos moradores e integração da comunidade. São considerados também os grupos de assistência intermediários, que, em épocas pontuais, distribuem no Pilar cestas básicas no período natalino, sopas e mingaus, além de realizarem palestras sobre questões diversas, com ênfase na Educação Ambiental. Ressaltamos que essas conversações acerca destas questões são consideradas, pelos gestores e executores do projeto, ações educativas e de iniciativas gratuitas.

A respeito, retornamos à questão da gestão e da participação social. Vivemos em uma sociedade que se intitula democrática e, portanto, seria legítimo que a representatividade popular fosse manifesta em diferentes espaços sociais. No entanto, se a representação político-econômica está comprometida pela falta de identidade social, a ASMOSLP, inserida em condições de precariedade material aguda, surge com poucas condições de arregimentar associados pela defesa de classe e representatividade política, uma vez que a luta pela assistência material é preponderante naquela localidade. No Pilar, a consciência sobre a importância de uma associação, no diálogo com os coordenadores e discussão de assuntos estratégicos para a gestão da comunidade encontra-se sobre bases ainda muito frágeis. De 53 famílias entrevistadas sobre o papel da associação, 100% reconhecem a Associação através das pessoas que estão na presidência e vice-presidência, as quais vivem maritalmente, e não demonstraram interesse em uma participação mais direta e ativa. Esses tipos de associações se constroem dentro de modelos da matriz ideológica dominante, que mais servem como mediadores à conveniência das instituições do que como um alicerce político e um alterego coletivo em favor da emancipação da comunidade.

⁴⁵ Grifo nosso.

4.1 A EDUCAÇÃO NO PILAR

Entendemos que a dimensão educacional no Pilar, nos projetos e planos para a sua revitalização, está na medida da capacitação profissional e geração de emprego e renda, coincidente com o que testemunha um dos objetivos específicos sobre a educação constante no Projeto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Ambiental para o Pilar (2006) para as pessoas daquela localidade: “capacitação profissional e a geração de trabalho e renda programados conforme diagnóstico sócio-econômico, que sinalizam a vocação produtiva da comunidade e as potencialidades do mercado na absorção da mão-de-obra qualificada” (p. 19), assim também de como é apresentado na proposta para análise da viabilidade social, em 2003, nessa intervenção: **“elaborado para desenvolver ações educativas, considerando a realidade sócio-econômica e cultural da população e as características da área de intervenção, com o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e ou geração de trabalho e renda, procurando sempre atender as principais demandas sociais existentes”**⁴⁶ (p. 6).

Há um provérbio bíblico que diz o seguinte: Diga-me com quem andas e vos direi quem és. Subvertendo pela imitação, recorreremos ao que diz Sader: “Diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (2005, p. 17). Por esse viés, os exemplos ganham congruência no que se entende por geração de trabalho e renda equivalentes também às ações sócio-educativas consideradas no Projeto de Desenvolvimento Integrado para o Pilar (2006, p. 5): “Curso de informática é a atividade de capacitação profissional prevista para ser realizada com os jovens da comunidade, com o objetivo de prepará-los para **este mercado de trabalho**⁴⁷ tão competitivo.” Mais à frente, avalia a equipe técnica (p. 9): “A realização da 1ª turma do Curso de Informática, voltado para os jovens desta comunidade, **vem resgatar a auto-estima**⁴⁸ e proporcionar a inclusão no mercado”. Além dos cursos de informática, outros cursos profissionalizantes são previstos para as pessoas do Pilar, quais sejam: Qualificação em malha, Corte e Costura, customização, e Trabalho Doméstico. Sobre o curso de treinamento para domésticas há uma observação, no Projeto Integrado de Desenvolvimento (2006), elucidativa para o que discutimos: “visa fornecer uma qualificação para uma **postura profissional adequada**⁴⁹” (p. 47). A nosso ver, as propostas

⁴⁶ Grifo nosso

⁴⁷ Grifo nosso.

⁴⁸ Grifo nosso.

⁴⁹ Grifo nosso.

se distanciam, e muito, da compreensão de trabalho não alienado e, conseqüentemente, tende à subserviência.

Cursos como os sinalizados acima fazem parte da manifestação da ordem mental dos formuladores de políticas públicas sociais que produzem ou preservam uma distância significativa entre os objetivos e resultados pretendidos pelos alardeados programas integrados para a sustentabilidade e emancipação. Lugar onde a educação é freqüentemente anunciada como a salvadora da pobreza, sem que se alterem as bases de sua solidez. As ações educativas referidas em cursos que põem às claras as relações de classe, gênero e etnia nesta sociedade evidenciam em suas formulações uma baixa capacidade política, técnica ou administrativa ou os seus objetivos não correspondem a uma real intenção emancipatória. Pelo contrário, podem ser identificadas como intervenções de cunho clientelista, baseado no desenvolvimento de relação de submissão e desigualdade, reprodutoras de precariedades, tornando crônica a sistêmica ação pública.

Educar para a formação humana não nos leva aos relativismos exagerados se nos posicionarmos com a idéia de uma contraconsciência à educação que qualifica para o mercado e que tem como lógica a produção e reprodução do capital. Trata-se de educar para a vida, que não significa a idealização de uma humanidade perfeita e paradisíaca, mas de elementos que, em seu conjunto, estimulem a dissolver a ilusória separação entre o eu e o outro, o individual e o coletivo, ou seja, a desalienação da consciência e o fim da subjugação vinculada à exploração do homem pelo homem.

Freire (1999) afirma que a nossa formação social de lastro capitalista foi massificadora, implicando no desenraizamento do homem, na sua “destemporalização”. Isto o levou à acomodação, ao ajustamento, ao desenlace dos elementos constitutivos de identidade que nos fazem singulares em nossas relações comunais específicas. E explica:

A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transformá-la a que se junta a de optar, cuja nota fundamental é a criticidade. Na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. O homem integrado é o homem sujeito (FREIRE, 1999, p.50)

A adaptação revela a congestão psíquica a que fomos submetidos e a que nos submetemos, o que só fraciona a nossa humanidade. A luta é pela “humanização dos homens”, ou melhor, como escreveu Arruda (2005) pela humanização do infra-humano, ameaçada pela opressão. Frigotto (2001) esclarece que um modo de produção social envolve

a atividade material de produzir, também idéias, valores, ideologias, conceitos, símbolos, teorias que justificam a forma de organização da produção material e cria as instituições necessárias para a reprodução social no seu conjunto. No modo de produção capitalista – uma sociedade de classes – o gênero humano vive cindido, apartado da compreensão de si mesmo e da crítica de sua realidade. Essas dimensões perceptíveis ou veladas terminam por interferir na sua capacidade de decidir.

Gramsci (1989) afirma que se a nossa concepção de mundo não é crítica e coerente, mas eventual e fragmentada, terminamos por ter um caráter múltiplo de seres massificados e o nosso jeito de ser se compõe de forma bizarra. A coerência e a atenção na realidade iniciam a elaboração da crítica e a consciência de onde estamos como realização contínua e prolongada da história.

Os autores do Projeto referenciado argumentam em seus princípios metodológicos que a intervenção tem como objetivo:

o desenvolvimento da reflexão crítica; participação; atividades sócio-educativas adequadas considerando as dinâmicas locais e características da população; o aproveitamento e a valorização das experiências, vivências e cultura popular; estabelecer relações de compromisso, parceria e coresponsabilidade; potencializar o crescimento, o desenvolvimento comunitário e a promoção à cidadania (...). Os instrumentos e técnicas de intervenção deverão ser eficazes nos processos de participação, educação e resgate da identidade cultural (p. 24).

Os aspectos abordados são pertinentes, embora os números levantados pela CONDER não dêem conta das referências ostentadas. A nosso ver, nem as ações educativas demarcadas pela capacitação profissional dão conta disso. Parece-nos discurso de retórica, melhor elucidado pelas palavras de Nietzsche:

A retórica começa por ser algo de aparentado ao mito e isto por duas razões, uma histórica, porque ela nasce no seio de uma cultura ainda impregnada pelo pensamento mítico, e outra congênita, porque tanto a retórica como o mito se ocupam da verossimilhança mais do que da verdade (...). A retórica enraíza-se num povo que vive ainda das imagens míticas e que não conhece ainda a necessidade absoluta das da fé histórica; prefere ser persuadido a ser ensinado (NIETZSCHE (1999, p. 16).

O exercício da persuasão só faz sentido se os interlocutores se distinguem pela individualidade que passa pela consciência de si mesmo e da sua realidade. Caso contrário, a postura persuasiva tenderá à manipulação de interesses que mascaram o espaço do convencimento, da possibilidade de ensino-aprendizagem emancipador.

Ainda no Projeto referenciado, a reflexão feita acerca da estratégia para o Desenvolvimento Integrado Local, no que se refere à organização comunitária, encontra auxílio no Código Civil Brasileiro, na sua definição para contrato de sociedade “o que celebra duas ou mais pessoas que, mutuamente, se obrigam a combinar esforços ou recursos para lograr fins comuns” (p. 28), explicando que “a comunhão de interesses permite conquistar o desenvolvimento das sociedades. A força associativa entre os homens tem-se mostrado ser cada vez mais transformadora” (p.28). Os conceitos nestas definições parecem coerentes. No entanto, na realidade do Pilar, “a combinação de esforços”, a “comunhão de interesses” e a “força associativa” não dão conta da distribuição de riqueza, penderes apenas para uma das partes deste contrato social.

Compreendemos que os processos educacionais e os processos sociais de reprodução do capital estão imbricados, portanto, só é possível uma mudança significativa na educação se houver uma correspondente mudança na socioeconomia de viés capitalista e a educação cumprir a sua função transformadora. Caso contrário, o que acontecerá serão reformas ou ajustes que servirão, apenas, para dar vida ao capital, sem sequer desestabilizar a lógica do sistema de reprodução vigente, menos ainda a sua estrutura. “É por isso que é necessário romper a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 27).

É neste sentido que entendemos, apesar de patente, indispensável em qualquer processo educativo considerar a estrutura sócio-econômica na qual estamos inseridos. Diriam alguns, isso é óbvio. Nem tanto. Os programas que analisamos, por meio de seus projetos executivos e instrumentos operativos, demonstram ações despropositadas com as diretrizes recomendadas, que muitas vezes parecem entidades abstratas desencarnadas da localidade e das pessoas sobre as quais se fala e que sofrerão a intervenção. A propósito, ilustrativa é a fala de um dos participantes da oficina de trabalho sobre a área central de Salvador, registrada em ata de memória de reunião (2005), então representante institucional do Governo do Estado da Bahia, assim transcrita: “posicionou-se privatista e executivo. **O social é bonito, mas às vezes não funciona**⁵⁰” (p. 15). Então, o que se pretende com os Programas, Planos e Projetos Integrados de Desenvolvimento Sócio-Ambiental e de Intervenção Física para o Pilar, nos quais são alardeados como princípios norteadores a educação, a participação, o desenvolvimento local, a autonomia, a autogestão, o empoderamento e a cidadania? O que significa “o social é bonito”? Como já vimos anteriormente pelas palavras de Demo (1996),

⁵⁰ Grifo nosso.

social é quase sinônimo de desigualdade, de pobreza, de discriminação, então qual a relação com a beleza? As evidências nos dão pistas de que o vocábulo bonito, utilizado nesta expressão, aproxima-se da idéia de caridade, comiseração, gestos de compaixão, ou a demora para se compreender uma comunidade, conviver com as pessoas que a compõem e estabelecer uma verdadeira relação de confiança e efetiva participação atrapalha os interesses privados para o bairro.

Conforme dados apurados pela CONDER (2003), constantes em proposta de intervenção física e social (2003), em uma localidade onde 59,01% dos imóveis estão em áreas de encostas, 23,69% em áreas sem arruamento; 60,25% não possuem banheiro no interior dos “barracos”, 13,04% disputam espaço em banheiros coletivos; 72,67% são privados de esgotamento sanitário, promover ações de educação ambiental e sanitária destinadas à “formação, adequação ou mudanças de hábitos e atitudes da população” (p. 15), ensinando essas pessoas a serem “civilizadas”, parece um descaso com a verdade sensível que requer mais profundidade, do que o vazio do discurso bem intencionado abaixo:

base dos princípios éticos, mediante um processo de conhecimento, informação, educação e a população motivada para a participação e ação, e conscientes dos problemas ambientais existentes é que se estará assegurando um modelo de desenvolvimento sustentável (...). Os moradores do Loteamento Pilar deverão ser mobilizados e estimulados a transformarem a comunidade em um ambiente saudável e a aprenderem a exercer o direito de cidadania implantando uma política correta de proteção ao meio ambiente (p .35).

Os exercícios de retórica, mesmo bem intencionados, não transformam as relações sociais de produção, nem tampouco inibe o que é excretado pelo organismo humano. Não mudamos os hábitos higiênicos no Pilar, os quais afetam o meio ambiente, porque nos compadecemos. Sem dúvida, comover-se ou indignar-se é um movimento necessário, mas somos conscientes de que as mudanças não ocorrem simplesmente porque queremos. Não há como prescindir da “concepção de mundo” do nosso tempo, “a dinâmica histórica não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real” (MÉSZÁROS, 2005, p.50).

Notamos que a educação proposta nos Projetos de intervenção na área do Pilar é o que Nosella (2004) chama de “interesseira”. Ele faz uma relação com a maneira como os diversos movimentos de resistência agem em relação à educação, ou seja, não conseguem estabelecer uma estratégia de educação interessada e eficaz na desestruturação capitalista. A educação interesseira, pelo contrário, contrabalança um incômodo, um dano. Reafirmado na

argumentação dos elaboradores da proposta de intervenção física e social (2003) para o Pilar: “é preciso canalizar esforços e recursos públicos, tanto municipais, quanto estaduais e federais, visando promover não só a revitalização da paisagem urbana, mas, principalmente implementar políticas compensatórias” (p. 5). Como nos alerta Silva (2003), esses programas não afetam os setores de maior concentração de riqueza, pelo contrário, muitos são beneficiados. No caso aqui estudado, basta fixar a atenção no Projeto de Requalificação do bairro Comércio, referenciado anteriormente. Nesse sentido, segundo Silva (2003), o Estado tem precisão no mapeamento dos espaços e “clientela” do espaço social para os quais serão desenvolvidas estratégias específicas, melhor dizendo, focalizadas. Na intervenção proposta, as ações compensatórias, de alívio à miséria, convergem para um feixe chamado Pilar.

Os programas de intervenção em áreas centrais e os seus desdobramentos, através dos projetos executivos e parcerias de diferentes esferas públicas e privadas, guardam especificidades que são próprias das políticas sociais que decorrem do espaço social em que são geradas. Isto significa dispensar cuidados com a dimensão econômica inerente às políticas públicas, mas também no enredamento da ação estatal. Segundo Azevedo (2004), isto favorece para a identificação do “grau de importância das distintas áreas e setores de atividades em relação ao projeto de sociedade prevalecente” (AZEVEDO, 2004, p. 58).

A vinculação direta entre a intervenção estatal e a estrutura da organização social é aspecto relevante para se verificar o espaço “político” das políticas públicas, sem negligenciar a compreensão da reprodução global das sociedades. Azevedo (2004) remete à acepção de Estado ampliado em Gramsci pela iminência superestrutural que abrange a sociedade política, *locus* de imposição pela força e consentimento, e a sociedade civil, lugar deste domínio pelo consentimento. Deslocando-se para outros esquadrinhamentos, podemos inferir que o cotidiano do Pilar figura como o derradeiro elo de uma cadeia que se configura para materialização de uma política, aqui melhor entendida como um programa de ação. As intervenções no Pilar fazem parte de políticas habitacionais que recorrem ao planejamento mais global com um forte discurso de proteção social aos excluídos e que se realiza por meio da ação do Estado. São consonantes com referenciais normativos mais globais.

As mudanças de paradigmas, disseminadas pelos especialistas internacionais, a partir do final dos anos 1960, fortemente difundidas pelos organismos internacionais de fomento, a exemplo do Banco Mundial, por meio de programas alternativos como resposta imediata aos problemas habitacionais das classes populares, amplia o conceito de habitação para moradia. Assim sendo, passa a exigir políticas de fomento mais integradas e multidisciplinares, convencendo as instituições públicas a elaborarem programas de correção da pobreza, como

soluções atenuantes, nas quais as ações educativas são imprescindíveis para dar conta da sustentabilidade humana e ambiental, criando, a nosso ver, micro-políticas educativas dentro das políticas de desenvolvimento urbano em áreas centrais, deformadas como verdadeiros espectros. O fundamento simples é que o ápice principal do planejamento tem como base o crescimento econômico, isto porque “o desenvolvimento da sociedade é a meta principal, na medida em que o mundo da produção dos bens materiais e do seu consumo, é o móvel que alimenta a existência humana influenciando diretamente as relações sociais” (AZEVEDO, 2004, p. 60).

4.2 O PILAR NA EDUCAÇÃO: TEMPO DE POSSIBILIDADES?

A realidade nos afoga na inconsciência. (Clarice Lispector)

Com as palavras de Lispector, iniciamos por nos indagar a respeito da ausência de consciência. A realidade ultrapassa o natural e o ordinário. Pede uma atenção que exige de nós um exercício de abstração não pelo alheamento, que nos afoga, mas pela concentração necessária que põe no centro a nossa condição humana. Como observadores e problematizadores das relações que se estabelecem entre nós, dasafogar-se da realidade é, estando nela, poder também esquadrihá-la. Em outras palavras, precisamos dela prescindir temporariamente, para nela retornar mais conscientes. Isto não significa a negação de sua concretude, mas de nos descongestionarmos da sua materialidade impositiva. Tomar consciência da submersão da inconsciência nos torna responsáveis, na realidade, conosco e com os que nos cercam. Exige também um refinamento de compreensão que, no auge das atitudes, assim como escrever uma dissertação sobre um objeto, que traz, como força, sujeitos, reforça, incondicionalmente, a emancipação que, em última análise, fortalece as escolhas de gente com tudo que gente tem, em qualquer relação social de produção.

A nossa condição humana nunca nos será alheia, porque é ela condição fim de nossa existência. E pela nossa capacidade de sublimação, o aviltamento entre nós não nos deixará ser em plenitude enquanto um só ser humano for rebaixado à degenerescência em detrimento de valores construídos em lógicas de efeito bumerangue, como a capitalista. O retorno às mãos dos lançadores explica-se pela dinâmica das relações humanas. Haverá aqueles que dirão sobre histórias de barbárie que antecedem ao modo de produção social capitalista, o que

é procedente. O argumento é que depois do percorrido, das inovações tecnológicas, das crises e dos discursos de reparação, não há mais espaço para o ocultamento do processo histórico, da repetição da nossa construção mítica. Isto acontece na representação que permite aos pensadores dos projetos compadecerem-se da situação dos moradores do Pilar e, simultaneamente, proporem “casinhas” e “ações educativas” para o desenvolvimento sócio-ambiental daquela localidade, que jamais seriam sugeridas aos nossos mais próximos, sequer a nós mesmos.

Portanto, se há inconsciência pela imersão em que se encontram as classes populares devido aos níveis de exploração e submissão pela realidade favorável às classes dominantes, de outro lado há congestão psíquica nas instituições formuladoras e executoras de programas como os direcionados ao Pilar, através dos quais os governantes conservam a sua posse em nome dos representados, considerando-se o provedor tutelar, legitimados por um poder e conhecimento que julgam possuir em superioridade àqueles para os quais governam. Dessa maneira, o seu poder-saber eleva-se sobre os governados, como um pai provedor, ao mesmo tempo, esse poder se imbui da racionalidade ou conveniência necessária para a operação das ações indispensáveis às mudanças na política econômica.

Nesse sentido, encobre a presença do particular, na intenção de uma aparência universal, que lhe dê corpo e favoreça a assimilação e identificação social, evidentemente, para isto é necessária a criação de instrumentos que legitimem e dêem coerência a esse “corpus de representação”, que além da explicação e credulidade do real precisa ser orientado para a prática. Eis a ideologia, uma espécie de vírus crônico que penetra tão rapidamente quanto a sua contaminação, e que, quando necessário, se manifesta.

A ideologia, forma específica do imaginário moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e a agir (CHAUÍ, 2000, p. 3).

Um outro aspecto interessante abordado por Chauí é que a coerência do discurso ideológico encontra coerência no exercício de seu poder sobre os sujeitos sociais e políticos pelas lacunas, pelos espaços em branco, assim como uma espécie de véu que pode não ser deixado cair sob pena da revelação, posto que o ocultamento é a sua razão de existir. Se desvelado, ele se autodestrói enquanto ideologia. No entanto, não cabe a idéia de irrealidade,

embora as considerações acerca da ideologia estejam no campo do imaginário, mas o sentido é de

Um conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Em suma: o aparecer social é tomado como o ser social. Esse aparecer não é uma “aparência” no sentido de que seria falso, mas uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens (CHAUÍ, 2000, p. 19).

Nesse sentido não significa apenas representar a vida e a prática social, mas também se firmar enquanto um discurso sobre essa prática e essa representação, no qual as representações ganhariam sustentação na própria realidade, ou seja, a maneira como os interesses dominantes são apresentados de forma que pareçam interesses de todos os sujeitos sociais e políticos. Por esse viés, no caso do Pilar, enxergamos uma acomodação e não a emancipação. Assim, é preciso destruir qualquer possibilidade de elementos constituintes de identidade, de unidade, que possam dar instabilidade à lógica do discurso ideológico dominante. Mais que isto nos traz Carvalho (2001, p.11) com a seguinte afirmação de Mirebeau “não basta mostrar uma verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo”. O autor usa Mirebeau para nos chamar a atenção sobre o discurso republicano, mas também como é importante “formar almas”, apoderando-se do imaginário popular. Nesse sentido, a educação aparece como um elemento decisivo, através da internalização de valores sociais e políticos afirmados pela idéia de modernidade, progresso e ciência, com a utilização de símbolos que ganharam significado, ou “verdade”, na práxis capitalista.

A dinâmica da civilização de base industrial traz aspectos que evidenciam um conjunto complexo de estratégias que se referem às práticas e à disciplina que dão matéria ao espírito do capitalismo. Disto, resulta a anomia, uma espécie de desorganização e desorientação que desvincula, enfraquecendo, os vínculos de sociabilidade, o sentido de comunalidade⁵¹.

Vilar (1998) põe em evidência a questão da representação, convidando-nos a refletir que a demasiada importância dada a como os homens representam a realidade em que vivem nos tira um tempo razoável de pensar como as realidades produzem essas representações. Ou

⁵¹ A nossa diversidade constitui-se do fluxo de outros contínuos civilizatórios, de origem africana e indígena, sufocados nessa estrutura de matriz européia, tomada como a única possibilidade civilizatória. Estes outros contínuos ignorados marcam a existência de uma forte comunalidade que nos compõe.

seja, como o mito fundador, entendido não como princípios que reforçam modos de vida por laços profundos de identidade, mas forjado e direcionado pela exterioridade e intenções de grupos específicos, pode ser transformado. Aludimos, então, ao que diz o historiador Pierre Vilar.

De minha parte, diria o seguinte: atribuamos uma importância evidente e necessária à maneira como os homens representam as estruturas que os dominam e os fatos que lhes acontecem. Entretanto, depois de ter visto a mitificação ou a mistificação de tais estruturas ou de tais fatos, preservemo-nos bem para não reconstituirmos estas realidades, pois corremos o risco de perder algo que é essencial: como as realidades se transformam e, conseqüentemente, como a representação que se tem delas pode também – em seu ritmo – transformar-se (VILAR, 1998, p. 29).

Tirar o véu da ideologia, a nosso ver, é um caminho para a descompressão. Ou seja, tomar (cons)ciência da realidade. Neste caso, é aproximarmo-nos do Pilar e permitirmos que as ações educativas surjam do lugar, das pessoas e da história do lugar. As visitas ao Pilar e as entrevistas semi-estruturadas nos revelaram pessoas e vocações que não conseguimos localizar na tabela a seguir. Quiçá, estejam representados no item “outros”, cujo número, em nosso entendimento, é significativo. Tanto quanto os potenciais encontrados para além dos cursos de culinária, de trabalho doméstico e de corte e costura, sem desmerecer aqueles que vivem dessas ocupações.

TABELA 2
Tabela de Ocupação - Pilar

Ocupação	265	%
Biscateiro	34	12,83%
Catador(a) de papel	30	11,32%
Doméstica/Diarista	24	9,06%
Ambulante	18	6,79%
Aposentado/Pensionista	17	6,41%
Comerciário(a)/Vendedor(a)	9	3,4%
Serviços gerais	8	3,02%
Manobrista/Guardador de carro	5	1,89%
Pedreiro	5	1,89%
Outros	34	12,83%
Desempregado(a)/Sem ocupação	81	30,56%

Fonte: CONDER – 2003.
Salvador – Bahia

Identificamos no Pilar 06 (seis) jovens que tocam instrumentos musicais, dançam e cantam; 01 (uma) moradora que desenha e enfeita as paredes do seu barraco de madeira; 01 (um) morador que é escultor e conviveu com antigos mestres capoeiristas do Centro Histórico – Pelourinho, e sente prazer em catar livros jogados no lixo para recuperá-los e lê-los, a exemplo da Divina Comédia de Dante Alighieri⁵²; 01 (um) morador que exerce o ofício de funileiro e muitos jovens com o sonho de “realizar uma faculdade”, 01 (uma) moradora que construiu o seu barraco e criativamente fez a tubulação sanitária, se intitulando uma engenheira sem estudo formal. Mas, os melhores exemplos são deslindados pela tessitura dos depoimentos:

1º DEPOIMENTO

- Entrevistadora: O que a senhora gostaria que os seus filhos aprendessem?
- Entrevistada 01: Você fala assim, se eles se formassem? A formação deles?
- Entrevistadora: A senhora que sabe, o que a senhora gostaria?
- Entrevistada 01: É engraçado eu falar isto, se eu falar o que eu queria que meus filhos aprendessem. Bom, meus filhos cada um tem ...cada um não, todos eles têm assim, vocação assim pra artista. A minha filha canta, o meu filho toca, as minhas duas meninas mais novas fazem balé, o meu mais novo faz música.
- Entrevistadora: É uma família de artista.
- Entrevistada 01: É, então eu vejo assim meus filhos todos, eu vejo até artista sabe? Meu mais novo assim eu vejo assim, um Bethoven, porque ele tá, ele tá aprendendo música de sopro, música clássica, né? É, eu vejo ele um grande músico, ele tem um potencial muito grande pra música, as duas meninas fazem balé, então eu posso ver assim duas bailarinas famosas. O meu mais velho toca muito bem guitarra. O sonho dele é uma banda, e a mais velha também canta muito bem, então, sinceramente, se eu pudesse optar, assim escolher se eles fossem médico, advogado, engenheiro ou artista, eu queria que todos eles se voltassem pra arte.

⁵² O livro que esse morador estava lendo por ocasião da nossa visita. Ele recupera os livros que encontra no lixo, e os lê, dizendo que as folhas que porventura falem, não é um impeditivo para a sua leitura.

2º DEPOIMENTO

- Entrevistada 2: É banheiro, cimento, eu mesma que fiz.
- Entrevistadora: A senhora é mulher de fibra, viu?
- Entrevistada 2: Dentro da minha casa eu procuro fazer umas coisinhas pra amenizar mais os meus filhos, como no caso do sanitário. Antigamente a gente fazia o serviço no papel, no plástico, ainda jogava no fundo da igreja, mas eu pensava: Meu Deus! O que é jogar fezes no fundo da igreja, um patrimônio, então não tá certo jogar fezes. Aí o esgoto passou na rua e eu fiz uma ligação clandestina... comecei a arranjar tubo, uma menina me arranjou um vaso velho, aí eu botei ali, quer dizer pra amenizar um pouquinho, pra ter um pouco de dignidade.
- Entrevistadora: A senhora é do tipo que não fica esperando, vai lá e faz:
- Entrevistada 2: Não, eu vou e faço. Não gosto muito de esperar, talvez pela minha criação porque meu pai nunca teve filho homem ...problema de fazer conserto em casa ele sempre tava levando eu e minha mãe ...ele fazia o trabalho pesado e no caso a gente carregava madeira, pedra pra fazer alicerce ...então esse trabalho mínimo era com a gente, então eu peguei aquilo, eu absorvi aquilo.

3º DEPOIMENTO

- Entrevistada 3: Eu tenho vontade de voltar a estudar, eu tenho muita vontade de voltar a estudar, mas eu não sei. Se eu tiver viva, eu consegui chegar aonde eu quero, não sei.
- Entrevistadora: Com certeza.
- Entrevistada 3: Eu sei ajudar outras pessoas que precisa, né?
- Entrevistadora: E o que a senhora gostaria de aprender?
- Entrevistada 3: Se eu fosse assim eu queria ser uma médica.
- Entrevistadora: Uma médica?
- Entrevistada 3: Pra ajudar outras pessoas.

O Pilar demonstra ser mais do que o que lhe reservam as ações educativas propostas para o seu desenvolvimento e autonomia. O risco do socorro aos pobres está em “submeter o outro, enquanto o outro pode satisfazer-se com tutela” (DEMO, 2000, p. 186). Há quem acredite, verdadeiramente, que se especializar em serviços domésticos em casas alheias, tão diferentes dos barracos de madeira em que vivem, pode contribuir para a autonomia, cidadania e desenvolvimento? A insciência dos levantamentos sócio-econômicos termina por condicionar comunidades em situação de pobreza material extrema às sobras do sistema. Em vez de ações educativas que reavivem o Pilar e estimulem a luta por políticas redistributivas “mediante a qual privilégios são destruídos, concentrações de renda desapropriadas, cristalizações de poder desarticuladas” (DEMO, 2000, p. 192), surgem os vícios das ajudas pela evidente discriminação em seus próprios processos e neles já existem tantas dificuldades.

Os números trazidos pelas estatísticas são importantes, mas, na maioria das vezes, retratam mais não tratam. Inibem ou ocultam outras vozes e experiências que nos dêem uma visão mais vívida do que os números frios e viciados encerrados no limite das fronteiras dos nossos vícios e confortos, para que as suas histórias possam nos arrancar dessa apatia vaidosa, que inibe personagens mais atraentes e viscosos.

A luta de classes é antes uma luta de valores. Os valores do Pilar, para serem estruturantes do desenvolvimento local, precisam encontrar a ponta do fio que tece de um ponto a outro o reconhecimento de si mesmo e do mundo que o cerca, em contato com outras formas de existir e, portanto de se produzir. Um bom começo é a dimensão trabalho-educação. Trabalho como princípio que funda e junta, para garantir as condições objetivas de sobrevivência com o que existe em estado latente. Há no Pilar quem possa educar e há quem queira ser educado pelo Pilar. Os demais atores deveriam chegar por equivalência, não por altivez. Isto requer tempo, um tempo que as políticas públicas sociais, através dos seus programas, não têm e nem querem ter. Tempo também seduzido pela penúria dessas comunidades, que legitimam as políticas de inserção.

Pelo que percebemos, até aqui, a comunidade do Pilar está condenada. A “nova cidade” está recrescendo para o Centro e lá estão os “marginais”. Mesmo os discursos de desenvolvimento integrado, entre os quais estão as pessoas, convencem os mais avisados sobre a organização social da cidade que aprofunda e refina, sem descanso, a expulsão. Conforme diz Kurz (1993), a maioria da população mundial já consiste em sujeitos monetários sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem pré-capitalista nem capitalista. E acrescenta Oliveira que “os grupos dominantes dividem espaço entre um econômico e um social que não se comunicam, que não têm relação

direta de oposição, mas apenas de subordinação do segundo em relação ao primeiro” (OLIVEIRA, 1997, p. 215). E continua: “eles desistiram de integrar a população seja à produção, seja à cidadania” (p. 215). Nas palavras de um morador do Pilar, **“as pessoas que tão governando não têm consciência de que existe ser humano aqui, tá entendendo? Porque eles só visam um lado e a população tão aí, a marginalidade crescendo, não por causa da gente não, é por causa deles mesmos.”**⁵³

⁵³ Entrevistado 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recentes programas de reabilitação de áreas urbanas centrais dispõem-se, em suas diretrizes, às intervenções com ações mais integradas a outras áreas do conhecimento, além da engenharia e da arquitetura, como estratégias de sustentabilidade do lugar com uma compreensão de que, ao alterar fisicamente uma área, há um impacto na vida das pessoas que vivem nela. E a partir desse entendimento surgem, junto aos projetos e planos de intervenção física, os projetos integrados de desenvolvimento social, que prevêm o que se chama trabalho social. Essa mudança de paradigma surge, inicialmente, para dar uma resposta política às necessidades de moradia para as pessoas mais desamparadas habitacionalmente, nas perspectivas das formulações que têm origem nas críticas e sugestões feitas por organismos internacionais de fomento, especialmente pelo Banco Mundial, desde o final da década de 1960, com o alardeamento para se resolver, por parte deles, a pobreza nos países “periféricos”, como exemplo, o Brasil. Vale lembrar que a crise da década de 1970 é marcante para a reestruturação produtiva do capital e a desregulamentação estatal, e o seu prolongamento até os anos 80 exigiram novas conjunturas para a sobrevivência da ordem social capitalista, agora se insinuando por outras postulações: o neoliberalismo.

Aprendemos com Luther King que as situações se interferem mutuamente, direta ou indiretamente. Nesse sentido, tentamos demonstrar que o esvaziamento do Comércio, a chegada de pessoas para o Pilar e o refluxo atual são resultados de ações coordenadas como estratégias de sobrevivência para o sistema capitalista, prescindindo das pessoas ou aliviando tensões a depender das necessidades da política econômica da hora. Portanto, os projetos de intervenção física e social para a localidade do Pilar têm vinculação direta com as novas necessidades do capital, em sua execução.

Somos favoráveis aos programas de desenvolvimento urbano que prestam atenção ao favelamento e à regularização fundiária, conquistas importantes como reconhecimento do direito à moradia. Igualmente somos a favor de programas que se pretendem integrais na aceitação de que ingerências físicas interferem nos valores da comunidade e dos seus processos educacionais, e que, portanto, os projetos para as comunidades precisam do respaldo multidisciplinar.

Reconhecemos que, do ponto de vista imediato, houve sinais de mudanças em suas propostas e tal afirmação pode ser facilmente comprovada pelos objetivos, justificativa e finalidades apontadas nos próprios programas que analisamos. O embaraço está em suas ações

programáticas, principalmente nas previstas para a educação. Escreve-se uma coisa e fazem-se outras. Asseveram-se como princípios norteadores a participação, a autonomia, a sustentabilidade do lugar, e prescrevem-se as velhas receitas que evidenciam a hierarquia dos lugares dos conhecimentos possíveis para a sobrevivência das pessoas que residem no Pilar. Uma participação sem participantes, um desenvolvimento nas bases da concepção do subdesenvolvimento, uma educação que adentra e reproduz desigualdades étnicas, de classe e de gênero. Educação que treina para a informática, cursos de corte e costura, culinária e serviços domésticos, sem que isto se constitua em uma escolha ou mesmo sem que se problematize a imersão em que se encontram, nesta sociedade, as pessoas para as quais são apontados os projetos de intervenção. Em outras palavras, como essa sociedade se produz e, conseqüentemente, como se produz e transmite cultura.

Reconhecemos que a assunção de papéis sociais pelos sujeitos, construídos historicamente, como naturais para o controle social, não devem ser vistos como verdades inquestionáveis. Por outro lado, não somos ingênuos para desconsiderar que os séculos de dominação sócio-político-econômica, que definem papéis, com lugares hierárquicos bastante delimitados, não devam ser profundamente considerados. Embora acreditemos nos espaços contíguos onde se realizam as transgressões que desobedecem a maneira de compreensão da existência pelos modelos cristãos, etnocêntricos, falocêntricos e *scriptocêntrico*, ainda que essas representações sociais comprometam significativamente a forma de se perceber o mundo e as pessoas. Posto que, se não acreditássemos numa contra-ordem não haveria necessidade de um contra-discurso sobre a educação neste trabalho.

Verificamos que nos programas e seus desdobramentos nos conseqüentes projetos, planos e termos de referência há uma redundância de objetivos e justificativas que se tornam repetitivos e se desarmonizam com as ações propostas para as intervenções físicas e sociais integradas às ações educativas, as quais se pretendem emancipadoras, porque voltadas ao desenvolvimento local “sustentável”. Os princípios educacionais são insinuados como lastros para a sustentabilidade da intervenção, mas as ações que os põem em prática sucumbem à lógica do capital, travestida nas especulações imobiliárias, na economia dirigida, na dimensão educacional medida pelos valores da ordem capitalista e numa idéia de cooperativismo que não tenciona a maneira como se encadeiam a produção, a distribuição e divisão dos resultados.

As ações educativas no Pilar revelam e reafirmam as políticas de alívio à pobreza, cuja participação da comunidade ou a sua gestão nos projetos se dá através de reuniões quando informam o que deverá acontecer naquela localidade, o que se constitui num avanço,

considerando que houve um tempo, não muito distante, que sequer era informada e, mais que isto, expulsa pelo poder de polícia exercido competentemente pelo Estado ou por tratores que não pediam licença para passarem.

Nesse estudo, ficam evidenciadas as políticas focalizadas necessárias às novas regras de revitalização de centros urbanos, numa simbiose entre organismos públicos, privados e internacionais, quando o Pilar, apesar de viver em situação de precariedade, desde a década de 1960, agora requer cuidados especiais.

Em nós surgem dúvidas quanto a esta vinculação entre o público, o privado, os organismos internacionais e a nesga do Pilar em uma relação de pertinência, simetria e igualdade. Os projetos de requalificação do comércio são muito ousados para que os seus resultados caibam em casas de 36 m², em um exíguo espaço comprimido para abrigar 107 (cento e sete) famílias. Ou mesmo que os seus lucros sejam redistribuídos entre as costureiras, cozinheiras, domésticas, catadores de lixo, porteiros, garçons, capacitações asseveradas nas ações educativas para o Pilar. É nessa hesitação que não conseguimos ser convencidos pelos projetos, planos e termos de referência sobre a educação emancipadora, a participação social e o conseqüente desenvolvimento local sustentável para a comunidade do Pilar, visto que em nenhum momento fosse destacada uma política social redistributiva, nas palavras de Demo (2000):

...é mister saber defender como núcleo mais central da política social a competência histórica redistributiva, mediante a qual privilégios são destruídos, concentrações de renda desapropriadas, cristalizações de poder desarticuladas. Não pode ser considerada política social autêntica aquela que, oferecendo sobras do sistema, não toca o espectro da desigualdade social (DEMO, 2000, p. 192).

As relações de poder aparecem tão marcadas nas próprias pessoas que vivem no Pilar que as fronteiras se tornam difíceis de serem ultrapassadas. Mesmo a frágil existência de uma associação e a comunidade, que são vilipendiadas, não conseguem impedir as verdades que lhes são impostas. Desestabilizar a estrutura social vigente é também mexer nas relações de poder coerentes com a forma como se produz e se organiza essa sociedade. Por outro lado, devemos considerar que, ocupar um espaço com as características do Pilar e resistir até os dias de hoje, mesmo que de forma espontânea, aceitando às sobras do sistema ou não compreendendo sua imolação como resultado de situações mais complexas e sistêmicas, funciona como uma estratégia dessas pessoas e a possibilidade de “participar” de alguma maneira daquilo que lhes reservam as tais políticas de desenvolvimento urbano.

Reconhecemos que expor à vista o lugar “natural” dessa gente nos programas e na sociedade é um ato muito mais de denúncia do que de anunciar algo inaugural. Mas denunciar, neste trabalho, significa, para nós, também desmistificar um discurso muito célere nos dias atuais que se apropria de conceitos como pluralidade, autonomia, participação e desenvolvimento comunitário sem o manto aparente da intolerância, que exclui às claras. Na nossa história recente, existe um conflito entre os bem intencionados e os formuladores refinados em seus propósitos de continuar existindo, enquanto classe dominante. Há o discurso da emancipação e sustentação da vida, sem que discutamos a organicidade dessa sociedade, sensível a emancipação real dos sujeitos. Tão certo quanto à capacitação profissional oferecidas nas ações educativas nos programas e projetos aqui estudados.

A comunidade do Pilar compreende que estão no “mesmo barco” e que, portanto, precisam se amparar mutuamente. Um dos moradores do Pilar reflete sobre a sua comunidade, o lugar que ocupam na sociedade, e que o seu potencial não é reconhecido, isto se torna mais elucidativo pela sua própria fala, a qual transcrevemos:

4º Depoimento

Entrevistado 7: A comunidade, a comunidade, tem momentos que tá todo mundo unido e tem momentos que não tão, porque a turbulência do dia a dia faz com que as pessoas entre em confronto um com o outro, porque é a dificuldade que a gente passa. Às vezes a gente não tem como descarregar lá fora a gente descarrega entre a gente mesmo, mas são coisas que depois volta todo mundo ao mesmo patamar de vida, sabe que sobrevivemos juntos. Temos que lutar junto até o último dia.

Entrevistadora: No mesmo barco?

Entrevistado 7: É, aquele barco mesmo, continua sempre. Tem hora que o barco vira uma arca, desperdiçada.

A comparação com a arca é bem simbólica. Lá na arca do Pilar há diferentes gente”s”. Diferentes potenciais não considerados pelos formuladores dos projetos e políticas públicas sociais desenvolvidas verticalmente. A elaboração de modelos, projetos e planos nos locais, pela ação externa, sem o envolvimento direto da comunidade na formulação, sistematização, execução, acompanhamento e gestão se torna distante da autoemancipação daqueles sujeitos. O distanciamento ou a replicação viciada, na perspectiva de que “todo pobre é igual” termina por gerar programas e projetos que tornam a comunidade, para onde

são vertidos, verdadeiras abstrações. Cada processo de desenvolvimento local é singular; os grupos são diferentes, simplesmente porque pessoas são diferentes e se formam nas relações de convivência de cada lugar.

No depoimento citado há uma afirmação cuja força é bombástica, mas é preciso trazê-la mais à evidência: “temos que lutar juntos até o último dia”. O que seria este derradeiro dia? O descanso por uma morte morrida ou matada, sem que a hierarquia cronológica se imponha? Ou o último dia como residentes do Pilar?

Não cabe aqui, neste estudo, a descrição de um projeto executivo, quiçá, anunciasse outros caminhos. Mas cabe deixar algumas marcas sobre a educação que nos sirvam de pistas para encontrar novas metodologias educativas. Contrários a uma concepção de educação inclinada a manter as pessoas sujeitas à dependência, com os discursos reformistas e viciados pelos objetivos “coisificados” do capital, argumentamos por uma visão de educação mais ampla e radical, gerada no processo de desinstitucionalização que aprisiona os nossos sentidos. Reeducar significa dar vazão a novas formas de pensamento, formar-se humana e politicamente.

Portanto, não concebemos qualquer proposta de educação que não se garanta pelo rompimento da lógica do capital. É condição essencial pensar os espaços de socialização de aprendizagens que busquem instrumentos de pressão que rompam essa lógica mistificadora. Um início pode ser a descongestão psíquica pelas histórias adulteradas, um reencontrar-se com as “outras verdades” que podem nos identificar ou nos dar pistas de que um outro modo de existir é possível.

Nesse sentido, Mészáros (2005) nos alerta, com base na visão de Marx, que a necessária intervenção no processo histórico com o objetivo de superar a alienação por meio de uma outra forma de reprodução social não pode se sustentar apenas em uma negação do modelo capitalista vigente, mesmo que radical, pois todas as formas de negação continuam condicionadas ao objeto da negação. Mais perigoso do que isso é o imobilismo dependente do objeto negado, levado a um idealismo de que a experiência histórica já nos convenceu. Pois uma situação como esta pode, ao contrário, fortalecer os paradigmas criticados, pelas dimensões não reestruturadas. É aqui, então, que a educação tem papel relevante.

A concepção de educação que defendemos requer mais do que a negação do capitalismo, pois a negação ainda condiciona o modelo à autojustificativa para os seus males. Assim, é necessária uma ordem social metamorfósica que sustente a si própria, e esta é uma condição que envolve aspectos objetivos e subjetivos significativos.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (...). Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “*efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Notamos que a educação e o trabalho como atividades humanas auto-realizadoras constituem-se em duas categorias sociais indissociáveis. Isso nos remete a considerar que não há combate contra o trabalho alienante e brutalizante, sem a universalização conjunta da educação e do trabalho. Alerta Mézáros (2005) que mantê-los hierarquicamente separados significa o domínio da personificação do capital. A concepção de educação dominante cuidou de separar os indivíduos no processo de aprendizagem. Governantes e governados, privilegiados e aqueles que precisavam ser “educados” aparecem com distintas categorizações.

O conflito entre um contra-discurso e o discurso hegemônico acerca da educação aqui se impõe. Assim, concordamos com Freire (1989), quando afirma a natureza política do processo educativo, bem como o caráter educativo do ato político. Na medida em que tomamos posição sobre o sentido da educação para nós, estamos nos colocando politicamente, na relação entre o ato de denunciar e anunciar, assim cabem as questões determinantes: “a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que fazemos a educação, e do a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que desenvolvemos uma atividade política” (FREIRE, 1989, p. 16).

Gramsci (2004) também vincula a educação à política, ao afirmar que não há como negar essa relação no conjunto da sociedade e o quanto é indispensável que as classes subalternas possam se inserir conscientemente na vida política.

A compreensão e a prática político-pedagógica, diante das propostas de políticas públicas sociais de viés assistencialista ou reformista, não é a de negar a importância de determinadas ações que chegam em auxílio ao nível de miserabilidade em que se encontram as pessoas, criticando, simplesmente, a população por aceitar algo tão imediatamente importante para ela, como é o caso dos residentes no Pilar. Mas, pelo contrário, reconhecer o direito às condições básicas de sobrevivência e, com ela, problematizar na intenção de transformar o sentido falso do “auxílio” – o engodo da preservação do estabelecido.

O mundo é um grande palco onde se desenrolam tragédias e solenidades. Em última análise, o mundo é uma grande representação da vida, um imenso espaço de socialização de

aprendizagem. Educamos e somos educados o tempo todo. Educação é transmissão de cultura. Neste sentido, somos produto e produção cultural. E cultura é produção material. Desta forma, pensar outras formas de se produzir ou valorizar outras tão esquecidas, possam nos transformar culturalmente e, quem sabe, mais humanos.

Resta-se o Acreditar. O acreditar vem da vontade, da inquietação como um estado de potência, e não da constatação. No conselho dado por Gramsci, trazido por Nosella: “otimismo da vontade e pessimismo da inteligência” (NOSELLA, 2004, p. 31). A influência freireana nos faz crer que a história é um tempo de possibilidades, e isto se constitui em um otimismo. E já que estamos menos titubeantes frente aos reflexos cintilantes de um sistema que congestiona e marginaliza, porque imergimos e emergimos nos e dos conceitos e contextos, aqui anunciados e que nos serviram de solo, apostamos no tempo histórico das possibilidades, encerrando este trabalho sem o ponto final, pois, então, sigam-se as reticências...

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. **Participação social**. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo I: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Janete M. Lins de Azevedo. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Obras escolhidas II. 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BORON, Atilio A. Os “novos leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, DF: PCT – Incra/II CA, 1999, p-20. Disponível em <www.IICA.gov.br>. Acesso em 27 jul 2006.

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda. **Conceição e Pilar: freguesias seculares do centro econômico e do porto de Salvador até o século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA: Salvador, 1988.

CARVALHO, Murilo de. **A formação de almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos).

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Convite à filosofia**. 12 ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora Ática, 2000a.

_____. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 1 ed. 4ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: Uma conjuntura própria à potência estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp12/parte_1.pdf> Acesso em: 12 Mar 2006.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação: o caso das políticas de assistência social à infância e adolescência. In: CARVALHO, Alisson et al. (orgs). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; proex, 2002.

CUNHA, Edite da Penha & M. CUNHA, Eleonora Schettini. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alisson et al. (orgs). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; proex, 2002.

CUNHA, Joaci de Souza. A dominação do imperialismo na Bahia. In: **Cadernos do CEAS 203**, Salvador Centro de Estudos e Ação Social, janeiro/fevereiro, 2003.

DRAIBE, Sônia. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos anos 90. In: SOLA Lourdes & PAULANI, Leda (orgs). **Lições da década de 80**. São Paulo: Genebra: UNRISD, 1995.

_____. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. In: **Caderno de Pesquisa** n° 34 NEPP, 1998.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5 ed. São Paulo: Cortez. 1996.

_____. Dialética da Ajuda. In: **Revista Semanal do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social na UnB**, n° 6, janeiro a junho de 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hicitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGOSO, António. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. In: **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 8 – nº 1 – 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.

_____. O partido como educador-educando. In: DAMASCENO, Alberto et al. **A educação como ato político partidário**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRAGOSO, António. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. In: **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 8 – número 001 – 2005, p. 23-51.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: **Teoria e educação no labirinto do capital**. Gaudência Frigotto, Maria Ciavatta (orgs.). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das idéias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 2. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HUXLEY, Aldous. **As portas da percepção e o céu e o inferno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2 ed. 18ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KEYNES, Jonh Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KING, Martin Luther. **O grito da consciência**. Rio de Janeiro: Ed Exploração e Cultura, 1968.

KURZ, Robert. **Colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808.** São Paulo: Editora Paz e terra.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Arte Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global Editora, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica. Vol. II São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Opa aiyê orun: urge uma ética do futuro para a educação contemporânea. In: **Sementes: Caderno de pesquisa.** Salvador, v.3 n.5/6, jan/dez, 2002.

M'BOW, M. Amadou Mahtar. Prefácio. In: **História da África:** I. Metodologia e pré-história. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ática, 1998.

MARTINS, José. **Os limites do irracional:** globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Editora Fio do Tempo, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson & REIS FILHO, Daniel Aarão(orgs). **O Manifesto Comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTA, Alfredo Eurico. **Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim:** De recolhido a assalariado. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.

Mattoso, Kátia. **Bahia:** a cidade do Salvador e seu mercado século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

MELLO, Alex Fiúza de. **Modo de produção mundial e processo civilizatório:** os horizontes históricos do capitalismo em Marx. Belém: Paka-Tatu, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005

MOISÉS, José Álvaro. **Cidadania e participação.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

MONLEVADE, João A & SILVA, Maria Abadia da. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idea Editora, 2000.

MORIN, Edgard. **Ciência com Consciência.** 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NIETZSCHE, F. **Da retórica.** 2ed. Lisboa: Veja; Passagens, 1999.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ONAWALE, Lande. **O Vento**. Salvador: Ed. do autor, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Theodoro da (orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1988.

PERES, Fernando da Rocha Peres. **Memória da Sé**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, Roberto, “Cânon”. In: JOBIM, José Luís. **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RODRIGUES, Marcos A. Nunes. Salvador e a Baía de Alguns Santos. In: **Revista Turba**, Salvador, 25 de maio de 2001.

ROLNIK, Raquel. Um novo lugar para o velho centro. Disponível em <programasurbanos@ciudades.gov.br>. Acesso em: 24 Abr 2006.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização Salvador da Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador**. Salvador. Livraria Progresso Editora, 1959.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo. Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CENC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. As marcas da ruína neoliberal sobre a proteção social. Disponível em < www.cfemea.org.br >. Acesso em: 12 Out 2005.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais, afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THEODORO, Mário. A questão do desenvolvimento – uma releitura. In: PEREIRA, Jether & ARROCHELLAS, Maria Helena (orgs). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: PEREIRA, Jether & ARROCHELLAS, Maria Helena (orgs). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol II. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

URIARTE, Urpi Montoya. Intervenções recentes em Centros Históricos: As políticas de “recuperação” dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. In: **Cadernos do CEAS 208**, Salvador Centro de Estudos e Ação Social, novembro/dezembro, 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo Vieira et al. **A Pesquisa em História**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

VILAR, Pierre. História e representação. In: ALESSIO, Márcia Mansor (org). **D’. Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

WALDMAN, Berta. **Clarice Lispector**: a paixão segundo C. L. 2 ed. São Paulo: Editora Escuta, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

OUTRAS FONTES

Entrevistas semi-estruturadas com a comunidade do Pilar, agosto a novembro, 2005.

Manual de fomento - setor público Pró-Moradia e Pró-Saneamento – vigência 10/10/2003.

Disponível em: <http://downloads.caxa.gov.br>

Manual de orientações técnicas aos municípios – CAIXA/SUREP – versão 06 – disponível

em: <http://downloads.caixa.gov.br>.

Manual para apresentação de propostas – Programa de Áreas Urbanas Centrais – sistemática 2005 – Governo Federal – Ministérios das cidades.

Memória de reunião – oficina de trabalho – área central de Salvador – 02/09/2005.

Plano de Trabalho do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – dezembro, 2004.

Proposta preliminar para análise de viabilidade social de intervenção física e sócio-ambiental no Pilar – outubro, 2003.

Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável - Comunidade do Pilar – janeiro, 2005.

Relatório de monitoramento e avaliação do projeto de trabalho social – março a dezembro, 2005.

Relatório de monitoramento e avaliação do projeto de trabalho social – janeiro a agosto, 2006.

Relatório de Sistematização Consolidado 1 A – Plano de requalificação e levantamento de dados Socioeconômicos – janeiro, 2006.

Relatório de Sistematização – Requalificação Urbana do Pilar – 1C – outubro, 2003.

Termo de Adesão Coletivo para os moradores do Pilar, novembro, 2003.

Termo de Referência para o Pilar, junho, 2005.